



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA- PPGEHIST  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA- PROFHISTÓRIA**

**CLEVERSON DA SILVA MARTINS**

**PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O ENSINO DE  
HISTÓRIA NO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL  
DO TOCANTINS DO CAMPUS GURUPI - TO**

**ARAGUAÍNA - TO  
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA- PPGEHIST  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA- PROFHISTÓRIA**

**CLEVERSON DA SILVA MARTINS**

**PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O ENSINO DE  
HISTÓRIA NO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL  
DO TOCANTINS DO CAMPUS GURUPI - TO**

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – núcleo Universidade Federal do Tocantins, campus Araguaína – como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História  
Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Vasni de Almeida.

**ARAGUAÍNA-TO**

**2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M386p    Martins, Cleverson da Silva .  
            Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial: O ensino de História no curso  
            Técnico em Edificações do Instituto Federal do Tocantins do campus Gurupi  
            - TO. / Cleverson da Silva Martins. – Araguaína, TO, 2020.  
            174 f.  
  
            Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins  
            – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)  
            Profissional em Ensino de História, 2020.  
            Orientador: Vasni de Almeida  
  
            1. Ensino de História. 2. Patrimônio Cultural. 3. Educação Patrimonial. 4.  
            Memória. I. Título

**CDD 980**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**CLEVERSON DA SILVA MARTINS**

**PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O ENSINO DE  
HISTÓRIA NO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL  
DO TOCANTINS DO CAMPUS GURUPI - TO**

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação  
em Mestrado Profissional em Ensino de História em  
Rede Nacional – núcleo Universidade Federal do  
Tocantins, campus Araguaína – como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Ensino de História  
Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes  
Espaços de Memória.  
Orientador: Profº. Drº. Vasni de Almeida.

Data de aprovação: 08 / 04 / 20

Banca Examinadora



Prof. Dr. Vasni de Almeida - UFT



PI Prof. Dra. Maria Conceição da Silva - UFG



PI Prof. Dr. Cleube Alves da Silva - UFT

Dedico este trabalho à minha família, cuja paciência e renúncia me proporcionaram dedicação à pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Vasni Almeida, meu estimado orientador, pela compreensão, apoio e incentivo às etapas deste trabalho.

A coordenação e todos os professores do programa PROFHISTÓRIA na Universidade Federal do Tocantins em Araguaína na pessoa da Coordenadora Vera Lúcia Caixeta, pela dedicação e compromisso por meio das disciplinas ofertadas pelo programa.

Aos estudantes da Turma 2017/2019 do Curso Técnico em Edificações Integrado a Ensino Médio do Instituto Federal do Tocantins – campus Gurupi.

A Banca Examinadora, que também participou do Exame de Qualificação ofereceu sugestões importantíssimas para o bom andamento do trabalho.

Aos meus colegas do curso da turma de 2018 do programa PROFHISTÓRIA por compartilharmos momentos memoráveis, de alegrias, angústias, sacrifícios, incertezas e perseverança.

A todas as pessoas que participaram diretas e indiretamente na elaboração deste trabalho.

## RESUMO

A pesquisa reflete as possibilidades do ensino de História no Curso Técnico em Edificações, na perspectiva dos saberes sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Partimos da compreensão de que o Patrimônio Cultural é importante para a sociedade, na medida em que ele valida memórias e histórias e, especialmente, porque faz sentido para determinado grupo social. Já a Educação Patrimonial dissemina a ideia da sensibilização para a percepção e preservação patrimonial, o que pressupõe a identificação dos lugares de memória nos espaços de vivência, sendo necessário detectarmos como a comunidade fixa sentido a partir de seus bens culturais. Deste modo, faz-se necessário a compreensão de como os indivíduos percebem e atribuem valor ao Patrimônio Cultural fora da percepção “de centro histórico”, da forma que a sociedade o reconhece. A pesquisa parte da premissa de que o ensino de História no Curso Técnico em Edificação, ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins, IFTO/Gurupi, ocorre distante da integração entre as noções técnicas de edificações e as compreensões do patrimônio histórico cultural. Dentre outras, elaboramos a pesquisa a partir da seguinte questão: O estudo do patrimônio histórico cultural e da memória das populações afetadas pela expansão urbana pode ser considerado um instrumento eficaz na integração do ensino de História ao Curso Técnico em Edificações? A pesquisa é analisada por meio de bibliografias que se voltam para os temas Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Urbanismo. Como produto da pesquisa desenvolvemos experiências didáticas acerca das possibilidades de aprendizagens em História com os temas propostos, experiências essas aplicadas junto a uma turma do segundo ano do Curso Técnico em Edificações do Instituto Federal do Tocantins – IFTO/Gurupi, na cidade Gurupi – TO.

Palavras-chave: Ensino de História, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Memória.

## ABSTRACT

The research reflects the possibilities of teaching History in the Technical Course in Buildings, from the perspective of knowledge about Cultural Heritage and Heritage Education. We start from the understanding that Cultural Heritage is important for society, insofar as it validates memories and stories and, especially, because it makes sense for a given social group. Patrimonial Education, on the other hand, disseminates the idea of raising awareness of heritage perception and preservation, which presupposes the identification of places of memory in living spaces, being necessary to detect how the community fixes meaning from its cultural assets. In this way, it is necessary to understand how individuals perceive and value Cultural Heritage outside the perception of “historic center”, in the way that society recognizes it. The research starts from the premise that the teaching of History in the Technical Course in Building, offered by the Federal Institute of Tocantins, IFTO / Gurupi, occurs far from the integration between the technical notions of buildings and the understandings of the cultural historical heritage. Among others, we elaborated the research based on the following question: Can the study of the cultural historical heritage and the memory of the populations affected by the urban expansion be considered an effective instrument in the integration of the teaching of History to the Technical Course in Buildings? The research is analyzed through bibliographies that focus on the themes Cultural Heritage, Heritage Education and Urbanism. As a product of the research, we developed didactic experiences about the possibilities of learning in History with the proposed themes, these experiences applied to a class of the second year of the Technical Course in Buildings of the Federal Institute of Tocantins - IFTO / Gurupi, in the city Gurupi - TO.

**Keywords:** History Teaching, Cultural Heritage, Heritage Education, Memory.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Festa Junina em Gurupi – Dança de Quadrilha .....	54
Figura 2 - Mapa político do Brasil.....	57
Figura 3 - As bonecas Karajá “Ritxòkò” .....	69
Figura 4 - Imagens da Cavalgada em Gurupi.....	70
Figura 5 - Mapa do estado do Tocantins.....	75
Figura 6 - Monumento à Natureza – Estatua das Mãos – Gurupi .....	76
Figura 7 - Imagem da entrada de Gurupi .....	77
Figura 8 - Pista de skate próximo a rodoviária .....	77
Figura 9 - Imagens da Universidade Federal do Tocantins – campus Gurupi .....	77
Figura 10 - Centro Universitário Regional de Gurupi – campus II.....	77
Figura 11- Instituto Federal do Tocantins – campus Gurupi .....	78
Figura 12 - Mapa do estado do Tocantins.....	78
Figura 13 - Mapa do Tocantins – distribuição dos Ifs .....	80
Figura 14 - Edificações na cidade de Gurupi .....	91
Figura 15 - Entrevista com o prof. Robertão.....	95
Figura 16 - Entrevista com servidor do IFTO – campus Gurupi .....	98
Figura 17 - Praça da Igreja Santo Antônio – cidade de Gurupi .....	99
Figura 18 - Parque Mutuquinha – Gurupi.....	100
Figura 19 - Imagem antiga e atual da Praça da Abadia – Gurupi .....	100
Figura 20 - Alunos frente à Banca Central – Gurupi .....	101
Figura 21 - Peças do acervo do Museu Histórico Cultural de Gurupi .....	109
Figura 22 - Palestra do profº. Robertão sobre a História de Gurupi .....	111
Figura 23 - Vista aérea de Porto Nacional .....	112
Figura 24 - Vista aérea do Centro Histórico de Porto Nacional .....	113
Figura 25 - Catedral Nossa Senhora das Mercês .....	114
Figura 26 - Estudantes frente à Catedral Nossa Senhora das Mercês .....	115
Figura 27 - Estudantes no interior da Catedral Nossa Senhora das Mercês.....	115
Figura 28 - Seminário São José em Porto Nacional.....	116
Figura 29 - Casarão Pedreira - Porto Nacional .....	117
Figura 30 - Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional .....	118
Figura 31 - Imagem lateral do Museu Histórico Cultural de Porto Nacional .....	119

Figura 32 - Caetanato (COMSAÚDE) – Porto Nacional.....	119
Figura 33 - Visita ao Museu Núcleo Tocantinense de Arqueológico .....	121
Figura 34 - Vista aérea do Palácio Araguaia em Palmas .....	125
Figura 35 - Praça dos Girassóis localizada no Palácio Araguaia – Palmas.....	125
Figura 36 - Visita ao projeto habitacional com 13 edifícios .....	126
Figura 37 - Museu Histórico Cultural do Tocantins – Palacinho .....	127
Figura 38 - Visita ao Museu Histórico Cultural Tocantins .....	128
Figura 39 - Palácio Araguaia – Palmas .....	130
Figura 40 - Vista do Memorial da Coluna Prestes - Palmas .....	133
Figura 41 - Estatua em homenagem aos 18 do Forte .....	134
Figura 42 - Visita ao Memorial da Coluna Prestes – Palmas.....	134
Figura 43 - Estudantes em visita ao Memorial da Coluna Prestes .....	135
Figura 45 - Imagem aérea do Centro Histórico de Natividade – TO .....	139
Figura 46 - Estudantes frente à Igreja dos Pretos.....	139
Figura 47 - Visita ao Centro Histórico de Natividade – TO .....	140

## TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das cidades brasileiras .....	58
Tabela 2 - Distribuição das disciplinas no Curso Técnico em Edificações.....	82
Tabela 3 - Profissões dos pais dos alunos .....	86
Tabela 4 - Escolaridade dos pais dos alunos.....	86
Tabela 5 - Respostas quest. 1 - Sobre como deveria ser o ensino de História.....	87
Tabela 6 - Respostas quest. 2 - Visita ao Museu Hist. Cult. Benjamim Rodrigues em Gurupi .....	109
Tabela 7 - Respostas quest. 2 - Referente à palestra do prof <sup>o</sup> . Robertão.....	111
Tabela 8 - Respostas quest. 3 - Visita ao Centro Hist. Cult. Porto Nacional .....	117
Tabela 9 - Respostas quest. 3 - Visita ao Museu Hist. Cult. Porto Nacional .....	120
Tabela 10 - Respostas quest. 3 - Visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia .....	122
Tabela 11 – Respostas quest. 4 - Visita ao Museu Histórico Cultural Tocantinense.....	129
Tabela 12 – Respostas quest. 4 - Visita ao Palácio Araguaia – Palmas.....	132
Tabela 13 – Respostas quest. 4 - Visita ao Memorial da Coluna Prestes.....	136
Tabela 14 – Resposta quest.5 - Visita ao Centro Histórico de Natividade .....	141

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
BNCC	Base Nacional Comum
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
IFs	Institutos Federais
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. A CIDADE E A HISTÓRIA DO URBANISMO .....</b>	<b>22</b>
2.1. A origem da cidade e suas complexidades .....	23
2.2. A cidade, urbano e o urbanismo .....	30
2.3. O urbanismo moderno .....	33
2.4. O urbanismo moderno e contemporâneo no Brasil .....	37
2.5. A identidade com a cidade na contemporaneidade .....	47
<b>3. ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>51</b>
3.1. A inquietação e a curiosidade na construção do conhecimento histórico .....	51
3.2. Os modos de ensinar a Educação Patrimonial.....	54
3.3. Mudanças citadinas no Brasil.....	58
3.4. As localidades como possibilidades de estudo do Patrimônio Cultural .....	65
<b>4. AS EXPERIÊNCIAS COM O PATRIMÔNIO CULTURAL: O AMBIENTE DA PESQUISA .....</b>	<b>72</b>
4.1. Os caminhos da pesquisa: noções e conceitos.....	72
4.2. O Estado do Tocantins e cidade de Gurupi .....	76
4.3. O Instituto Federal do Tocantins .....	80
4.4. O IFTO – Campus Gurupi.....	82
4.5. O Curso Técnico em Edificações .....	83
4.6. Os sujeitos da pesquisa.....	86
4.7. A organização da experiência didática .....	90
4.8. Ação didática em sala de aula .....	91
4.9. Inventário do Antigo Prédio do Instituto Federal.....	93
4.10. Sobre os espaços de memória da cidade de Gurupi .....	100
<b>5. AS EXPERIÊNCIAS COM O PATRIMÔNIO CULTURAL: AS VISITAS AOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS .....</b>	<b>105</b>
5.1. O Patrimônio Cultural Tocantinense .....	105
5.2. Visita ao Museu Benjamin Rodrigues, Gurupi .....	109
5.3. Visita ao Centro Histórico de Porto Nacional .....	113
5.4. Visita ao Museu Histórico Cultural de Porto Nacional.....	119
5.5. Visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA.....	122
5.6. Visita à cidade de Palmas .....	124
5.7. Visita ao Museu Histórico do Tocantins – Palacinho .....	128
5.8. Visita ao Palácio Araguaia .....	130
5.9. Visita ao Memorial da Coluna Prestes .....	133
5.10. Visita à cidade de Natividade.....	137
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>145</b>
<b>8. APÊNDICES .....</b>	<b>146</b>
8.1. Questionário Perfil do aluno.....	150

8.2. Questionário – Visita ao Museu Histórico Cultural Benjamim Rodrigues .....	154
8.3. Questionário – Visita ao Patrimônio Cultural de Porto Nacional .....	155
8.4. Questionário – Visita ao Patrimônio Cultural de Palmas.....	156
8.5. Questionário – Visita ao Patrimônio Cultural de Natividade.....	156
8.6. Questionário – Avaliação Final.....	158
<b>9. ANEXOS .....</b>	<b>159</b>
9.1. Projeto Inventariar – Instituto Federal do Tocantins.....	159

## 1. INTRODUÇÃO

Com rápido desenvolvimento tecnológico, a educação vem passando por um processo de transformação profunda, que exige, cada vez mais, da parte de professores e alunos, a compreensão da complexidade que cerca o ensino escolar. No ensino escolar já não é aceitável uma prática “tradicional” de transmissão de informações. Nessa segunda década do século XXI, passamos a viver um processo educacional dialético, dinâmico, onde o conhecimento é construído e desconstruído a todo o momento (principalmente com a popularização da Internet em todo o mundo), onde quem ensina ao mesmo tempo aprende e vice-versa. Neste contexto cabe ao educador estar em contínua atualização, refletindo sobre a sua postura em sala de aula, sobre os conteúdos trabalhados, enfim, tornar-se um autêntico “educador”.

Abordamos aqui os desafios que se colocam na prática docente do professor de História, no que se refere a relação entre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial e os saberes escolares necessários ao aluno de um curso profissionalizante. Dessa forma, o foco da pesquisa é tecer esforços na compreensão do papel desempenhado pelo ensino de História em um curso integrado no contexto da educação profissional. Para tanto, desenvolveremos atividades reflexivas na turma do 2º ano do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Tocantins, Campus de Gurupi, no município de Gurupi do Estado do Tocantins. Entendemos que a atuação junto a essa turma, aliada a análise de outros instrumentos de aprendizagem utilizados pelos docentes, podem colaborar para uma formação que vise à preparação para a prática social e para o trabalho a partir das dimensões fundamentais da vida: o trabalho, a ciência e a cultura (RAMOS, 2010, p. 43).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) têm assumido um papel relevante na formação de cidadãos-profissionais. Embora sua atual denominação seja recente (foi criada em 2008), a história dessa instituição coincide com a história do ensino profissional público no Brasil, que teve o seu início em 1909, quando o então presidente da República Nilo Peçanha criou 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices marcando oficialmente a implantação do ensino técnico no nosso país.

A pesquisa foi pensada no sentido de colaborar para com ensino de História no Instituto Federal do Tocantins, Campus Gurupi, frente aos avanços tecnológicos e sua

inserção dentro do contexto escolar. Utilizamos, para tanto, dos conceitos de Educação Patrimonial na perspectiva do estudo do Patrimônio Cultural. A relevância dessa investigação reside, assim, no fato da mesma possibilitar a abordagem de aspectos relacionados à inserção, estratégias e avaliação da educação profissional, considerando tais conceitos como importantes para uma educação capaz de englobar as dimensões da ciência, do trabalho e da cultura para a promoção da autonomia dos estudantes.

O que motiva a pesquisa são questões de ordem teórica e prática, ou seja, promover uma reflexão didático pedagógica de inserção do ensino de História no contexto do ensino integrado à Educação Profissional ao Curso Técnico de Edificações, utilizando-se os saberes sobre Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural, considerando-se as características do Curso de Técnico em Edificações, da cidade de Gurupi, TO, no seu escopo de estudo das edificações, urbanização, arquitetura, dentre outros.

Qual o papel da História e do ensino de História na prática de ensino promovido pela educação profissional ofertado por meio dos cursos técnicos integrados ao ensino médio? Quais as estratégias didáticas utilizadas na construção do saber histórico na constituição do conhecimento histórico no espaço da educação profissionalizante?

O trabalho com a Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural no ensino de História pode ser um instrumento para a construção de um ensino significativo diante da proposta didática de integração do ensino de história com a educação profissionalizante no curso Técnico em Edificações. Assim, a relevância da pesquisa reside na busca de compreensão do ensino e aprendizagem na disciplina História em uma escola que tem por meta ofertar um saber tecnicista aos estudantes.

Estudar a memória das cidades no contexto das mudanças urbanas é uma das possibilidades que se abre ao ensino de História, é uma de nossas metas nesse estudo. Para tanto, consideramos que essa tarefa não está restrita a área de História. Na perspectiva das ciências humanas, desenvolvemos essa pesquisa para entendermos qual é o papel da disciplina/ensino de História no processo de sensibilização dos alunos em relação à cidade e seu patrimônio constituído. Para tanto utilizaremos a metodologia da Educação Patrimonial para mediar os alunos, levando-os compreender a cidade como espaços de memória e identidade com a história local. A ação didática pedagógica que desenvolvemos junto aos



alunos, teve como objetivo demonstrar como o ensino da História poderá integralizar-se ao ensino Profissional promovido no Curso Técnico em Edificação. Em especial, pensamos o ensino de História a partir da disciplina de História ministrada numa Instituição Federal do estado do Tocantins, na cidade de Gurupi.

Na condução da pesquisa elaboramos experiências didáticas que pudessem levar o aluno a compreender a integração do Curso Técnico em Edificações e o Ensino de História na turma do 2º Ano em Edificações, utilizando-se os termos Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural como instrumentos que contribuem na formação histórica voltada para o desenvolvimento humano e integral dos sujeitos escolares, com vistas à apropriação dos conceitos tanto para a atuação no mundo do trabalho, como para a formação cidadã num todo.

Foram os seguintes os objetivos da pesquisa: 1) Apresentar os conceitos que envolvem no ensino de História relacionados aos temas Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural; 2) Analisar em que aspecto o estudo de tais conceitos contribuem para a construção da identidade histórica dos sujeitos discentes e sua percepção de integração com o curso Técnico em Edificações no que tange a integração do ensino de História na Educação Profissional; 3) Promover a reflexão sobre ações que contribua para a conscientização e preservação do patrimônio e memórias na cidade de Gurupi; 4) Identificar, por meio da narrativa dos alunos, suas concepções sobre temas relacionados a aspectos como história local, memória e patrimônio cultural e histórico, juntamente com as formas de construção de sentido sobre a experiência no tempo.

O tema aqui pesquisado surgiu a partir de inquietações e indagações que se constituíram ao longo de minha trajetória profissional como pesquisador e professor de História, desde 2012, após ter sido aprovado no concurso do magistério no Instituto Técnico e Tecnológico Federal do Tocantins, período em que passei a vivenciar o desafio de atuar como professor de História na educação profissional. Em minha concepção, o desafio do ensino de História estende-se a execução da missão de não só preparar adolescentes, jovens e adultos para o mundo do trabalho, mas também proporcionar a estes uma formação humana, tendo o

trabalho como princípio educativo. Na educação integral<sup>1</sup> dos trabalhadores interagem objetivos e métodos da formação geral e da formação específica em um projeto unitário.

Entretanto, quando iniciei à docência no Instituto Federal do Tocantins (Campus de Gurupi), deparei-me com a ausência de uma política de formação didática para atuar nessa modalidade educativa, e uma dificuldade de trabalhar na perspectiva da integração e da totalidade, pois o que ainda predominava da formação acadêmica era a fragmentação e a hierarquização dos conhecimentos.

Assim, pensar no ensino integrado exige refletir sobre estratégias de ensino próprio que considerem as diferentes realidades, a fim de que os discentes sejam sensibilizados quanto à importância do conhecimento da área das humanas, especificamente o ensino de História, em meio ao ensino técnico e tecnológico ofertado pelos Institutos Federais. Os IFs constituem-se pautados na missão de promover uma educação voltada para o mundo do trabalho, sendo que ao mesmo tempo em que o trabalho se configura como princípio educativo – condensando em si as concepções de conhecimento, ciência e cultura –, também se constitui como contexto, definido pelo conjunto de ocupações que configuram a realidade produtiva enfrentada pelos trabalhadores. (CIAVATTA, 2012, p. 85).

O conceito de Patrimônio Cultural é central em nossa busca de propor um ensino que integre a profissionalização do aluno e sua formação cidadã e é basilar em nossa pesquisa. Segundo o Guia Básico da Educação Patrimonial do IPHAN<sup>2</sup> a Educação Patrimonial

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus

---

<sup>1</sup> Educação integral representa a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos. Extraído do site: <http://educacaointegral.mec.gov.br/>

<sup>2</sup> Disponível no site: < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf) > Acesso em: 20 de maio de 2018.

múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (BRASIL, 2019).

A opção pelo tema levou em conta os desafios que o ensino de História proporciona aos professores no ensino-aprendizagem no Curso Técnico integrado ao ensino médio, tendo em vista que nos projetos curriculares das licenciaturas, no que tange a formação de professores, são poucas as abordagens específicas sobre o ensino de História em meio à educação profissional. O ensino da história e patrimonial pode ser visto como uma estratégia de ensino. Uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico no contexto da Educação Patrimonial que, segundo o Guia Básico do Iphan, é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Tanto o ensino de História e a educação Patrimonial motivam-se na busca do conhecimento crítico e da apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio, fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

É importante definirmos que a Educação Patrimonial constitui-se num processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento, que busca uma identidade individual e coletiva em relação ao Patrimônio Cultural a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, na pesquisa em questão, a Educação Patrimonial busca levar aos estudantes a um processo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural por meio do estudo do local, tendo a cidade de Gurupi e demais cidades do estado do Tocantins como espaços de estudos de suas manifestações culturais, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de percepção, identificação, criação e apropriação cultural.

Dessa forma, a Educação Patrimonial e o Ensino de História integram-se com o objetivo de uma elevação do conhecimento crítico dos indivíduos e da comunidade e à valorização da cultura, compreendida como múltipla e plural. Do ponto de vista organizacional, essa relação deve integrar em um mesmo currículo a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais elevadas, e a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e para a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Como espaço de construção desse conhecimento, os Institutos Federais, diante da formação propedêutica e a educação Profissional, tem o desafio de se empenhar na formação humana e “garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”. (CIAVATTA, 2012, p. 85). Assim, a formação cidadã no ensino escolar é uma necessidade no ensino de História nessa segunda década do século XXI.

A pesquisadora Circe Bittencourt (2003) em seu artigo – capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História, afirma que para a maioria das propostas curriculares, o ensino de História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico” para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive. (BITTENCOURT, p.19). A autora reforça a ideia que

As introduções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática. (BITTENCOURT, 2003, p. 19).

Diante do que já foi exposto até esse momento, acreditamos que a prática docente do professor de História, atuando no ambiente da escola ou em espaço externo a escola, deve mostrar aos estudantes, que a História deve ser compreendida como uma área do conhecimento fundamental para a geração de reflexão e autorreflexão acerca das experiências humanas.

A formação cidadã permite que o aprendiz, a partir de ferramentas necessárias, tenha condições para construção de novos conhecimentos, e por sua vez, seja protagonista da transformação de seu meio social. No caso do conhecimento histórico, por meio das práticas didático-pedagógicas do professor de História, o ensino de História deverá proporcionar um

significado de todo o processo de construção do conhecimento, edificando assim, o pensamento histórico. O conhecimento histórico, assim, abre-se como possibilidade de compreensão da realidade.

Assim, a pesquisa tem como meta oferecer reflexões ações didático-pedagógica ancoradas na discussão sobre Educação Patrimonial no ensino de História, enfatizando o passado por meio de uma memória coletiva representada pela concepção da cultura material e imaterial, caracterizadas pelas narrativas “oficiais”, legitimadas pela academia ou pelo livro didático, ou pelas vivências e observação *in loco* permitindo que os discentes construam sua própria narrativa relacionada com as realidades históricas do local ampliando sua capacidade de interpretação das ações humanas ao longo tempo, presente/passado/futuro.

Para a experiência didática relacionado o ensino de História à educação cultural e patrimonial, nos amparamos no método da pesquisa-ação, com aplicação de atividades numa turma do 2º ano do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, constituída com 22 alunos. Tais atividades buscaram conscientizar os alunos da importância de preservação da memória local da cidade de Gurupi. A estratégia consistiu em promover junto aos discentes, atividades de investigação sobre os temas relacionados à Educação Patrimonial. A pesquisa dar-se-á na cidade de Gurupi.

Para tratar o tema proposto, dividimos esse texto em quatro capítulos. O primeiro tem como propósito discorrer sobre a cidade e suas complexidades, a história das construções do urbano, enfatizando que a cidade é o espaço de muitas identidades, memórias e histórias, pois é o cenário onde há uma ampla aglomeração e atuação de diversos grupos sociais e culturais. Apresentamos alguns conceitos sobre a cidade e suas complexidades, a técnica e as tecnologias associadas à atuação do profissional da construção civil, buscando associar sua prática como algo importante para a evolução da humanidade, mas, sobretudo para processo de construção do conhecimento histórico e patrimonial, onde a memória individual e coletiva se situa no contexto da educação patrimonial. Da necessidade à habitação ao surgimento da cidade, o homem construtor evolui e diversifica as técnicas de edificação. Também é apresentado os conceitos de cidade, urbano e urbanismo. Definido a origem do conceito de “urbanismo” discorreremos sobre o urbanismo moderno e o urbanismo moderno e contemporâneo no Brasil. No que tange a edificação e a construção civil, dois profissionais se

destacam, o engenheiro civil e o arquiteto. Faremos também, algumas reflexões sobre a construção civil no Brasil, enfatizando a construção de Brasília, capital do Brasil, como referencial de edificação e planejamento na perspectiva da arquitetura moderna. Refletimos também sobre os desafios da construção civil para o técnico em edificações onde afirmamos que diante das constantes transformações a construção civil tem demandado um olhar mais apurado para a questão sustentabilidade e, conseqüentemente, para a gestão atenta para os processos de inovação, procurando preservar os valores culturais mantidos pelas tradições. Por fim, discutimos a identidade com a cidade na contemporaneidade.

O segundo capítulo tem a proposta de demonstrar as inquietações e curiosidade na construção do conhecimento histórico por meio do ensino de História e Educação Patrimonial. Nesse viés, Paulo Freire (1996) denomina essa inquietação como sendo uma “curiosidade epistemológica”. Este capítulo tem, também, a proposta de refletir sobre o processo de urbanização no Brasil, enfatizando que uma cidade é detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. Destacamos também a cidade como local como possibilidade estudo do patrimônio cultural, onde acreditamos que, história local facilita os estudos sobre patrimônios culturais porque o presente e o passado se articulam nas próprias construções urbanas. Por fim, faremos uma reflexão sobre os modos de ensinar na Educação Patrimonial.

No quarto capítulo, intitulado *As experiências com o Patrimônio Cultural: o ambiente da pesquisa*, é feita a descrição dos caminhos da pesquisa. Demonstramos o lócus da pesquisa com os alunos relatando suas experiências com o patrimônio cultural na cidade de Gurupi. Também detalhamos o espaço e os sujeitos envolvidos com a pesquisa.

No quinto capítulo, *As experiências com o Patrimônio Cultural: as visitas aos patrimônios culturais*, descrevemos as visitas e narrativas dos alunos ao patrimônio histórico cultural tocantinense, a partir das visitas as cidades de Gurupi, Porto Nacional, Palmas e Natividade, cidades de formação recente e cidades centenárias. Nessas cidades, os alunos tiveram contato com o patrimônio histórico cultural por meio das visitas aos museus, edificações, praças, igrejas, exposição artística, dentre outros.

## **2. A CIDADE E A HISTÓRIA DO URBANISMO**

### **2.1 A origem da cidade e suas complexidades**

No início do século XX, Patrick Geddes (2004) dedicou-se aos estudos da cidade por meio do urbanismo e dos conceitos de organização territorial. Sobre esse estudo o autor afirma que “o problema do estudo da cidade me preocupa há mais de trinta anos, na verdade, toda minha vida – fui um estudante andarilho – tem sido marcada por esforços incansáveis na busca dos segredos e na sua descoberta”. (2004, p.146)

Diante das atuações dos especialistas que têm a cidade como fonte de pesquisa, seja os profissionais da área das humanas (geógrafos, historiadores, sociólogos, filósofos, dentre outros) ou do planejamento urbano (arquitetos, urbanistas, engenheiros civis, dentre outros), a visão sobre a cidade diferencia-se conforme as perspectivas estudadas. Souza (2005), afirma ser sempre um desafio de se estudar a cidade, dada a complexidade que ela expressa.

A cidade é um objeto muito complexo e, por isso mesmo, muito difícil de ser definir. Como não estou falando de um determinado tipo de cidade, em um momento histórico particular, é preciso ter em mente aquilo que uma cidade da mais remota Antiguidade e cidades contemporâneas como, digamos, Cairo, Nova Iorque e Tóquio, mas também uma pequena cidade do interior brasileiro” (2005, p.24)

Consideramos importante tracejar o contexto histórico, a constituição da cidade e o patrimônio edificado como sendo fatores indissociados. Sendo assim é relevante destacar o que lembra Pereira (2010), quando afirma que “uma cidade não se concebe somente através de seu planejamento, mas também como um conjunto de edificações que dão forma e qualificam o urbanismo”. (p. 214). O autor classifica a cidade por meio de uma visão orgânica fazendo uma analogia biológica onde, as “[...] estações ferroviárias são entendidas como portas da cidade; o mercado, como seu ventre; as escolas e bibliotecas, sistema nervoso; os eixos viários, como o sistema circulatório; as praças, parques e jardim, como os pulmões da cidade. (2010, p. 214).

Leonardo Benelovo (1984) define que a palavra cidade pode ser empregada em dois sentidos:

para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Oriente Próximo e que então se identifica com a sociedade civil; ou para indicar a situação física desta sociedade. Essa distinção é importante pelo motivo prático de que a situação física de uma sociedade é mais durável do que a própria sociedade e pode ainda ser contatada – reduzida a ruínas ou funcionando – quando a sociedade que a produziu já desapareceu há muito tempo. (BENEVOLO, 1984, p.13).

Henri Lefévre (2001), define as cidades como centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras de arte e os monumentos:

A própria cidade é uma obra<sup>3</sup>, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (2001, p.12).

Já Raquel Rolnik (1995) destaca que a “cidade é antes de mais nada um ímã, antes mesmo de se tornar”. Os zigurates, templos que apareceram nas planícies da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio antes da era cristã. (p.12), foram os primeiros embriões de cidade de que temos notícia, Rolnik afirma que no zigurate:

[...] o templo era o ímã que reunia o grupo. Sua edificação consolidava a forma de aliança celebrada no cerimonial periódico ali realizado. Deste modo, a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização. (1995, p.14).

Ao prenunciar o processo de sedentarização, lembrado por Rolnik, quando afirma que “a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos”. Para o autor, “é importante frisar que esta última, para habitarmos, é necessário construir”. Nesse diapasão, Françoise Choay (1992), afirma que “só chegamos ao habitar através do “construir”. O

---

<sup>3</sup> No capítulo intitulado “Industrialização e urbanização”, o autor esclarece que a industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Ora, a cidade preexiste à industrialização. Esta é uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram inteiramente formuladas. As criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas”, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização. (LEFEBVRE, 2001, p.11)



construir tem o habitar como fim”. Nem todas as construções são, entretanto, também habitações. Desde modo, Choay afirma que:

Uma ponte, o hall de um aeroporto, um estádio ou uma central elétrica são construções, não habitações; uma estação ou uma auto-estrada, uma barragem, um mercado estão no mesmo caso. No entanto, essas construções entram no domínio de nossa habitação, domínio que excede essas construções e que tampouco se limita à morada. O tratorista, em seu veículo, sente-se em casa na estrada; a operária sente-se em casa na fábrica de fiação; o engenheiro que dirige a central elétrica sente-se ali em casa. Estas construções dão uma morada ao homem. (1992, p. 348).

O fenômeno da cidade não é algo novo na história da humanidade, ela não existiu sempre, mas teve início num dado momento da evolução social, podendo ser radicalmente transformada, num outro momento. A cidade surge em meio ao processo de sedentarização do homem num período denominado neolítico. Os historiadores datam a origem dos primeiros assentamentos (aldeias) no mundo antigo, cerca de dez mil anos atrás. Sobre isso, Leonardo Benevolo (2001) reforça:

Cerca de 10.000 anos atrás – após a fusão das geleiras: a última transformação profunda do ambiente natural, que assinala a passagem do Pleistoceno para o Holoceno – os habitantes da faixa temperada aprenderam a produzir seu alimento, cultivando plantas e criando animais, e organizaram estabelecimentos estáveis – as primeiras aldeias – nas proximidades dos locais de trabalho. É a época Neolítica (pedra nova) que para muitos povos prolonga até o encontro com a colonização europeia (para os Maoris da Nova Zelândia até o início do século passado). (BENEVOLO, 2001, p.10)

Lewis Mumford (2004), em seu clássico “A cidade na História”, no intuito de compreender as origens da criação da cidade, faz um estudo historiográfico reafirmando que a cidade tem, antes de tudo, relações com a memória. Nos cemitérios e templos, o homem paleolítico, os mortos foram os que “primeiros a ter uma morada permanente, uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras” (2004, p.11). Evidenciando o autor que em períodos descontínuos, havia um provavelmente “retorno dos vivos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais e aplaca-los”. No desafio de entendermos a cidade, Mumford (2004) sugere os caminhos para identificarmos as primeiras cidades:

Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no

espaço e na cultura, em relação aos primeiros tells que já foram abertos. Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais. (2004, p.11)

Ainda em relação às origens da cidade, Raquel Rolnik (1995) enfatiza a “cidade como escrita”, devido à necessidade que o homem tem em desenvolver o registro contábil, estabelecer a medida das coisas e promover a gestão do trabalho coletivo, são alguns dos fatores que leva a necessidade de registro para memorização, originando a técnica da escrita. A autora faz referência “a cidade como escrita” enfatizando que a grande construção feita de milhares de tijolos, uma nova relação entre o homem e natureza, fazendo um paralelismo o surgimento da escrita e da cidade são dois fenômenos que ocorreram quase que simultaneamente, “empilhar tijolos, definindo formas geométricas, e agrupar letras, formando palavras para representar sons ideias” (1995, p.16). Sobre a cidade-escrita, enfatiza que “habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte” (1995, p.17). Para a autora

[...] não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel. [...] O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isso que as formas se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra o texto” (1995, p.17)

Sobre o termo cidade, Leonardo Benevolo (1984) também emprega um duplo sentido, sendo a divisão entre o espaço físico e a sociedade:

A palavra cidade emprega-se em dois sentidos: para indicar organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Oriente Próximo e que então identifica com a sociedade civil; ou para indicar a situação física desta sociedade. A distinção física de uma sociedade e pode ainda ser constatada – reduzida a ruínas ou funcionando – quando a sociedade que a produziu já desapareceu há muito tempo. (1984, p. 13)

O arquiteto e historiador associa a origem da cidade ao Oriente Próximo, devido ser esse o local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede de autoridade – nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu, “ele assinala o tempo da nova história civil: as lentas transformações do campo (onde é produzido o

excedente)” (BENEVOLO, 2001, p.23). Essa questão pode ser associada com o estudo histórico de Rolnik, que também considerava a cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, implanta-se quando a produção gerada “[...] o excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade [...]” (1995, p.16). Bonevolo reforça de maneira sintética o que foi trazido pelo autor já mencionado em relação ao complexo e multifacetado processo de criação das cidades. A compreensão da origem das cidades antigas também envolve essencialmente discussão das relações de poder e da questão religiosa historicamente associados como parte desse fenômeno. Nesse sentido, Benevolo enfatiza que:

Na Mesopotâmia – a planície aluvial banhada pelo Tigre e pelo Eufrates – o excedente se concentra nas mãos dos governantes das cidades, representantes do deus local; nesta qualidade recebem os rendimentos de parte das terras comuns, a maior parte dos despojos de guerra [...]. (BENEVOLO, 1981, p.27).

Por fim, se a Mesopotâmia, inicialmente, originou-se por motivações cosmológicas, dedicadas a divindades – como é o caso de Atenas – e baseadas na igualdade política de seus cidadãos. Roma, por outro lado, teve seu desenho centrado no poderio militar e, de modo que a cidade se tornou a representação física do próprio Império Romano. A cidade possui um aspecto civilizatório, uma vez que a origem da palavra cidadania<sup>4</sup>, vem do latim *civitas* que quer dizer a cidade. Encontramos a relação entre cidade, civilidade e a cidadania. Pedro Paulo (2010) diz que “a palavra *civis* gerou *civitas*, “cidadania”, “cidade”, “Estado”. A cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito” (FUNARI, 2010, p.49). Já a polis grega é a cidade formada pelos cidadãos (*politikos*), logo o indivíduo é aquele que convive em sociedade e exerce seus direitos e deveres por meio da política.

A história das civilizações urbanas da antiguidade foi esplendorosa. Com suas cidades majestosas, alcançou o apogeu em meio ao Império Romano, tendo a cidade de Roma como sua capital, e posteriormente a cidade de Constantinopla, que permanece capital do Império do Oriente até o século XV, após serem conquistadas pelos Turcos Otomanos no ano

---

<sup>4</sup> Na Grécia antiga, considerava-se cidadão aquele nascido em terras gregas. Em Roma a palavra cidadania era usada para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Juridicamente, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Em um conceito mais amplo, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão, e conseqüentemente sujeito de direitos e deveres.. Disponível em: site DEDIHC – Departamento de Direitos Humanos e cidadania. Secretaria da Justiça, trabalho e direitos humanos. <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=131>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

de 1453, passando a se chamar Istambul, hoje é uma das cidades mais importantes do mundo oriental. Após a queda do Império Romano a unidade do mundo mediterrâneo é interrompida por causa da expansão da civilização islâmica. Transformou a configuração das cidades europeias por meio do estabelecimento de relações feudais, criando-se uma “sociedade rural, onde as cidades têm um lugar marginal: não funcionam mais como centros administrativos, e em mínima parte como centros de produção e de troca” (BENEVOLO, 2001, p.223). Sobre a influência a urbanização na antiguidade, Munford afirma que Roma “foi em si mesmo uma vasta empresa construtora de cidades, deixou sua marca em todas as partes da Europa, da África do Norte e da Ásia Menor, alterando o modo de vida nas cidades antigas [...]” (MUNFORD, 2004, p.253).

Benevolo (2001), continua a análise do processo histórico de transformação das cidades, deixando explícito que, assim como era na Antiga Roma e Grécia, apenas na Idade Média que as cidades adquirem autonomia política dos seus estados, “a cidade-Estado Medieval permaneceu uma cidade fechada (como foi definida): suas relações econômicas políticas podem ser estendidas à escala nacional ou mundial, mas sua política permanece guiada pelos interesses urbanos.” (p.260). Ainda segundo o autor, entre os séculos XV e XVI, “no Renascimento tem início a expansão mundial da civilização europeia. As realizações urbanísticas e de construção nos territórios de além-mar [...]” (p.469).

Depois da metade do século XVIII, a revolução industrial muda o curso dos acontecimentos. Na Inglaterra e mais tarde em todo o resto do mundo, as cidades passaram por um *boom* populacional. As cidades cresciam mais rapidamente, porque acolhiam, seja o aumento natural da população, seja o fluxo migratório dos campos. Nesse sentido, Benevolo afirma que:

No começo do século XIX, não havia, com exceção de Londres, nenhuma cidade na Inglaterra com cem mil habitantes. Só cinco tinham mais de cinquenta mil”. (1992, p. 149); “Manchester, que em 1760 tem 12.000 habitantes, na metade do século XIX alcança 400.000. Londres, que já no final do século XVIII tem um milhão de habitantes, em 1851 chega a dois milhões e meio, isto é, supera qualquer outra cidade do mundo antigo e moderno”. (2001, p.551). “As cidades crescem cada vez mais rapidamente (Londres chega a quatro milhões de habitantes antes do fim do século XIX, e as cidades do mundo inteiro se desenvolvem agora com o ritmo das europeias)”. (2001, p. 616)

O autor afirma que a sociedade europeia está fascinada e perturbada por este ambiente novo, contraditório, pois a “[...] técnica moderna produziu, finalmente, uma nova cidade, mas, em vez de resolver os antigos problemas, abriu outros, inesperados”. (BENEVOLO, 2001, p.598). Nessa trilha, o historiador Francoise Choay afirma que “A sociedade industrial é urbana”, “[...] ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto fracassa na ordenação desses locais [...]”. (1992, p.3). Novamente Benevolo ressalta que “Na primeira metade do século XIX, os defeitos da cidade industrial parecem por demais numerosos e incomuns para que possam ser eliminados completamente. Entre a realidade e o ideal a diferença parece impossível de ser preenchida”. (2001, p.552). No que tange a arquitetura moderna, Benevolo ainda salienta:

A arquitetura moderna é a busca de um novo modelo de cidade, alternativo ao tradicional, e começa quando os “artistas” e os “técnicos” – chamados a colaborar com a gestão de cidade pós-liberal – se tornam capazes de propor um novo método de trabalho, libertados das anteriores divisões institucionais. (Benevolo, 2001, p.615)

Diante da visão de ambos autores, entendemos que, mais do que nunca, a figura do profissional urbanista foi extramente requisitada, pois, a rapidez e a proporção das transformações que sucedeu a transição da modernidade para a contemporaneidade, ampliou os problemas urbanos na mesma proporção em que a “revolução” mudou significativamente a vida do cidadão e da cidade.

## 2.2 A cidade, urbano e o urbanismo

Sobre a palavra urbanismo, a historiadora francesa Françoise Choay (1992), destaca que o seu uso é recente. Sua criação remonta ao ano de 1910. O dicionário Aurélio (2010) define a palavra como “estudo sistematizado dos métodos capazes de adaptar a cidade às necessidades de seus habitantes” (p.767).

Choay (1992) afirma que a “A sociedade industrial é urbana”, e que “a sociedade industrial tem especialistas em planejamento urbano” (1992, p.3). A autora nos alerta “[...] que as criações do urbanismo são, em toda parte, assim que aparecem, contestas, questionadas”, seja “nas superquadras de Brasília aos quadriláteros de Sarcelles”. (1992, p.2).

Nesse sentido o urbanista e geógrafo britânico, Peter Hall, (2018) no primeiro capítulo da obra *Cidade do amanhã*, intitulado *Cidades da imaginação*, inicia citando uma frase de Keynes<sup>5</sup>: “Homens práticos, que se creem absolutamente isentos de quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista defunto” . Peter Hall (2018) atribui *os bônus e os ônus* às cidades do mundo, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a uns “poucos visionários” que herdaram e acompanharam o frenesi da industrialização na proposta de uma sociedade moderna, criando-se um movimento intitulado “modernismo”. Peter Hall é crítico ao pensamento tecnicista e aos projetos urbanistas implantados em vários países ao longo do século XX. (2018, p. 19)

Com o objetivo didático, para melhor definir o urbanismo, Choay (1992) cita o pré-urbanismo<sup>6</sup>, como um período que antecede o surgimento do urbanismo enquanto ciência, tendo como referência a gênese e a crítica da cidade industrial “[...] numa perspectiva quantitativa, oriunda dos problemas do planejamento urbano ocorrido no século XIX, devido ao rápido crescimento demográfico das cidades, por uma drenagem dos campos em benefício

---

<sup>5</sup> Frase de Keynes em trecho célebre, ao finalizar o seu General Theory – “Loucos investidos de autoridade”, escrevia ele, “que ouvem vozes pelo ar, estão destilando seu delírio de algum escriba universitário em atividade num passado recente.” (HALL;2018;p.19)

<sup>6</sup> Dentre pensadores “urbanistas” do pré-urbanismo progressista, Choay (1992) relacionou (Robert Owen, Charles Fourier, Victor Prosper Considérant, Pierre-Joseph Proudhon, Étienne Cabet, Jean-Baptiste Godin, Julio Verne, Herbert-George Wells e Benjamin Ward Richardson), Ao pré-urbanismo culturalista representado por (Augustus W. N. Pugin, John Ruskin e William Morris), também criou-se de pré-urbanismo “sem modelo”, composto por (Friederich Engels, Karl Marx, P. Kropotkin, Bukharin e Probrajensky).

de um desenvolvimento urbano sem precedentes”. (1992, p.3). Na visão do modernismo, a autora, ao comparar o urbanista aos que os antecederam, considera o urbanista desprovido de habilidades e sensibilidades, como segue:

O urbanista difere do pré-urbanismo em dois pontos importante. Em lugar de ser obra de generalistas (historiadores, economistas ou políticos), ele é, sob suas duas formas, teórica e prática, o apanágio de especialistas, geralmente arquitetos. [...] “O urbanista não é outra coisa senão um arquiteto”, como afirma Le Corbusier. Além disso, o urbanismo deixa de inserir-se numa visão global da sociedade. Ainda que o pré-urbanismo tenha estado ligado a opções políticas ao longo de toda a sua história, o urbanismo é despolitizado. (CHOAY, 1992, p.18).

No início do cristianismo, Santo Agostinho utilizava-se de uma metáfora cristã para designar a ideia de que a “cidade” estava dividida em duas cidades: a Cidade de Deus e a Cidade do Homem. Deus é o planejador urbano, de modo que Santo Agostinho define as cidades como sendo: um lugar físico e uma mentalidade formada de percepções, comportamento e crenças.

É importante então destacarmos que as origens das primeiras cidades não remontam exclusivamente a fatores econômicos. Ao longo da história, a cidade ganhou importância geográfica, política, socio-econômica e cultural. Por isso, diferentes pensadores criaram diversas definições acerca da cidade, levando em consideração o seu objeto de estudo ao longo do tempo e espaço. Nesse sentido, para Etienne Juillard (1958, apud Santos, 1959, p. 10) - “uma cidade é uma forma de organização do espaço pelos homens, em vista da coordenação e da direção de suas diferentes atividades industriais e que constitui um meio geográfico diferente do meio rural que rodeia”

Com respeito a definição de cidade e urbano, Sandra Lencioni, no artigo *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*, articula uma discussão sobre a diferenciação entre os conceitos de cidade e urbano, normalmente expressado de forma dúbia. A pesquisadora busca analisar a partir de algumas observações acerca dos conceitos: “(...) o conceito de cidade e urbano, objeto desse texto, varia segundo as referências teóricas; ou seja, apresentam definições diferentes segundo diferentes teorias” (p.112). A autora expõe também sobre a epistemologia das palavras cidade e urbano. Para a autora, “Em pequeno arrazoado acerca das palavras cidade e urbano na língua portuguesa permite notar que a palavra cidade

antecede, em muito, a palavra, a indicar que a ideia de cidade precede, historicamente, à ideia de urbano.” (LENCIONI, 2008, p. 114)

Para definir o conceito de urbano, o sociólogo Henri Lefebvre (2002) em sua obra *A Revolução Urbana*<sup>7</sup>, utilizou o termo “urbano” de forma composta ao termo “sociedade urbana”, cujo reserva esse título para designar “à sociedade que nasce da industrialização”. Justificando que esse expressão responde a uma “necessidade teórica”.(LEFEBVRE, 2002, p. 18).

A cidade como objeto e o urbano como fenômeno foi uma distinção conceitual proposta por Henri Lefebvre já nos anos 60. Para ele, o urbano é o conjunto de forças culturais, sociais e econômicas, cuja expressão física, responsável, inclusive, para a reprodução desse fenômeno, era a cidade. Essa distinção, puramente conceitual, é uma forma de tornar claros dois termos usados, por vezes, como sinônimos. A *cidade* seria, nesses termos, o lócus de fluxos financeiros, relações sociais, políticas, econômicas, e onde ocorre a concentração de bens de reprodução do capital e da mão-de-obra e o lócus ideal, pela convergência dessas forças, para sua reprodução e disseminação.

A geógrafa Lencioni, direciona sua análise sobre o conceito de urbano afirmando que a “[...] sociedade capitalista industrial no Brasil emerge no momento em que a reprodução ampliada do capital passa a ser comandada pela atividade industrial”. (2008, p.116). Para definir o urbano no Brasil, faz a seguinte referência:

Segundo Tavares (1972) e Melo (1984), dentre outros, só a partir desse momento é que podemos falar em industrialização, muito embora a atividade industrial já existisse. Só a partir desse momento, quando a reprodução ampliada do capital passa a ser comandada pela atividade industrial, é que há uma emancipação do capital industrial da atividade primário-exportadora, precisamente, da cafeicultura. A partir de então o capital industrial passa a gerar seu próprio crescimento industrial. Dessa forma, para autores, só em 1930 é que estão constituídas plenamente as bases de uma sociedade industrial. (LENCIONI, 2008, p.116).

Os modelos de cidades dependerão da metodologia utilizada pelos especialistas no decorrer da elaboração do planejamento urbano. Ao observamos a obra *A Cidade e o Arquiteto*, de

---

<sup>7</sup> Por “revolução urbana”, Henri Lefebvre, diz que “designaremos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à *sociedade urbana* passará ao primeiro plano. (LEFEBVRE, 2002, p.17)



Lenardo Benevolo (1984), apropria-se de uma representação pelo formato da administração como critério a nomeação de nova nomenclatura para as cidades, como por exemplo: a cidade liberal; a cidade pós-liberal; a cidade pós-liberal corrigida; a cidade moderna. Já Peter Hall, na obra *A cidade do amanhã*, elabora a seguinte classificação das cidades: da imaginação; da Noite Apavorante; do Variegado Encontro; no Jardim; na Região; dos Monumentos; das Torres; da Suada Equidade; da Autoestrada; da Teoria; do Empreendimento; da Deslustrada Belle Époque; da Permanente Subclasse. Ainda sobre os modelos de cidades, Adriana Gelpi (2016), na obra – “A cidade comentada”, dentre as expressões urbanas e o urbanismo, demonstra uma série de definições de modelos de cidades, ao qual destacam-se as cidades:

[...] da Continuidade; da Diversidade; da Historicidade; da Justiça Social; da Policentralidade; da Preservação Ambiental; das Interfaces; dos Espaços Abertos; Ecológica; Global; Industrial; Informal; Jardim; Linear; Cidade Marketing; Média; Nova; Polo; Pós-moderna; Satélite; Universitária; Cidadela; da Continuidade; da; dos Cidade e Não Cidade; (GELPI, 2016, p. 34-39).

## 2.3 O urbanismo moderno

Para a análise sobre o advento do urbanismo e o planejamento das cidades, de maneira didática, a historiadora Françoise Choay (1992) faz uma divisão de dois modelos urbanistas que se caracteriza por um movimento Progressista e outro Culturalista. A autora define que no modelo progressista os planejadores utilizam-se de um pensamento tecnicista com vieses racionalista, tendo ciência e a técnica, instrumentos necessários que possibilita resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. A partir das obras de Owen, Fourier, Richardson, Cabet, Proudhon, a autora lembra que “todos esses autores têm em comum uma mesma concepção do homem e da razão, que subtece e determina suas propostas relativas à cidade.” (p.8). Quando fundam suas críticas da “grande cidade industrial no escândalo do individuo humano como tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipos cientificamente dedutíveis”. (CHOAY, 1992, p.9).

Choay (1992) afirma ainda que no modelo culturalista representa-se nas “obras de Ruskin e de William Morris; é ainda reencontrado no fim do século em Ebenezer Howard, o

pai da cidade-jardim”. (1992, p. 9). Seu ponto de partida crítico não mais a situação do indivíduo, mas a do agrupamento humano, da cidade. Nesse modelo o indivíduo não é uma unidade intermutável como no modelo progressista; por suas particularidades e sua originalidade própria, cada membro da comunidade constitui, pelo contrário, um elemento insubstituível nela. “O escândalo histórico de que falam os partidários do modelo culturalista é o desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade, sob a pressão desintegradora da industrialização”. (CHOAY, 1992, p.9).

Nessa discussão urbanística, entendemos por moderno a tendência que se originou pelo Movimento Moderno e que dominou os debates sobre o crescimento desordenado das cidades Inglesas que viveram o “boom” da Revolução Industrial. Reportando-se a Ebenezer Howard, Choay vai afirmar que o movimento “[...] começou ao longo dos anos 1910, mas foi depois da Segunda Guerra Mundial que ele conheceu um verdadeiro voo, ligado à atividade prática crescente do urbanismo. (1992, p.35).

Segundo Freitag (2006), para Charles- Edouad Jeanneret, chamado de Le Corbusier, autor da “Carta de Atenas”, o movimento moderno resultou de um encontro programático de arquitetos e urbanistas na capital da Grécia em 1933. Para Freitag, no plano de estudos chamado “Manière de penser l’urbanisme”, contido no anexo do livro de mesmo nome, Le Corbusier sugere organizar o estudo da disciplina Urbanismo Moderno em oito seções:

I – Ideias gerais e síntese; II – A noção do “saber habitar”, na escola; III – A normalização do espaço construído (estudo dos equipamentos domésticos, da construção do alojamento e da industrialização do alojamento); IV – Estudo da saúde; V – Estudo do trabalho (subdividido em agricultura e indústria); VI – Estudo do folclore; VII – Financiamento e legislação; e VIII – Empresa. Essas seções revelam o núcleo da disciplina e o centro das preocupações urbanísticas que autoridades, professores e alunos devem ter em mente ao institucionalizar um curso para a nova disciplina. (2006, p.59)

Para atender questões higienistas, cuja a obsessão pela questão da saúde e higiene polariza as noções de sol e do verde, algo muito recorrente no período pós Primeira Guerra Mundial. Para Choay, Le Corbusier entende “que a cidade-jardim aparece como solução para resolver o problema dos congestionamentos dos grandes centros – a cidade transformar-se-á, pouco a pouco, num parque”. Assim [...] o objetivo do urbanista deve ser o de criar entre a cidade e o campo um contato cada vez mais estreito”, o que remete aos conceitos da “cidade-

jardim” vertical de Le Corbusier. (CHOAY, 1992, p.22).

Os princípios urbanísticos de Le Corbusier foram apresentados ao mundo por meio de sua proposta detalhada para “uma cidade contemporânea de três milhões de habitantes”. A proposta foi direcionada a cidade de Paris, que, devido ao aumento populacional estava no seu limite, considerado por Le Corbusier como “uma cidade doente, muito doente”. O projeto recebeu o nome de Ville Contemporaine (cidade contemporânea), divulgada pelo próprio autor em 1922 e reproduzida também em seu livro *Urbanismo*, de 1924. No livro *Urbanismo*, Le Corbusier (2000) sintetizou os princípios fundamentais do urbanismo moderno em quatro itens: o descongestionamento do centro das cidades; o aumento da densidade; o alargamento das vias de circulação; o aumento das áreas de vegetação.

Nessa ocasião, foram estabelecidos os princípios básicos do morar e viver moderno da primeira metade do século XX. Dez anos depois, Le Corbusier redige esses princípios em um texto que ficou conhecido como “A Carta de Atenas”. Trata-se de um a espécie de mandamentos do urbanismo moderno. Esta carta, datada de 1933, redigida e assinado por grandes arquitetos e urbanistas internacionais do início do século XX, foi resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas, na Grécia. A Carta, que trata da chamada Cidade Funcional, prega a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, e propõe substituir as áreas de adensamento tradicionais pela Cidade Jardim, na qual os edifícios se localizam em áreas verdes pouco densas. As características apontadas na Carta influenciaram o desenvolvimento de cidades européias pós Segunda Guerra Mundial e a criação do Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa. Esta ideologia foi construída nos congressos internacionais de arquitetura moderna. As onferências do CIAM foram realizadas em intervalos desiguais entre 1928 e 1953. Nelas, representantes do Movimento Moderno de diversos países debatiam os temas considerados mais relevantes para a profissão à época. Na verdade, ali se construiu o arcabouço teórico que se tornaria hegemônico para a prática da arquitetura e do urbanismo em grande parte do mundo.

Para Freitag (2006), na atualidade, essa carta é festejada como o melhor do planejamento urbano produziu no século passado, ou aos olhos dos opositores. Para a autora, “o pior que pôde acontecer para o planejamento urbano nos últimos séculos. Com isso, fica

evidente que Le Corbusier é um nome controvertido entre os especialistas da cidade”. (FREITAG, 2006, p.58). Bárbara Freitag (2006) nos mostra que Choay relativiza essa crítica, ao atribuir a todos os modelos progressistas do urbanismo, do qual o de Le Corbusier é:

[...] o protótipo, uma tendência autoritária, coercitiva, em que as funções de morar (na casa e na cidade, ambas concebidas como máquinas) subordinam os moradores à sua própria lógica. Trata-se de uma visão racionalista, tecnocrática, a-histórica, que ignora as tradições culturais e pretende estruturar o presente e o futuro, levando em consideração novas tecnologias, materiais de construção e ideias “progressistas”, em que prevalecem os princípios da higiene, da luz, da ventilação, da circulação. (FREITAG, 2006; p.63)

Choay (1992) afirma que “para Le Corbusier, arquitetura e urbanismo são indissociáveis, uma arquitetura nova que ponha em prática as novas técnicas de construção e a nova visão do espaço só tem sentido quando integrada a uma cidade moderna”. (1992, p. 183) Nunes Ferreira (2017), afirma que “era um plano urbanístico visionário que já defendia a ideia de criar-se uma cidade a partir do zero, em oposição a requalificar condições preexistente” (2017, p. 88)

Segundo a socióloga, Bárbara Freitag (2006), a essência desse receituário do urbanismo moderno consiste em distinguir quatro funções básicas, a serem respeitadas na projeção, no planejamento e na reforma urbanos: a função de habitar, a função de trabalhar, a função de circular e a função de lazer. Ao divulgar esses princípios, com o quais se identificava, Le Corbusier pode ser considerado o fundador do moderno urbanismo como disciplina.

O urbanismo moderno, ainda mais do que a arquitetura moderna, foi considerado algo além de um conjunto de diretrizes. A nova cidade do século XX deveria surgir sobre novos fundamentos que, juntos, formavam, para muitos urbanistas, uma nova ideologia.

Bárbara Freitag (2006), enfatiza que Le Corbusier passou a exercer influência sobre uma nova geração de urbanistas e arquitetos, entre eles, “franceses, italianos e brasileiros, que assimilaram as ideias e propostas para remodelar, no caso do Brasil, cidades já existentes e para desenvolver, na prancheta, cidades planejadas, como Goiânia e Brasília”. (2006, p.60).

## **2.4 O urbanismo moderno e contemporâneo no Brasil**

No Brasil Colonial, os profissionais de construções e urbanismo que vinham da Europa, enviados pelos reis de Portugal, eram oriundos de Portugal e outras nacionalidades. A partir de 1808, a família real fomentou a criação e regularização de instituições necessárias à sede do Império, bem como suas normatizações. A partir de então, o Brasil necessitaria, em razão de ser o centro do reino português, de estradas de ferro, portos, saneamento básico, ou seja, precisava desenvolver-se, modernizar-se. Diante da crescente demanda, foi criada a Escola Politécnica, em 1874, no Rio de Janeiro, a, que formava profissionais civis na área da Engenharia.

A indústria da construção civil, sobretudo aquela voltada para a execução de altos edifícios, pontes e viadutos, surgiu no Brasil no final da Primeira Guerra Mundial, principalmente devido à indústria à introdução do concreto armado no país. Shozo Motoyama (2004) afirma que antes de 1920,

“[...] a engenharia brasileira era rudimentar: os edifícios eram baixos e não necessitavam de sofisticados cálculos para o projeto e execução. As pontes e viadutos eram poucos e foram construídos até então, em sua maioria, por técnicos estrangeiros”. (2004, p.365).

A primeira fase da era Vargas (1930-1945) provocou um surto de ascensão econômica e industrial do Brasil, ocasionando a gradativa necessidade de modernização de seu parque industrial, consequentemente enseja a regulamentação das profissões, dentre elas a engenharia, que teve na promulgação do Decreto Federal n.º 23.569 a regulamentação as profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor, e a instituição dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Arquitetura. Sobre a regulamentação da Engenharia e a Arquitetura, na década de 1960, Pedro Braga afirma que:

A Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, substitui o referido Decreto Federal, alterando-o no que concerne à Agronomia, que passa a integrar os Conselhos; a composição destes passa de dez para dezoito membros; seus presidentes não são mais designados pelo Poder Público, mas eleitos; são criadas as câmaras especializadas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura – CREAs; são nos conselhos onde as empresas passam a ser

registradas; o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA passa a ser competente para baixar resoluções; o salário mínimo profissional é assegurado; as profissões são caracterizadas em razão do interesse social. Ademais da Lei n.º 5.194, essas profissões são disciplinadas também pelo Decreto Lei n.º 241, de 27 de janeiro de 1967, e pela Lei n.º 6.619, de 16 de dezembro de 1968, principalmente. Existem outros diplomas legais que introduzem algumas alterações. (2008, p.163)

André Castro (2010) afirma que a arquitetura moderna brasileira foi estruturada ainda em meados dos anos 1930, sobre um discurso que resgatava um passado distante, da arquitetura colonial. Tal discurso pregava que:

[...] a arquitetura colonial seria a “verdadeira” arquitetura brasileira, por ter sido feita conforme as necessidades do povo brasileiro, numa condição de semi-isolamento, com os meios e as técnicas possíveis e com os recursos artísticos desenvolvidos por arquitetos, mestres de obras, escultores e pintores presentes em território nacional. (CASTRO, 2010, p.167)

No Rio de Janeiro, as propostas de Le Corbusier<sup>8</sup> e a ascensão de Getúlio Vargas trazem mudanças ao curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), quando o jovem arquiteto Lúcio Costa, formado em 1924, é nomeado diretor, com o propósito de renovar o ensino e trazê-lo à modernidade. Sobre o objetivo da arquitetura moderna André Castro (2010) diz que

Como a arquitetura moderna buscava o estabelecimento de uma matriz artística nacional, o discurso construído pelos pioneiros modernos, com destaque para Lucio Costa, mas seguido por expoentes como Oscar Niemeyer, Afonso Eduardo Reidy, João Batista Vilanova Artigas, criou uma história da arquitetura brasileira que começa no período colonial, tem uma interrupção com o ecletismo e é retomada pelo Movimento Moderno. Assim, são eleitas algumas obras e cidades paradigmáticas construídas na América

---

<sup>8</sup> A Arquitetura Moderna no Brasil teve a colaboração de dois arquitetos estrangeiros, um deles, o franco-suíço Le Corbusier com sua contribuição no projeto do Ministério da Educação e Saúde, tendo sua proposta reinterpretada por um grupo de jovens arquitetos cariocas, que logo após foram nacionalmente reconhecidos na Escola Carioca. O outro, em São Paulo, o ucraniano Gregori Warchavchik, formado na Itália, propunha uma casa livre de todos os adornos, tal como propagara Adolf Loos, mas cujo jardim era pleno de espécies típicas brasileiras, acabou unindo-se à Escola Paulista. (STASCHOWER, 2017, p.149).

portuguesa, que são alçadas à condição de “passado arquitetônico e urbanístico glorioso. (2010, p.167)

Ainda sobre o Movimento Moderno na arquitetura brasileira até os anos 1960, André Castro (2010) comenta que esse foi caracterizado por dois elementos principais.

O primeiro, diz respeito à busca de fundamentos nas raízes culturais desenvolvidas na América Portuguesa, sobretudo a arquitetura do período colonial encontrada em Minas Gerais. O segundo, refere-se à premissa de que a arquitetura ajudaria a projetar um futuro de desenvolvimento tecnológico e social para o Brasil e os brasileiros. (2010, p.170)

Assim, a arquitetura seria tanto uma forma de alcançar uma identidade nacional singular, quanto uma maneira de desenvolver tecnológica e economicamente o País. André Castro (2010) enfatiza ainda que

Dois personagens, presentes na história de Brasília, encarnam ambas as faces. Lucio Costa, urbanista que desenha a cidade com um pé no passado e um olhar para o futuro, e Oscar Niemeyer, arquiteto que desenha seus edifícios, com as mesmas preocupações. Mas cabe ampliar o panorama para compreender como esses personagens e suas obras se enquadram, nos anos 1950 e 1960, num quadro maior de transição da arquitetura mundial. (2010, p.170)

Mas a década de 1950 ainda traria mais uma marca internacional à arquitetura modernista, quando Juscelino Kubitschek decide mudar a capital do país para o interior do Brasil, lançando um concurso nacional para a concepção de um Plano Piloto de uma cidade de até 500 mil habitantes (STASCHOWER, 2017). Na memória dos brasileiros, os cinco anos do governo Juscelino são lembrados como um período de otimismo a grandes realizações, cujo maior exemplo é a construção de Brasília<sup>9</sup>. (FAUSTO, 2012). À frente do planejamento de Brasília ficaram o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa, duas figuras de renome internacional. Sobre a construção de Brasília o próprio comenta Juscelino Kubitschek

---

<sup>9</sup> Coube a Juscelino Kubitschek comandar o grande esforço de construção de Brasília, assumindo como sua missão a transferência da capital do litoral para o interior. Ao seu lado estiveram idealizadores e realizadores como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Burle Marx, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e Ernesto Silva. Envolvidos no mesmo esforço, estiveram milhares de trabalhadores – homens e mulheres de todo o país que se deslocaram para o centro do Brasil em busca de oportunidades e de sonhos. Pioneiros da nova cidade, muitos deles lançaram raízes em Brasília e fizeram dela um fervilhante cadinho de culturas, sotaques e cores. Disponível no site: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not07.asp>> Acesso em: 12 de julho de 2019.

Tudo teve início na cidade de Jataí, em Goiás, a 4 de abril de 1955, durante minha campanha como candidato à Presidência da República. (...) No discurso que ali pronunciei, referindo-me à agitação política que inquietava o Brasil e contra a qual só via um remédio eficaz — o respeito integral às leis —, declarei que, se eleito, cumpriria rigorosamente a Constituição. Foi nesse momento que uma voz forte se impôs, para me interpelar: "O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas *Disposições Transitórias*, a mudança da Capital Federal para o Planalto Central." Procurei identificar o interpelante. Era um dos ouvintes, Antônio Carvalho Soares - vulgo Toniquinho -, que se encontrava bem perto do palanque. (...) A ideia que fora posta em movimento, no comício de Jataí, já dispunha de velocidade própria. Caminhava celeremente, e mesmo a mudança da sede do governo já tinha a sua data fixada por lei. O desafio estava lançado. Isso significava que eu disporia de dois anos e quarto meses apenas para concluir a assustadora tarefa. A responsabilidade, porém, não me atemorizava. (KUBITSCHKE, 2000, p.20)

O arquiteto Oscar Niemeyer<sup>10</sup> também comenta o início de sua atuação no projeto de construção de Brasília

Comecei a pensar em Brasília certa manhã – setembro de 1956 - quando Juscelino Kubitschek, descendo do seu carro na Estrada da Gávea, parou no meu portão e, levando-me para a cidade, expôs o problema. Minha primeira reação correspondeu ao interesse que essa obra representava, interesse profissional e afetivo, pois via nela empenhado o velho amigo a quem me ligavam outros trabalhos, outras dificuldades e uma antiga e fiel amizade. Daí em diante passei a viver em função de Brasília. (NIEMEYER, 1961, p. 8).

Com relação à escolha do projeto do arquiteto e urbanista brasileiro Lúcio Costa para construção do Plano-Piloto de Brasília, Oscar Niemeyer<sup>11</sup> também comenta que - “a

---

<sup>10</sup> Entre as obras de Oscar Niemeyer mais reconhecidas, dentro e fora do Brasil, sem dúvida estão os Palácios que circundam a Praça dos Três Poderes em Brasília. Essa praça, tal como um triângulo equilátero, contém em seus vértices construções que refletem a igualdade dos poderes republicanos – Executivo (Palácio do Planalto), Judiciário (Supremo Tribunal Federal) e Legislativo (Congresso). (...) As obras de Niemeyer em Brasília têm por característica plástica o uso de formas geométricas simples, paralelepípedos e esferas, porém as soluções estruturais são rebuscadas e engenhosas para destacar os efeitos estéticos. Recordando os princípios projetuais pregados pela Arquitetura Modernista: elementos técnicos, estruturais e funcionais terminavam por respaldar uma síntese estética. (STASCHOWER, 2017, p.166).

<sup>11</sup> Entre as obras de Oscar Niemeyer mais reconhecidas, dentro e fora do Brasil, sem dúvida estão os Palácios que circundam a Praça dos Três Poderes em Brasília. Essa praça, tal como um triângulo equilátero, contém em seus vértices construções que refletem a igualdade dos poderes republicanos – Executivo (Palácio do Planalto), Judiciário (Supremo Tribunal Federal) e Legislativo (Congresso). (...) As obras de Niemeyer em Brasília têm por característica plástica o uso de formas geométricas simples, paralelepípedos e esferas, porém as soluções estruturais são rebuscadas e engenhosas para destacar os efeitos estéticos. Recordando os princípios projetuais pregados pela Arquitetura Modernista: elementos técnicos, estruturais e funcionais terminavam por respaldar uma síntese estética. (STASCHOWER, 2017, p.166).



situação se esclareceu. Não se tratava apenas de um homem puro e sensível, mas também de um grande amigo com o qual me poderia entender”. (NIEMEYER, 1961, p.9)

Assim, Brasília é a um só tempo, o apogeu do movimento moderno da arquitetura e o início de sua revisão. Apesar de propor uma cidade em consonância com os preceitos do IV CIAM<sup>12</sup> e da Carta de Atenas, Lucio Costa coloca a dimensão histórica no próprio traçado da cidade. (CASTRO, 2010, p.170). Oscar Niemeyer define que nos setores urbanos de Brasília pensou-se da seguinte forma:

Em Brasília, nos setores urbanos a que me referi, fixamos volumes, espaços livres, alturas, materiais de acabamento externo etc., tendo em vista impedir que a cidade cresça, como as demais cidades modernas, num regime de desarmonia e confusão. Mas, nas casas individuais, nos prédios afastados, cercados de áreas livres, garantimos uma total liberdade de concepção, dentro, é lógico, das regras de proporção que a arquitetura exigiu. (1961, p.25)

Comentando a construção do Palácio do Congresso, Oscar Niemeyer explica que a característica almejada no projeto arquitetônico persegue uma edificação monumental, no intuito de elevar o Brasil ao patamar da modernidade:

“[...] a composição se formulou em função desse critério, das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres, da profundidade visual e das perspectivas e, especialmente, da intenção de se lhe dar um caráter de alta monumentalidade, com a simplificação de seus elementos e a adoção de formas puras geométricas”. (1961, p.28)

Ainda sobre Brasília, Niemeyer comenta que ao pensar a edificação da cidade, almejou-se uma cidade humanizada:

Cidade que acredito bela, baseada num traçado humano e realista, enriquecida por uma arquitetura em que está presente - por modesto que seja - o conteúdo de criação indispensável às obras de arte. Arquitetura que desejamos funcional, mas, antes de tudo, bela e criadora. E espero que Brasília seja, também, uma cidade de homens felizes; homens que sintam a vida em toda a sua plenitude, em toda a sua

---

<sup>12</sup> "Iniciado em 29 de julho de 1933 a bordo do navio 'Patris II', o quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - C.I.A.M., cujo tema foi a 'Cidade Funcional', foi concluído dias após em Atenas. Durante a viagem, cem delegados analisaram trinta e três cidades, de quatro continentes. Utilizaram para isso dois mapas na escala 1:10.000, um documentando as atividades residenciais, atividades produtivas e áreas públicas equipadas; outro documentando o tráfego e a rede viária. Empregaram ainda um mapa, em escala 1:50.000, assinalando a cidade com seu entorno imediato, suas ligações suburbanas e as características do relevo e da paisagem. As conclusões deste encontro foram reunidas na Carta de Atenas." Disponível no site: < <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1467>>, Acesso em: 25 de julho de 2019.

fragilidade; homens que compreendam o valor das coisas simples e puras - um gesto, uma palavra de afeto e solidariedade. (1961, p.37)

Enrique Grunspan (2017) lembra a construção de Brasília está atrelada ao chamado “Milagre Brasileiro<sup>13</sup>” do final da década de 1960 até fins de 1970. Para Staschower (2017, p. 208), à época “ [...] há uma pasteurização da produção de arquitetura, cujas obras passam a ser fruto de grandes conglomerados e empresas de projeto, que imprimem um caráter anônimo e tecnicista às construções”. Desse modo o autor descreve uma mudança nas características arquitetônica brasileira

[...] a busca da plástica aliada à técnica que conduziria à transformação social cede lugar a uma contestação difusa da realidade das grandes cidades e à crise na consciência que a racionalidade modernista poderia ser a resposta às demandas nas grandes cidades – habitação, trabalho, transporte e lazer.” (STASCHOWER, 2017, p.208).

As décadas de 1980 a 1990 caracterizam pela chamada pós-modernidade da arquitetura brasileira, sendo que Enrique Grunspan (2017) denomina como o “futurismo retroativo em que algumas características ornamentais, prévias ao Modernismo, seriam reutilizadas (a contestação formal)” (p.204). Para definir a tendência da arquitetura contemporânea<sup>14</sup> no Brasil, o autor exemplifica a “ruptura com a anterioridade” da seguinte forma:

A fim de que você consiga entender melhor a respeito da arquitetura contemporânea no Brasil, consideremos a seguinte situação de atuação profissional. Imagine que, logo após ter iniciado as atividades do seu próprio escritório de arquitetura, junto com seus colegas de profissão, você recebe um cliente que lhe solicita o projeto de sua residência particular. No programa de necessidades, entre outros elementos, é solicitado que a residência seja uma casa de dois andares, com três quartos, sendo uma suíte, dois banheiros, cozinha, lavanderia, sala de estar, home theater, piscina e churrasqueira. E, além disso, o cliente requer que a casa seja projetada de

---

<sup>13</sup> O período do chamado “milagre” estendeu-se de 1969 a 1973, combinado o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. Isso parecia um milagre. (FAUSTOS, 2012, p.413)

<sup>14</sup> A arquitetura contemporânea ainda está sendo projetada e construída em diversas partes do mundo e, por isso mesmo, ainda suscita reflexões sobre a sua plena definição. No entanto, diversos dos elementos que a caracterizam já são razoavelmente bem conhecidos: globalismo, ousadia formal, emprego de alta tecnologia e individualismo projetual. (STASCHOWER, 2017, p.221)

acordo com as tendências da arquitetura brasileira contemporânea”. (STASCHOWER, 2017, p.218)

No que tange a arquitetura contemporânea, Enrique Grunspan (2017), divide sua argumentação em três etapas:

**Primeiramente**, cabe compreender que o local e o regional convivem e até fazem parte do global, na contemporaneidade. Não há mais a defesa de um modelo arquitetônico universal. A arquitetura global se adequa a diversas partes do planeta, mas não segue uma padronização, como na época do Modernismo. E isso permite que o local e o regional também sejam valorizados. **Em segundo** lugar, a despeito da grande valorização dos elementos tecnológicos e do distanciamento de interesses próprios do Modernismo como a habitação coletiva, a arquitetura e o urbanismo contemporâneos também se voltam para novas questões de interesse social, como a sustentabilidade. **Em terceiro** lugar, existe uma arquitetura contemporânea brasileira, caracterizada, de um lado, por edifícios e projetos urbanos de caráter globalista, e, de outro lado, pelo emprego de soluções tipicamente brasileiras, sobretudo no que se refere ao uso de materiais construtivos típicos do Brasil. Finalmente, existe um convívio do Moderno com o Contemporâneo no Brasil, devido à forte influência do primeiro sobre a nossa arquitetura e o nosso urbanismo. (STASCHOWER, 2017, p.222)

Enrique Grunspan (2017) afirma que a arquitetura contemporânea é uma arquitetura projetada e construída entre o final do século XX e o início do século XXI, e que constitui uma cristalização do momento histórico que vivemos, pelo menos desde os anos de 1990. O autor afirma que no Brasil há também obras importantes de arquitetura contemporânea como, por exemplo:

[...] o edifício Os Bandeirantes<sup>15</sup> (1994), localizado na capital paulista e projetado pelo escritório Aflalo & Gasperini Arquitetos; o Edifício Sede do Interlegis (2001), em Brasília, DF, projeto de Luís Antônio Reis (1956) e o Novo Museu ou Museu Oscar Niemeyer (2002), em Curitiba, no Paraná, projeto do próprio Niemeyer (1907-2012).” (STASCHOWER, 2017, p.222)

---

<sup>15</sup> O edifício “Os Bandeirantes” (1994) é multifuncional, pois o seu programa comporta uma agência bancária e dez andares de escritórios. Por seu caráter contemporâneo, ele se destaca em relação ao seu entorno, distinguindo-se dos demais prédios à sua volta. Os principais materiais construtivos nele utilizados foram o concreto protendido, aço, granito vermelho, vidro e alumínio. O que lhe confere uma identidade contemporânea, além da sua volumetria em linhas muito delicadas, é o emprego de vidro de alta e média refletividade nas suas fachadas, o que também contribui para reduzir a temperatura no interior do prédio de forma mais natural. Internamente o edifício foi equipado com equipamentos modernos de inteligência predial. Como todo edifício contemporâneo, o Bandeirantes constitui um marco técnico e estético no coração da metrópole paulistana. (STASCHOWER, 2017, p.223)

A construção de Brasília virou lenda, por ter sido projetada e executada num espaço de tempo em que teria que ser finalizada ao término dos quatro anos de mandato do governo Kubitschek. No último ano, o ritmo das obras perdurou um regime de 24 horas de trabalho ininterrupto. Brasília foi protagonista de segregação social em todo o seu processo, pois a ideia que se tem é que ao termino da construção da capital, não houve um planejamento para acomodar os trabalhadores da construção civil, que na sua maioria eram imigrantes da região norte e nordeste, foram expurgados para as cidades periféricas ou favelas modernas. Peter Hall (2016) lembra que:

Brasília, símbolo da modernidade, não devia ter nada disso; a invasão de terra, ali, havia que ser simplesmente abolida. E em certo sentido até que foi: empurraram-na simplesmente para longe dos olhos e das mentes. Na época da construção, criou-se por necessidade a assim chamada Cidade Livre; logo depois, os posseiros criaram perto do assentamento de Taguatinga. Após inauguração, as autoridades tentaram destruí-los, o que provocou tumultos; em 1961, para consternação dos profissionais de arquitetura, aprovou-se uma lei que permita a permanência da cidade-satélite. Em meados da década de 1960, foi oficialmente estimado que um terço da população do Distrito Federal, 100 mil pessoas, viviam em “submoradias”; não tardou que essa cifra ultrapassasse a metade. (HALL, 2016, p.303)

Esse tipo de modernidade urbana verifica-se também em Palmas, a capital do estado do Tocantins, Palmas<sup>16</sup>, considerada a última cidade planejada no Brasil do século XX a seguir os moldes da capital país, Brasília. Nesse sentido o arquiteto, coautor do plano urbanístico de Palmas, Luís Fernando Cruvinel Teixeira, comenta que a cidade foi concebida como uma cidade aberta, é que o – “plano urbanístico e a estratégia de sua implantação consideraram que uma cidade, antes de ser um produto acabado, é um processo sem fim”. (2009, p.97). Sobre as características ao plano urbanístico, o autor diz que:

De acordo com o plano urbanístico, uma vez implantada a rede básica de quadras, a partir da abertura das vias arteriais, cada uma delas seria objeto de parcelamento interno próprio, podendo as soluções variar em cada caso, inclusive quanto aos tipos construtivos permitidos para as edificações (casas, edifícios de apartamentos, residências geminadas, etc.). Nos miolos das quadras foram previstos equipamentos públicos básicos, como praças e escolas. (TEXEIRA, 2009, p.95).

---

<sup>16</sup> A Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro de 1989, definiu Palmas como a capital do Estado, estabelecendo a data de 1º de janeiro de 1990 para a transferência da capital de Miracema do Tocantins para Palmas. Antes, em 29 de dezembro de 1989, o município de Taquaruçu do Porto teve sua sede transferida para o local onde estava sendo construída a capital e seu nome mudado para Palmas. A pedra fundamental de construção da cidade foi lançada em 20 de maio de 1989. (TEXEIRA, 2009, p.93)

Segundo o próprio Teixeira (2009) – “o impacto da fundação de Palmas atraiu gente de quase todos os lugares do país, [...] como costuma ocorrer neste tipo de empreendimento no Brasil, são os mais pobres que se fixam primeiro e em maior número”. (p.98). Percebe-se que em muitos casos, as cidades planejadas, especificamente os centros urbanos não são pensados para a população menos favorecida. Nesse sentido o autor descreve o crescimento desordenado da cidade, gera uma cidade totalmente segregada em classes sociais:

Os mecanismos de formação do preço e de acesso à terra dirigiam boa parte da demanda por moradia sobretudo para os bairros de Taquaral e Aurenys, projetados pelo próprio governo e situados fora da área do plano básico. Ocuparam, portanto, o território destinado à expansão urbana norte, quando deveriam ser implantadas após a urbanização de 70% da área projetada pelo plano diretor. Esse processo deveu-se, em grande parte, a políticas de governo deliberadamente de segregação da população mais pobre, antecipando uma forma de organização do espaço urbano que o mercado imobiliário, por si só, talvez só pudesse construir ao longo de muitos anos. O resultado desse processo implicou uma baixa densidade na ocupação do solo, com impactos negativos nos custos de implantação da infraestrutura urbana. (TEIXEIRA, 2009, p.97)

A modernidade urbana verificada em Brasília e Palmas não está isenta de críticas. Peter Hall (2016, p. 294), ao analisar a cidade contemporânea projetada ou inspirada pelo projeto modernista de Le Corbusier, as chamadas cidades planejadas, lembra que a “parte central da cidade contemporânea era, claramente, um tipo de lugar de classe média”. A maneira pela qual a nova estrutura da cidade ia sendo alcançada, percebeu-se que o projeto urbanístico não era uniforme ao longo de toda cidade. Nesse sentido, Peter Hall (2016, P. 293) nos lembra de que “a Cidade Contemporânea devia ter uma estrutura especial claramente diferenciada. E isso para corresponder a uma estrutura social específica, segregada; a moradia de uma pessoa dependia da atividade por ela exercida”

Se pensarmos o planejamento urbanístico na perspectiva da construção das capitais, Brasília e Palmas, pelo menos no Brasil, o projeto de cidade contemporânea, que tenha o desafio de promover a construção de uma sociedade urbana mais igualitária foi uma falácia, pois, quem encomendou e planejou as cidades, não pensou espaços para a classe baixa, caracterizando uma grande falha, pois num país onde ricos e pobres sempre estiveram segregados, o que era para ser um símbolo de modernidade representou um símbolo de atraso

e retrocesso urbanístico. As cidades-satélites<sup>17</sup> em Brasília, ou os Aurenys em Palmas não existiam nos projetos dos urbanistas que as projetaram. Nesse sentido Peter Hall (2016) afirma que “o próprio Niemayer, na ocasião, que o plano fora distorcido e desvirtuado [...] e que Le Corbusier sofreu angústias idênticas durante grande parte de sua vida: é difícil construir uma City Beautiful<sup>18</sup> em meio à confusão gerada pela democracia e as leis de mercado. (HALL, 2016, p.308)

O final do século XX é marcado por uma intensificação da globalização, onde a tecnologia da comunicação expandiu a interação entre os povos, estreitando as relações e difundindo as diferenças culturais das comunidades. Nesse sentido, percebe-se que há desafios globais muito mais focalizada na dimensão humana. Se olharmos a história das cidades, pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planejamento influenciam o comportamento humano e as formas de funcionamento das cidades. Destarte, na perspectiva da globalização, podemos considerar que as cidades na contemporaneidade de certa forma também são cidades Globalizadas, David Harvey (2013) em seu artigo *A liberdade da cidade*, define as cidades “globais” como:

As chamadas cidades “globais” do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados. Na cidade de Nova York, durante o *boom* da década de 1990, o salário médio de Manhattan subiu à substancial taxa de 12%, mas nos bairros vizinhos caiu de 2 a 4%. As cidades sempre foram lugares de desenvolvimentos geográficos desiguais (às vezes de um tipo totalmente benevolente e entusiasmante), mas as diferenças agora proliferam e se intensificam de maneiras negativas, até mesmo patológicas, que inevitavelmente semeiam tensão civil. A luta contemporânea de absorver o mais-valor durante a fase frenética de construção da cidade (basta observar o horizonte das cidades de Xangai, Mumbai, São Paulo, Cidade do México) contrasta dramaticamente com o desenvolvimento de um planeta onde favelas proliferam. (2013, p.16).

---

<sup>17</sup> As cidade -satélites não existiam no projeto de Lúcio Costa nem nas diretrizes da Novacap. Jáme. Hol ton resenha de maneira saborosa a história de sua gestação sob a pressão dos habitantes vindos a Brasília em busca de trabalho nos canteiros de obras. A Vila Sarah Kubitschek, que suscitaria a criação de Taguatinga em 1958; a Vila Amaury acarretando a de Sobradinho, em 1960; a legalização da Cidade Livre, acampamento provisório que e tornou permanente em 1961, na condição de cidade-satélite. (PANERAI, 2006, p.174)

<sup>18</sup> Peter Hall define que o movimento City Beautiful teve suas origens oitocentistas nos bulevares e passeios públicos das grandes capitais europeias: a reconstrução de Paris, realizada por Haussmann sob Napoleão quase III, e a construção quase simultânea da Viena *Ringstrasse* foram seus modelos clássicos. Todavia suas manifestações no século XX ocorreram sore tudo em outros lugares e culturas: nas grandes cidades comerciais de centro e do oeste norte-americanos, onde líderes municipais construíram para superar complexos coletivos de inferioridade e impulsionar os negócios; e nas capitais recém-designadas de regiões longínquas do Império, onde funcionários britânicos autorizaram a execução de projetos que expressam a supremacia imperial e o exclusivismo racial. (HALL, 2016, p. 249)

## **2.5 A identidade com a cidade na contemporaneidade**

O processo de desenvolvimento da cidade, em regra, determina a transformação dos espaços urbanos, comprometendo a imagem das cidades que consta na memória coletiva, na sua identidade e no imaginário da população sobre as edificações e paisagens na cidade. O homem urbano necessita se identificar com um território e um grupo social, geralmente inicia-se o espaço entorno de sua residência, a rua, o bairro, a escola, a igreja, os parques e praças, enfim, a cidade é espaço amplo da memória. Toda cidade deve ser um conjunto perceptível de partes conformando um todo coerente, cada parte, cada comunidade, com sua identidade própria, sua história e suas características.

A cidade contemporânea têm se transformado constantemente, os centros comerciais têm se adequando para tender as demandas do mercado, se tornando um Lugar de mescla e diversificação. Bernardo Secchi (2006) afirma que “a cidade contemporânea é por natureza instável; sede de mudanças contínuas que provocam formação de situações críticas e soluções transitórias dos problemas: casas que viram fábricas, fábricas que se transformam em teatros, escolas que viram casas, jardins de tráfego intenso”. (SECCHI, 2006, p.91). Nesse sentido, o autor analisa que o urbanismo e a arquitetura contemporâneos têm necessidade de voltar a refletir experimentalmente, e de maneira técnica pertinente, sobre aspectos que, em sua longa tradição, sempre couberam à dimensão implícita do próprio projeto:

[...] sobre sistemas de compatibilidade e incompatibilidade; sobre distâncias recíprocas; sobre a proximidade; sobre materiais de agregação, disjunção e separação; sobre a mescla de pessoas e a diversidade de atividades; sobre sua densidade; sobre relações de cobertura; sobre relações entre superfícies pavimentadas e permeáveis e sobre materiais compatíveis com as práticas sociais que se imagina poder caracterizar cada um dos fragmentos e cada uma das partes da cidade; sobre gramáticas sintaxes que governam seu emprego; e, sobretudo, sobre as características do espaço do público e dos elementos de mediação entre os diversos materiais urbanos; em outras palavras, sobre a forma de cidade e as estratégias das quais ela possa resultar. (SECCHI, 2006, p.171)

Ao longo do estudo percebemos que a arquitetura na cidade permite que as pessoas desenvolvam uma sensação de identidade pessoal com local, conseqüentemente com o regional, as edificações e cidades fornecem elementos para compreensão da condição existencial humana. Todos os espaços a nossa volta, a cidade em si, as edificações, a paisagem, as relações interpessoais estão repletos de simbolismo e significados. Nesse

sentido, Juhani Pallasmaa em sua obra *Os olhos da pele: arquitetura e os sentidos*, destaca que “o significado final de qualquer edificação ultrapassa a arquitetura; ele redireciona nossa consciência para o mundo e nossa própria sensação de termos uma identidade e estarmos vivos”. A arquitetura significativa faz com que nos sintamos como seres corpóreos e espiritualizados”. (2011, p.11)

Peter Hall (2016) designa o termo “Infocidades e Guetos Desinformativos” para analisar as cidades de Nova York, Londres, Tóquio no período de 1990 a 2010, demonstrando que na “sociedade da informação<sup>19</sup>” sistematizado por Manuel Castells. Para o autor “[...] a identidade está se tornando a principal, e à vezes a única, fonte de significado em um período histórico caracterizado pela disseminada desestruturação das organizações, deslegitimado de instituições, enfraquecimento de movimentos sociais importantes e expressões culturais.” (2016, p. 534). Na trilha de Castells, enfatiza que “[...] as pessoas fazem, mas na base do que são ou pensam que são. [...] Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em torno de uma oposição bipolar entre a Rede e o Eu.” (2016, 534).

Pallasmaa (2011), concorda que o mundo tecnológico de hoje elevou o grau de alienação, de isolamento e solidão dos indivíduos, justificando que “[...] a falta de humanismo da arquitetura e das cidades contemporâneas pode ser entendida como consequência da negligência com o corpo e os sentidos e um desequilíbrio de nosso sistema sensorial” (p.18). Para tanto, a autora atribui aos olhos e a visão, aqueles que são condutores para uma identidade com a arquitetura e consequentemente com a cidade, demonstrando em sua afirmativa de que:

O predomínio dos olhos e a supressão dos outros sentidos tende a nos forçar à alienação, ao isolamento e à exterioridade. A arte da visão, sem dúvida, tem nos oferecido edificações imponentes e instigantes, mas ela não tem promovido a conexão humana ao mundo. O fato de o vocabulário modernista em geral não ter conseguido penetrar na superfície do gosto e dos valores populares parece ser resultado de sua ênfase visual e intelectual injusta; a arquitetura modernista em geral tem abrigado o intelecto e os

---

<sup>19</sup> A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial” e como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações. WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71, maio/ago. 2000.



olhos, mas tem deixado desabrigados nossos corpos e demais sentidos, bem como nossa memória, imaginação e sonhos. (PALLASMAA, 2011, p.18-19)

No que tange a questão da identidade, observa-se que as pessoas se identificam com aquilo que lhe trás significado. Nesse sentido, no primeiro volume da trilogia Castells, o autor traz como exemplo de identidade aquela em que os grupos se articulam a partir de um objetivo em comum, tal seja uma identidade peculiar, aquela que se torna a identidade coletiva. Castells (1999) enfatiza que a construção social da identidade ocorre sempre em contextos marcados por relações de poder, propõe a distinção entre três formas e origens de construção de identidades:

**Identidade legitimadora:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade visando expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; **Identidade de resistência:** criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos; **Identidade de projeto:** quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999, p.24)

Ainda sobre a identidade, Manuel Castells (1999, p. 24) faz a seguinte afirmativa – “na minha visão, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição de uma sociedade”. Desse modo, é evidente que a construção identitária encontra na cidade uma imensidão de simbolismo que levará seus moradores a se identificar com o conjunto de elementos que compõem a cidade, seja as ruas, nas edificações, praças, edifícios, escola, cemitério, hospitais, igrejas, monumento e etc., seja pela - *identidade legitimada* por que está no poder; a identidade de resistência que se opõem a imposição do poder; ou a Identidade de projeto construída pelos atores sociais utilizando-se dos materiais culturais que estão ao seu alcance. Aqueles que convivem, ou se relaciona com a cidade, terão nas edificações e arquitetura a representação da identidade e consequentemente a memória implícita na cidade, seja a memória individual ou a coletiva. Sobre a identidade e a memória, Juhani Pallamaa (2011) salienta que:

Em seu modo de representar e estruturar a ação e o poder, a ordem cultural e social, a interação e a separação, a identidade e a memória, a arquitetura se envolve com questões existenciais fundamentais. Qualquer experiência

implica atos de recordação, memória e comparação. Uma memória incorporada tem um papel fundamental como base da lembrança de um espaço ou um lugar. Transferimos todas as cidades e vilas que já visitamos, todos os lugares que reconhecemos, para a memória encarnada de nossos corpos. Nosso domicílio se torna integrado à nossa autoidentidade; ele se torna parte de nosso corpo e ser. (PALLASMAA, 2011, p.68).

Sobre a memória coletiva e a cidade, Maurice Halbwachs em sua obra *A memória Coletiva* demonstra a percepção, consciente ou inconsciente, que o indivíduo tem diante da cidade e os elementos que a compõem, tendo em vista que em suas edificações a representação do patrimônio material já está constituído nas técnicas de construção e ornamentação e composição do patrimônio imaterial. Ao narrar sua experiência ao atravessar uma ponte, estar em Londres pela primeira vez, Halbwachs remete-se às memórias já vividas por ele ou por outras pessoas, da qual se apropria de personalidades representadas seja na sacada de um casarão, no esquadro de um edifício, no formato de uma praça ou no detalhe de uma janela. Entendemos que a cidade é o espaço de muitas identidades, memórias e histórias, pois é o cenário onde há uma ampla aglomeração e atuação de diversos grupos sociais e culturais.

Ao atravessar uma ponte, pensei no efeito de perspectiva que meu amigo pintor apontara (ou que chamou minha atenção em um quadro, em alguma gravura). Eu me guiava referindo-me em pensamento ao mapa. A primeira vez que estive em Londres, diante de Saint-Paul ou da Mansion House – a residência do prefeito, no Strand ou pelos arredores do Tribunal da Justiça, muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos na infância: eu passeava pela cidade com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estivesse sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo, o que eu compunha com o arquiteto e com as pessoas a quem ele servia de intérprete junto a mim. (HALBWACHS, 2006, p.31)

Dessa forma, a própria cidade é a memória coletiva de um povo, uma vez que a memória está ligada a aos acontecimentos e transformações dos lugares. A cidade é o local da memória coletiva e a memória está ligada a arquitetura e a paisagem. Conhecer, identificar-se, preservar a memória da cidade é primordial para a preservação da identidade e memória de uma determinada sociedade. É esse debate que temos em mente ao desenvolver o experimento didático com os alunos do Curso Técnico em Edificações da Instituto Federal do Tocantins, Campus de Gurupi.

### **3. ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

#### **3.1 A inquietação e a curiosidade na construção do conhecimento histórico**

Nas últimas décadas, os professores de História se debruçaram sobre inquietações acerca de seu ofício: aquele que foi “investido” com a função de lembrar a história fala por quem? Qual o seu compromisso com o processo de construção do conhecimento? Sua prática tem promovido uma justiça social diante dos menos favorecidos no processo de sensibilização de seu pertencimento do meio?

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, assim estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, CF. 1988).

Diante do que propõe a Constituição, para que haja o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, espera-se que o professor esteja incumbido de educar o cidadão, preparar o aluno para a vida democrática, permitir que os alunos possam progressivamente conhecer a realidade.

O processo de construção do conhecimento histórico é papel de cada cidadão e no mundo contemporâneo tem sido também a preocupação da área de História desde a aprovação dos Parâmetros Curriculares de História, em 1998. A partir dos PCN’s, entende-se que o professor de História tem a função de mediador da construção do conhecimento, provocando a reflexão e a iniciativa do aluno, de modo a desenvolver autonomia, disposição e visão para atuar com o conhecimento histórico, capacitando-o a resolver situações nas diversas áreas da vida. De acordo com Machado e Monteiro (2010): “A escola tem por função trabalhar com o conhecimento socialmente produzido, não como transmissão pura e simples, mas na perspectiva da sua reconstrução e ressignificação”. (2010, p. 26).

Quando os alunos do 2º ano Curso Técnico em Edificações foram questionados sobre como deveria ser as aulas de História, dentre as respostas dadas, determinado aluno assim respondeu que o professor deveria “[...] apresentar aos alunos o material bruto para fazê-los pensar e analisar, e só depois o professor deveria contribuir com seus conhecimentos”. (Questionário 1)

A resposta do aluno demonstra um anseio na busca de que o estudo da História seja iniciado a partir da provocação do professor, para que o aluno se sinta desafiado a construir o seu conhecimento, de modo que, em momento posterior seja feito um confronto de ideias. Nesse sentido, Paulo Freire afirma que “ensinar não é transferir conhecimento”, mas criar as possibilidades para que os alunos o construam, (1996, p.52).

É notório que a atividade do professor de História é desafiadora, e tem entre suas possibilidades instigar a capacidade criativa de quem aprende, sendo o conhecimento histórico o instrumento desse ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, Maria Auxiliadora Schimidt defende “que o educador (professor de História) deve ter a consciência de que a atividade de compartilhar conhecimento precisa estar atrelada ao exercício constante de instigar a curiosidade de seus interlocutores” (2010, p.11). Sobre o Ensino de História, Schimidt também nos lembra:

O Ensino de História, assim como a produção do conhecimento histórico, nas últimas décadas tem passado por uma profunda revisão, marcada pela disputa política e ideológica entre diversos campos do saber e atores sociais. Um dos desafios seria proporcionar uma aprendizagem “considerada pelos jovens como significativa em termos pessoais, de modo a lhes proporcionar uma compreensão mais profunda da vida humana” (2010, p. 11).

Paulo Freire indica que a produção do conhecimento nasce de uma inquietação oriunda da curiosidade de aprender, curiosidade que move e que nos coloca pacientemente ou impacientemente diante do mundo que não fizemos, acrescentando algo que fazemos. Tal afirmativa descreve-se na citação a seguir:

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (1996, p. 35)

Paulo Freire denomina essa inquietação como sendo uma “curiosidade epistemológica”. Ela se concretiza por um movimento de ruptura no qual uma curiosidade ingênua se torna crítica. Afirma o autor que “não há “diferença” e nem “distância” entre a

ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação”. (1996, p.34).

A partir das considerações, podemos nos questionar sobre os fatores subjacentes que envolvem a História e seu ensino como disciplina. Como também pesarmos se a disciplina se constitui na própria razão histórica e na existência da História como ciência. Destarte, o saber e o conhecimento histórico nos levam a outro questionamento: o que devemos esperar do ensino de história no campo do conhecimento?

A produção de conhecimento histórico em sala de aula, por meio do ensino, carece cada vez mais de profissionais educadores com consciência de sua importância no processo de ensino e aprendizagem. Consciência essa, que se materializa nos educadores e nos educandos, quando esses criam possibilidades de se reinventarem em meio às diversidades do cotidiano, como, por exemplo: tragédias, traumas, perdas, conquistas, etc. Ao se reinventar os sujeitos conscientes busca-se no passado subsídios para se projetar o futuro.

Os saberes sobre patrimônios culturais se inserem nessa possibilidade de despertar conhecimentos históricos, desde que tratados de forma contextualizada. Afinal, o professor de História deve ser aquele, *a priori*, que estabelece a intermediação entre o patrimônio cultural da humanidade e a experiência do educando. Assim, é necessário que o professor conheça ambos, pois há uma significativa contribuição do ensino de História na formação Humanística do aluno. Numa concepção genérica, entendem-se como patrimônio cultural as referências culturais que um determinado grupo considerou como necessário perpetuar mediante a transmissão entre várias gerações, interligando pessoas a seus ancestrais por meio de um “bem” eleito e preservado pelo grupo, logo, esse bem pode ser denominado como um “Patrimônio Cultural”, e é por meio deles que uma comunidade ou grupo se vê e reconhece-se nos outros.

Elegemos a cidade e seu espaço para identificarmos para o entendimento do patrimônio cultural, considerando seu território de convívio na cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida, por meio a história local. Observar a representação de determinado objeto, lugar, forma de expressão e saberes, faz parte da estratégia do processo de identificação do patrimônio Cultural. Ao observamos uma edificação, as técnicas utilizadas

no processo de construção, arquitetura, estrutura, dimensões, material, localização no tempo e no espaço, é um exercício de conhecimento que dará sentido aquela edificação, trazendo para quem estuda-la uma conexão com aquele bem, mesmo que não traga uma relevância particular para o pesquisador.

A cidade como patrimônio cultural, ainda que não seja uma cidade centenária, com todas as construções edificadas, seja a casa, ponte, edifícios, estatua, busto, torre, praça, rua, monumentos, traz consigo uma carga de simbolismo e representatividade, seja, pela técnica utilizada, a história, política. O propósito da edificação está presente nos elementos que o caracteriza como patrimônio cultural, porque os “bens culturais” que ele agrega já fazem parte do imaginário e das memórias dos indivíduos que tiveram contato com essas edificações.

### **3.2 Os modos de ensinar a Educação Patrimonial**

Afinal, o que é a Educação Patrimonial? O Guia Básico<sup>20</sup> do Iphan define a Educação Patrimonial como “[...] um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. (BRASIL, 2019, p.4). Considera-se que este processo proporciona aos indivíduos e comunidades à valorização da cultura brasileira a partir da História do Local, compreendendo a cultural como múltipla e plural. Exemplo dessa trajetória histórico-temporal é o festival de danças de quadrilhas juninas na cidade de Gurupi, transformando a cidade num polo da região Sul do Estado, que vai receber grupos de cidades vizinhas. Além da participação da população, há o envolvimento das escolas e bairros no evento.

---

<sup>20</sup> Disponível no site: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 2 de maio de 2019.

Figura 1 – Festa Junina em Gurupi – Dança de Quadrilha



Fonte: gurupi.to.gov

Assim como a cavalcada é uma tradição em Gurupi, as festas juninas e os festivais de dança de quadrilha fazem parte do patrimônio cultural na cidade, assim como ocorre em várias cidades do Tocantins. A cada ano os grupos se tornam mais competitivos, onde os membros das equipes são compostos por famílias e amigos transmitindo a vocação e o prazer em dançar de geração em geração.

Segundo o Guia Básico do Iphan, na Educação Patrimonial, o educador deverá utilizar-se da manifestação cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo, onde o aluno é estimulado a observar as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados. Para o órgão, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. Sobre a metodologia específica da Educação Patrimonial, o Guia Básico do Iphan, enfatiza que:

[...] pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente”. (BRASIL, 2019)

A descrição dos bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro está contido no artigo 216, da Constituição Federal Brasileira (1988), que destaca:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem: I- As formas de expressão; II - Os modos de criar, fazer e viver; III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio cultural não faz parte do currículo escolar obrigatório; no entanto, pode ser trabalhado transversalmente pelo tema da Pluralidade Cultural<sup>21</sup> contido no Parâmetro Curriculares Nacionais, tendo como meta a adequação na perspectiva do ensino aprendizagem com caráter interdisciplinar.

[...] é importante esclarecer o caráter interdisciplinar que constitui o campo de estudos teóricos da Pluralidade Cultural. A fundamentação ética, o entendimento de preceitos jurídicos, incluindo o campo internacional, conhecimentos acumulados no campo da História e da Geografia, noções e conceitos originários da Antropologia, da Linguística, da Sociologia, da Psicologia, aspectos referentes a Estudos Populacionais, constituem uma base sobre a qual se opera tal reflexão que, ao voltar-se para a atuação na escola, deve ter cunho eminentemente pedagógico.” (BRASIL, 1998, p. 121)

Sobre a importância da transversalidade para a educação patrimonial, Sandra Pellegrini (2009) destaca:

[...] a educação patrimonial formal e informal constitui uma prática educativa e social que visa à organização de estudos e atividades pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares. O objetivo da interdisciplinaridade centra-se na tentativa de superar a excessiva fragmentação e linearidade dos currículos escolares. A transversalidade, alcançada por meio de projetos temáticos, é um recurso pedagógico que visa auxiliar os alunos a adquirir “uma visão mais compreensiva e crítica da realidade”, bem como sua inserção e participação nessa realidade”.(PELEGRINI, 2009, p.36).

---

<sup>21</sup> A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (BRASIL, 1998, p. 121)



Seguindo a concepção de Tedesco (2004), entendemos ser a memória patrimonial uma construção social, da qual se disputam seus enunciados discursivos, sua atribuição de valor, suas práticas, que assegurem sua preservação e inviolabilidade. Existe um campo de disputas por significados e pela legitimação e hegemonia do mesmo inserido num campo entre classes, etnias e grupos em luta material e simbólica. O autor frisa que: “A memória patrimonial é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder exprime-se na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico.” (2004, p.79). E ainda “os espaços de memória podem ser móveis ou imóveis. Arquivos, diários, romances, textos culturais (poesias), a narração ora... servem de memória funcional, de memória-arquivo, como modalidades de recordações” (2004, p.79). De acordo com o autor

A memória patrimonial possui sua expressão nos mais variados processos sociais, simbólicos, objetivos etc. A linguagem, a documentação, o conhecimento elaborado e o senso comum, o artesanato, a cultura de grupos, os monumentos, os templos, os obeliscos, as obras de arte, os artefatos, os espaços, dentre outros, manifestam essas infinitas circunstâncias e ambientais construídos que sintetizam um mobiliário social e histórico, cristalização material de significados históricos e vividos pessoais, ou seja, uma herança cultural de cada povo. (2004, p.84).

Na perspectiva de legitimar/deslegitimar a memória patrimonial José Reginaldo (2003) afirma que “os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar”. Para o autor

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2003, p.24)

Trabalhar com a educação patrimonial e o ensino de História não deve ser um ato de repasse de informações e a metodologia cartesiana de conhecimentos. Segundo Paulo Freire “saber o que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Também afirma que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e apreendidos [...] (FREIRE, 1996, p.41).

Assim, entende-se que a Educação Patrimonial é uma estratégia eficiente na promoção do ensino de História, uma prática auxilia a outra na missão de que tanto o professor, quanto o aluno, assumam-se “como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 1996, p.23).

### 3.3 Mudanças citadinas no Brasil

Para compreendermos a cidade e suas edificações como patrimônio cultural, é importante fazermos uma breve análise sobre a constituição das cidades por meio de algum tipo de comparação. Ao compararmos a formação das nações americanas em relação aos outros continentes, observa-se que o continente americano constitui seus estados independentes num período relativo há 200 anos. São países bem recentes ao se comparar com as cidades ou países milenares.

No caso do Brasil, o IBGE mostra a divisão político-administrativa do país, incluindo as capitais, principais cidades, rios, portos e aeroportos de cada estado.

Figura 2 – Mapa político do Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências.

Quanto ao número de cidade, observa-se que no período de 1940 a 2012 o número de cidade emancipadas ampliou-se de 1.574 para 5.570, uma quase quadruplicação. Não faremos análise sobre essas cidades, mas é importante informar que da década de 1940 aos dias atuais, foram emancipados 3.996 municípios, caracterizando-se que são cidades muito recentes, e com certeza, muitas desses cidadãos que não tiveram preocupação em registrar e evidenciar sua história numa respectiva de preservar suas memórias é evidente que estão num processo constante de busca de identidade.

Tabela 1 - Distribuição das cidades brasileiras

Número de municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2012
Brasil	1.574	1.889	2.766	3.952	3.974	4.491	5.507	5.565	5.570
Norte	88	99	120	143	153	298	449	449	450
Nordeste	584	609	903	1.376	1.375	1.509	1.787	1.794	1.794
Sudeste	641	845	1.085	1.410	1.410	1.432	1.666	1.668	1.668
Sul	181	224	414	717	719	873	1.159	1.188	1.191
Centro-Oeste	80	112	244	306	317	379	446	466	467
FONTE: IBGE, Diretoria de Geociências									

A história local das cidades e das comunidades permite perceber as mudanças citadinas da vivência coletiva de pessoas comuns, pois pode revelar os seus vínculos com diferentes memórias: das famílias, das festas, das atividades produtivas, dos saberes, opondo-se ao predomínio da história das classes dominantes. (MACHADO; MONTEIRO, 2010). Segundo Machado e Monteiro:

No espaço da cidade, práticas culturais de seus moradores são identificáveis e se tornam mais concretas nos espaços fervilhantes das ruas, dos itinerários, dos lugares de sociabilidade. Em cada um desses espaços, um sistema de valores e um ritual para seu uso se impõem. Os ruídos, os cheiros, os gestos, as vozes dos seus usuários, os comportamentos que se estabelecem marcam sua existência e lhes dão um caráter único, ou seja, configuram a identidade própria dos moradores. (2010, p.37).

Todos nós que vivemos em cidades temos nelas ponto de ancoragem da memória:

[...] lugares em que nos reconhecemos em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado”. (PESAVENTO, 2008, p.3).

Ainda sobre as cidades, Pesavento lembra que:

Estes espaços dotados de significados fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriado pelo social. (2008, p.3)

Uma cidade é, pois, detentora de histórias, memórias e de símbolos que lhe dão sentido e identidade, com o seu centro, por muito tempo, sendo o seu cartão de visitas. De acordo com a autora “Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade”. (2008, p.4)

A vivência em cidades é um fenômeno recente. Até as primeiras décadas do século XX as cidades eram poucas e distantes umas das outras. Vivíamos um período em que a maioria das pessoas tinham a zona rural como local de trabalho e de moradia e também eram poucas as atividades na indústria. Todavia, segundo Neto (2011, p. 149), “[...] as mudanças foram acontecendo, surgiram novos centros urbanos, novas fábricas e tudo isso passou a influenciar na vida das cidades, bem como, na vida da população”.

Durante séculos o Brasil foi considerado um país agrário, um país “essencialmente agrícola”. Somente a partir do século XVIII que a urbanização se inicia e “a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor do engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana” (SANTOS, 1993, p.16). Mas foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda um século para adquirir as características com as quais conhecemos hoje. É, todavia, no fim do século XIX que se conhece a primeira aceleração do fenômeno: são 5,9% de urbanos em 1872, mas em 1900, eles já somam 9,4%. (SANTOS, 1993, p.19).

Somente a partir dos anos 1940-1950 é que o processo de industrialização<sup>22</sup> alavanca a urbanização brasileira. Segundo Milton Santos:

---

<sup>22</sup> (...) o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversa. (SANTOS, 1993, p.26).

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980. (1993, p.29)

Nessa segunda década do século XXI, o Brasil pode ser considerado um país urbano. Essa afirmação pode ser facilmente averiguada pela afirmativa de que “mais de 80% da população brasileira já vive em cidades, segundo dados da nova edição do Atlas Nacional do Brasil, de Milton Santos<sup>23</sup>”, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>24</sup>. É um país de cidades novas, com a maior parte de seus núcleos urbanos surgindo ainda no século XIX. Há cidades, entretanto, que já existem há bastante tempo, desde os “[...] primeiros tempos da colonização, algumas delas já ultrapassaram inclusive a marca do quarto centenário.” (ABREU, 1998, p.79).

Nesse sentido José Vieira Neto comenta:

[...] a urbanização é um fato recente na história dos homens e desencadeou uma série de mudanças que tiveram efeitos variados. Se, por um lado, trouxe melhorias na vida de muitas pessoas, por outro, entendemos que as mudanças vão desde a alteração na estrutura das cidades, na economia, no meio ambiente, bem como, na vida dos cidadãos levando-nos a afirmar que chegamos ao limite da tolerância entre os homens”. (2011, p.149)

No entanto, essa urbanização cresceu de forma desigual, abrangendo poucas cidades que concentram população e riqueza e multiplicando pequenos centros urbanos que abrigam uma força de trabalho pouco qualificada e fortemente vinculada às atividades primárias. Segundo o IBGE:

A acelerada urbanização brasileira foi marcada por um intenso processo migratório, cuja característica torna por demais suave o que se lê nos livros escolares a respeito

---

<sup>23</sup> O atlas atualiza as informações geográficas sobre o território brasileiro, articulando textos e imagens de satélite produzidas com técnicas avançadas, ampliando a capacidade de observar a complexa realidade do País. A Atlas Nacional do Brasil é uma coletânea de mapas acompanhados de análises geográficas e dirigidos a cidadãos interessados. A Atlas Nacional apresenta, em detalhes, as condições naturais, econômicas e sociais do Brasil e segue uma estrutura lógica e equilibrada de mapas com execução cartográfica relativamente uniforme em escalas definidas. Sendo um dos maiores símbolos do ofício dos geógrafos, uma Atlas é um documento tão histórico quanto propriamente geográfico. Disponível no site: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/nacional/16360-atlas-nacional-do-brasil.html?edicao=16618&t=o-que-e>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

<sup>24</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível no site <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/12/ibge-pais-migrou-para-o-interior-e-urbanizacao-ja-atinge-80-da-populacao>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

da migração campo-cidade. As aglomerações urbanas e as 49 cidades com mais de 350 mil habitantes abrigam 50,0% das pessoas em situação urbana no País e detêm, aproximadamente, 65,0% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No outro extremo, estão 4.295 municípios com menos de 25 mil habitantes, que respondem por 12,9% do PIB. Isso fez com que nossas cidades crescessem, inchassem e apresentassem déficits de moradia, de infraestrutura e de serviços básicos. (BRASIL, 2019).

As porcentagens mencionadas acima revelam que no Brasil as cidades foram crescendo sem que houvesse o devido planejamento urbanístico, algo extremamente negativo, pois os déficits de moradia, ausência de infraestrutura e de serviços básicos deflagram o contexto em que vivem a maioria das pequenas cidades brasileiras. Nesse sentido José Vieira (2011) comenta:

Essas mudanças que o Brasil passou ao longo das últimas décadas provocaram melhorias em muitas cidades. Surgiram novos centros urbanos. Por outro lado, encontramos as contradições tanto nas cidades quanto na vida de muitos habitantes. Presenciamos no espaço urbano, no meio ambiente, na vida dos cidadãos mudanças que afetam a qualidade de vida das pessoas como, por exemplo, a criminalidade. (2011, p.149).

Uma cidade é objeto de muitos discursos, a revelar saberes específicos ou modalidades sensíveis de leitura do urbano: discursos médicos, políticos, urbanísticos, históricos, literários, poéticos, policiais, jurídicos, todos a empregarem metáforas para qualificar a cidade. Para PESAVENTO (2003): “Uma cidade é também objeto de produção de imagens – fotográficas, pictóricas, cinematográficas, gráficas – a cruzarem ou oporem sentidos sobre o urbano”. (2003, p.47)

Uma característica comum de quase todas as cidades – independentemente da localização, é que algumas são cada vez mais impactadas pela modernidade: espaços limitados, obstáculos, ruído, poluição, risco de acidentes e condições de vida geralmente vergonhosas. São comuns para os habitantes, na maioria das cidades do mundo, “a tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada”. (GEHL, 2013, p.3). Além de representatividade da paisagem, a cidade é palco de acontecimentos. Antônia Terra nos lembra:

[...] que durante muito tempo, principalmente ao longo do século XIX e no início do XX, quando a historiografia brasileira tinha como foco principal as ações políticas de homens ilustres e heróis, as cidades eram mencionadas quase exclusivamente como palcos de acontecimentos: cidades e suas fundações, cidades sedes do poder, cidades invadidas, cidades administrativas da riqueza local ou lusitana. (2012, p.31)

Milton Santos frisa que “A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias”. Essa afirmativa nos leva a entender que o processo de industrialização e a urbanização, no mundo e no Brasil, dinamizou a mobilidade, o movimento sobrepõem-se ao repouso. Nesse sentido Santos enfatiza:

Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. (2006, p.133).

E ainda

O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação. (2006, p.224).

No que se refere à preservação da memória material no espaço urbano “poucas são as cidades brasileiras, entretanto, que ainda apresentam vestígios materiais consideráveis do passado”. (ABREU, 1998, p.79). Nessa linha, Maurício de Almeida exemplifica, ao tratar da urbanização de Olinda:

Olinda, fundada em 1537, orgulha-se de ser património cultural da humanidade, mas a maior parte do seu parque construído é formada por edificações em estilo eclético ou art déco do início deste século. E se Salvador, criada em 1549, e Ouro Preto, fundada em 1711, podem gabar-se de manter ainda um património histórico-arquitetónico apreciável, isto deve-se muito mais à longa decadência econômica pela qual passaram, que atenuou os ataques ao parque construído anterior, do que a qualquer veleidade preservacionista local. (1998, p.80).

Todavia, cidades relativamente novas já adotam a prática de preservar os vestígios mais significativos de sua história. O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/recuperação/restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um

objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais.” (ABREU, 1998, p.80). Também Maurício de Almeida afirma que:

Independentemente do que estaria por trás desse movimento de preservação da herança (histórica ou construída) do passado, uma coisa afigura-se como essencial: a "memória urbana" é hoje um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar. (ALMEIDA, 1998, p.81).

No capítulo anterior fizemos alguns apontamentos sobre origem do urbanismo e da urbanização moderna e contemporânea. Ressaltamos o papel que teve Le Corbusier, um dos protagonistas na projeção urbanista da modernidade, na consolidação da ideia “cidade funcional”. Os arquitetos que compactuavam com esse modelo urbano demonstraram desprezo para com a arquitetura antiga e foram indiferentes às populações menos favorecidas, ou seja, para com os modos de habitar de populações que passaram tardiamente pelo processo de urbanização.

No Brasil, a maioria das cidades foram constituídas no bojo do processo modernista do início do século XX. Por serem cidades que têm uma média de 50 a 80 anos, percebe-se que os cidadãos, na sua maioria, não se preocupam com a história das cidades, pois não concebem populações migrantes de áreas rurais como dotadas de história. As pessoas de cidades médias e pequenas que surgiram após a década de 1940, não se atentam ao patrimônio Histórico ou Cultural da cidade em que habitam. A ausência de sensibilidade quanto à história local, os lugares, os espaços se dá pela imaturidade dos antigos aos processos históricos, a percepção de sua identidade com o local.

A educação, formal e informal, tem um papel extremamente importante no processo de formação de cidadãos sensíveis ao Patrimônio Cultural, seja ela material ou imaterial. No caso da educação formal, as escolas com suas disciplinas constituídas poderão contribuir nesse processo. As disciplinas da área de humanas, de forma tímida e isolada, tem desenvolvido um protagonismo nesse processo de sensibilização das pessoas quanto ao reconhecimento e preservação do patrimônio histórico cultural, conseqüentemente a preservação das memórias individuais e coletivas. Os museus, as manifestações culturais, as edificações, a arquitetura, ruas, praças, paisagens e outros, são espaços de memorização.



### 3.4 As localidades como possibilidades de estudo do Patrimônio Cultural

Antônia Terra ao analisar as considerações de Lefebvre referente aos estudos históricos sobre o ensino de História, enfatiza que esse autor defende que as particularidades das cidades permitem compreender o contexto global. Para a autora, Lefebvre afirma:

[...] ensina que é importante que os estudos históricos partam de uma questão do presente. E assim também é nos estudos escolares. A partir dessa questão, é necessário aprofundar as relações que ela estabelece com outras vivências no passado. Desse modo, a questão contemporânea pode ser entendida em uma dimensão temporal, contribuindo para novas reflexões a respeito de nossas posições diante da sociedade na qual vivemos.” Metodologicamente, [...] sugere que o trabalho correto consiste [...] em ir dos conhecimentos mais gerais aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e à descontinuidades, à sua projeção ou refração na cidade, e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana para o seu contexto global. (TERRA, 2012, p.86)

Imbuídos de abordagens históricas culturais, muitas pesquisas se voltam para as arquiteturas urbanas. Para Circe Bittencourt (2011), “existem inúmeros relatos de experiências de estudos do meio realizadas por professores de História. A maior parte delas ocorre em cidades históricas, lugares com monumentos históricos consagrados.” (2011, p. 277). Para a autora, tais estudos se ocupam da cidade como espaço de memória: “A preferência por estudos do meio em cidades com esse perfil indica a necessidade de deter-se na concepção de patrimônio histórico e na constituição dos “lugares da memória” da sociedade brasileira. ” (p.277).

O ensino de História, nessa perspectiva, assume um papel importante na medida em que possibilita a articulação e problematização dos conceitos de patrimônio, identidade e cidadania. Nesse sentido Machado e Monteiro sinalizam que:

Analisar os processos de constituição dos espaços sociais – a cidade, a comunidade – pressupõe o esforço pedagógico no sentido de desnaturalizar algumas práticas sociais, oportunizando a compreensão de que elas são construídas, institucionalizadas no cotidiano, porque a própria sociedade assim as cria. Portanto, é dever da escola e do ensino de História propiciar o entendimento do papel dos grupos sociais na constituição dos diferentes espaços sociais e das representações simbólicas que eles carregam. (2010, p.37).

Circe Bittencourt (2011) afirma ainda que “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno,

identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história presente”. (p.168). Essas preocupações originam-se da necessidade de refletir sobre o que tem sido constituído como memória social, como patrimônio da sociedade, e indagar se o estudo da memória de todos os setores e classes sociais se tem efetivado. Para Bittencourt, em um país em que está sedimentada a ideia de que somos “um país sem memória”, estudar o passado das cidades pode contribuir para tender às reivindicações de parcelas consideráveis da população às quais tem sido negado o “direito à memória”. (2011, p.277)

Dessa forma, estudos sobre patrimônios culturais urbanos não podem abrir mão das abordagens da história local. Sobre isso assim se manifesta Antônia Terra:

A história local não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história local não é nem pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos. (TERRA, 2012, p.94).

A história local facilita os estudos sobre patrimônios culturais porque o presente e o passado se articulam nas próprias construções urbanas. Para Antônia Terra, “desenvolver estudos com a história das cidades brasileiras torna-se mais coerente com o trabalho com eixo-temático, que, a partir de um problema do presente, questiona com os alunos outros contextos históricos e, assim, projeta o presente em temporalidades”. (2012, p.95). Todavia, Antônia Terra nos lembra de que as cidades são abordadas no ensino de História de forma desconexa:

[...] constata-se que, em diferentes materiais didáticos, as questões pertinentes às cidades brasileiras têm sido apresentadas como reflexos de temas da história nacional – e não propriamente focadas no estudo das cidades. Recife e Olinda são citadas na época da riqueza açucareira colonial, nos conflitos da Guerra dos Mascates e na reforma urbana empreendida pelos holandeses no Nordeste. Alusões à Vila Rica (Ouro Preto) aparecem nos estudos da mineração do século XVIII e das revoltas contra a coroa portuguesa, como no caso da Inconfidência Mineira. Salvador, Rio de Janeiro e Brasília são mencionadas como capitais do Brasil e, assim, como cenário da administração e sede do poder colonial, imperial e republicano. [...] O Rio de Janeiro, especialmente, aparece como tema de estudo na época da chegada da corte portuguesa e na Revolta da Vacina, no contexto da política sanitária e da reforma urbana da primeira década do século XX. Estuda-se Brasília como obra do governo de Juscelino

Kubitschek. A cidade de São Paulo é citada por conta da economia cafeeira, da industrialização e do movimento operário. (2012, p.96).

Na perspectiva de Antônia Terra é importante ressaltar que as práticas metodológicas são ressignificadas ao longo do tempo e, dinamicamente, devemos renovar e recriar diferentes matizes que favoreçam ao desenvolvimento do aluno no processo de construção da identidade local, regional e nacional.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial em sua abordagem sobre o patrimônio histórico cultural surge como uma estratégia que auxilia o professor na missão de mostrar ao aluno o significado do ensino de História para sua história presente, mediante a História do Local. BITTENCOURT (2011) enfatiza que “a história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais”. ( p.168).

Sobre a relação entre patrimônio<sup>25</sup> cultural e a educação patrimonial Circe Bittencourt (2011) esclarece que - “a preservação do patrimônio histórico-cultural deve pautar-se pelo compromisso de contribuir com a identidade cultural dos diversos grupos que formam a sociedade nacional.” (2011, p.278).

Sandra Pelegrini (2009) reforça que a educação patrimonial formal e informal constituem uma prática educativa e social que visa à organização de estudos e atividades pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares. O objetivo da interdisciplinaridade centra-se na tentativa de superar a excessiva fragmentação e linearidade dos currículos escolares. A transversalidade, alcançada por meio de projetos temáticos, é um recurso pedagógico que visa

---

<sup>25</sup> A definição de patrimônio foi ampliada de forma significativa no último meio século. Os bens considerados patrimônio tendiam a ser monumentos individuais e edifícios, como locais de culto ou fortificações, e muitas vezes eram vistos isoladamente, sem nenhuma relação com as paisagens que os rodeavam. Hoje, reconhece-se que o ambiente como um todo é afetado por sua interação com a humanidade e, por isso, pode ser reconhecido como patrimônio. Torna-se ainda mais necessário fazer julgamentos sobre o que tem significado e o que não tem. Inevitavelmente, essa expansão do conceito de patrimônio significou, por sua vez, uma enorme expansão na gama das estruturas e locais tratados como patrimônio. A Convenção do Patrimônio Mundial reconhece que podem ser considerados patrimônio “monumentos, grupos de edifícios e sítios”. Na prática, desenvolveu-se um amplo conjunto de tipologias que inclui centros urbanos, sítios arqueológicos, propriedades industriais, paisagens culturais e rotas de patrimônio. Com o expressivo aumento da gama de lugares e paisagens que devem ser geridos, passou-se a exigir dos gestores de patrimônio outras habilidades. Aumentaram muito também os tipos e o número de ameaças que podem ter efeito adverso sobre locais considerados patrimônio. Além das ameaças diretas ao tecido ou a seus componentes, o patrimônio é afetado por acontecimentos adversos em seus arredores. Nessas circunstâncias, decisões tomadas com base em benefícios econômicos ou sociais mais amplos devem ser compatíveis com o bem-estar do patrimônio. Gestão do Patrimônio Mundial cultural. – Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2016. 163 p., il. – (Manual de referência do patrimônio mundial).

auxiliar os alunos a adquirir “uma visão mais compreensiva e crítica da realidade”, bem como “sua inserção e participação nessa realidade”. (2009, p.37).

Sobre o uso da palavra “patrimônio”<sup>26</sup>, José Reginaldo Santos Gonçalves manifesta que essa

[...] está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil”. (GONÇALVES, 2003, p.21).

Ainda de acordo com Gonçalves, do ponto de vista dos estudos mais recentes, a categoria “patrimônio” tende a aparecer com delimitações muito precisas. É uma categoria individualizada, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético etc. (2003, p.23)

Sobre o patrimônio cultural<sup>27</sup> brasileiro a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico<sup>28</sup>, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de bens de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do

---

<sup>26</sup> A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre possuem atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas possuem, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais. O mesmo autor assinalou: (GONÇALVES, 2003, p.23).

<sup>27</sup> Raymond Williams, autor de *Palavras-chave* (2007), considera a palavra *culture* como uma das duas ou três mais complicadas da língua inglesa, devido ao seu complexo percurso etimológico. Em sua acepção mais longínqua, a matriz latina colere trazia o significado de cultivar, habitar, proteger e honrar com veneração. Desse radical, podemos reconhecer pelo menos dois desdobramentos: *colonus*, que traz a ideia de habitação e *cultus*, que nos remete a “cultivo ou cuidado”, bem como seus significados medievais subsidiários: “honra, adoração”, já “convergidos pela radicalização do temor divino e da moral na sociedade – personificação do Senhor no feudo”. Mas também *couture*, no francês antigo, por exemplo, associados à “lavoura, cuidado com o crescimento natural”. (BANT, 2009, p. 5).

<sup>28</sup> A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública. (BRASIL, IPHAN, 2019)<sup>29</sup>

No Brasil, o órgão governamental que cuida do patrimônio é Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>30</sup>, criado como secretaria durante o governo Vargas. O processo/projeto de preservação do patrimônio histórico e consequentemente a criação de um determinado conceito sobre o mesmo, baseava-se na possibilidade do contar a história através do construído, do edificado, do monumental, iniciou-se oficialmente no ano de 1936, com a criação do (IPHAN)<sup>31</sup>. Quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultura, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: identidade da nação.

A ideia de Patrimônio Cultural, a princípio, abrangia apenas a importância histórica do patrimônio material, sendo considerados como patrimônio cultural apenas sítios arquitetônicos e edificações. Para Gonçalves (2003) “Recentemente, construiu-se uma nova qualificação: o patrimônio imaterial ou intangível”. Opondo-se ao chamado “patrimônio de pedra cal”, essa nova concepção visa a aspectos da vida social e culturais dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais.” (2003, p.24).

O Iphan defende que o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, de acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2003 e ratificada pelo Brasil em 2006, é composto pelas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais

---

<sup>29</sup> Disponível no site: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

<sup>30</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Disponível no site: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

<sup>31</sup> SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) 1937-1946) foi criada sob o Decreto-Lei n.25, de 30 de novembro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, estruturada por intelectuais e artistas brasileiros da época (BRASIL, 2010) Disponível no site: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/61/servico-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-sphan-1937-1946>>. Acesso em: 21 de maio de 2019

que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural.

No estado do Tocantins, o Iphan registrou como bens imateriais do Patrimônio Cultural Brasileiro, tanto os saberes e práticas dos indígenas quanto a própria boneca, um dos elementos que representam o universo dos índios Karajá da Ilha do Bananal, no rio Araguaia. Definiu a técnica e a cultura imaterial dos indígenas Karajás, pelas inúmeras técnicas, inclusive a criação das bonecas de cerâmicas pintadas com temas mitológicos. De acordo com a tradição oral Karajá, a confecção das bonecas de cerâmica teve sua origem em brinquedos de meninas.

Figura 3 - As bonecas Karajá “Ritxòkò”



Fonte: portal.to.gov.br

A cavalgada, um grande espetáculo que atrai centenas de pessoas de muitos locais no Brasil, também é considerado um Patrimônio Histórico Imaterial. Em Gurupi, é tradição a manifestação cultural da cavalgada, assim como em várias cidades do estado do Tocantins, devido muitas cidades terem a economia baseada na agropecuária.

Figura 4 – Imagens da Cavalgada em Gurupi



Fonte: [gurupi.to.gov](http://gurupi.to.gov)

Considerando as discussões que fizemos até aqui, destacamos que a pesquisa com o tema Educação Patrimonial pode promover a integração do Ensino de História a Educação Profissional dos alunos do Curso Técnico em Edificações, tendo a cidade e os lugares de memória individual e coletiva como estratégia de sensibilização e identificação do Patrimônio Cultural.

## **4. AS EXPERIÊNCIAS COM O PATRIMÔNIO CULTURAL: O AMBIENTE DA PESQUISA**

### **4.1 Os caminhos da pesquisa: noções e conceitos**

Este capítulo se volta para a ambientação e preparo das estratégias didáticas desenvolvidas com vista a promoção da integração da disciplina de História a educação profissionalizante do Curso Técnico em Edificações, utilizando-se da discussão sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial em sala de aula, com o que propomos contribuir para com uma aprendizagem que abrange tanto a área específica das humanas, quanto ao incentivo para formação do profissional consciente e sensível ao processo de edificar.

As atividades foram realizadas nas aulas de História, tendo como foco o Patrimônio Cultural em conexão com a História local, com intuito de, a partir dessas análises, avaliar os resultados das estratégias utilizadas na articulação na tarefa de integração da disciplina de História à área técnica do curso.

No que tange a questão da “articulação”, o documento base<sup>32</sup> da Educação Profissional Técnica de nível Médio Integrado ao Ensino Médio, em sua parte introdutória diz que:

O termo “articulação” indica a conexão entre partes, nesse caso, a educação profissional e os níveis da educação nacional. No caso do ensino médio, etapa final da educação básica, essa articulação adquire uma especificidade quando o artigo 36, parágrafo 2º, apregoa que “o ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. Nesse caso, a articulação pode chegar ao máximo, promovendo uma verdadeira “integração”, por meio da qual educação profissional e ensino regular se complementam, conformando uma totalidade. (BRASIL, 2007, p.7)

No caso da disciplina de História, o ideal seria que a previsão da discussão do Patrimônio Cultural já deviria está inserido aos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos, de preferência prevendo uma conexão entre o Patrimônio Cultural a História local. Pelo que

---

<sup>32</sup> Documento Base que legisla sobre a Educação Profissional. Disponível, no site do portal do Ministério da Educação: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf)>. Acesso em 10 de dez. 2019.



tenho observando, no período que venho trabalhando com a Educação Profissional, o campus onde atuo, na prática não há essa preocupação na integração entre as áreas do ensino profissionalizante e a base comum. Uma vez que, mesmo que a lei sugira uma integração entre as áreas, e não há essa integração, o professor atento à qualidade do seu trabalho em sala de aula, exigirá de si um sobressalto para driblar essa carência. No caso específico da disciplina de História, a Educação Patrimonial, surge como uma possibilidade estratégica de integração entre a EPT e a educação básica.

Mas afinal, a Educação Patrimonial é uma metodologia ou uma disciplina? O Guia Básico da Educação Patrimonial elaborados por Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz, nos dizem que:

“ A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao esforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUMBERG; MOREIRA, 1999, p. 4)

Os autores definem a Educação como instrumento de “alfabetização cultural”, mas nesse sentido é válido o seu uso como metodologia no ensino de História? Para responder a esse questionamento, também, (HORTA; GRUMBERG; MOREIRA) diz que:

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUMBERG; MOREIRA, 1999, p. 4)

A pesquisa foi fundamentada teoricamente no referencial sobre Patrimônio Cultural, Memória, lugares de Memória, História regional/local.

Sobre o Patrimônio Cultural, Fernanda Cordeiro, em sua obra “Patrimônio Cultural”, faz referência sobre o que a UNESCO (1972) Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Artigo 1.º define como Patrimônio Cultural:

O patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de sinais materiais - tanto artísticos como simbólicos - transmitidos pelo passado a cada cultura e, portanto, a toda a humanidade. Como parte constituinte da afirmação e do enriquecimento das identidades culturais, como legado que pertence a toda a humanidade, o patrimônio cultural confere a cada lugar específico as suas características reconhecíveis e é o repositório da experiência humana. (ALMEIDA, 2010, p.27)

Ao citar a museóloga Maria Célia dos Santos (2008), Fernanda Cordeiro, salienta que o termo Patrimônio Global, cujo conceito engloba um conjunto de especificidade sobre o Patrimônio Cultural:

[...] que seria constituído de alguns elementos: O homem, o meio ambiente, o saber e o artefato, bem como o real na sua totalidade cultural, natural, material e imaterial, acrescidos do tempo e do espaço. Todos esses elementos estão vinculados uns aos outros compondo um patrimônio que engloba os outros já explicitados anteriormente, os patrimônios cultural, material e imaterial, como também o patrimônio natural. (ALMEIDA, 2010, p.28)

Nos aspecto de um Patrimônio Cultural Global, Sandra Pelegrini (2009), destaca que para a proteção desse patrimônio, a preservação das memórias e das identidades, “é algo fundamental para a melhoria da qualidade de vida” (2009, p.31). Nesse sentido a autora diz que é fundamental a compreensão de conceitos essenciais ao tema, no caso em questão enfatizaremos dos citados acima, identidades e memórias:

Identidade: processo contínuo e complexo de construção do “sujeito” individual que em relação ao outro, de constituição de identidades grupais definidas por meio de critérios como a aceitabilidade e credibilidade que se afirmam por meio de negociações diretas com os outros e seus respectivos universos culturais, tornando-os reciprocamente unificados diante de determinados interesse. Memória: disposição de reter, armazenar informações, sentimentos e imagens no cérebro humano. Elemento constituinte da identidade individual e coletiva. Relacionada às culturas e aos modos de entender o mundo, essencial para a continuidade das práticas culturais e para a reconstrução de si. (PELEGRINI, 2009, p.32-33)

Sobre a História Regional e Local, a professora e historiadora Circe Bittencourt (2009), por sua vez, ressalta que “a história local geralmente se liga a história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre grupos sociais” (2009, p.168). Ainda nesse aspecto, outra definição que autora nos remete é a questão de que a:

[...] história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (Bittencourt, 2009, p.168)

Assim, a ação didática com o Patrimônio Cultural, utiliza-se como referencial o material didático em forma de roteiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, que têm a pretensão em realizar uma pesquisa aos locais de memória na cidade de Gurupi, além de visitas ao patrimônio histórico cultural de outras cidades.

Dado que a pesquisa envolveu alunos do Curso Técnico em Edificações do Instituto Federal do Tocantins, localizado na cidade de Gurupi, consideramos importante a apresentação desses interlocutores: o Estado e a cidade de Gurupi, o Instituto Federal do Tocantins no estado, o Campus Gurupi, o Curso Técnico em Edificações e os alunos, a fim de identificarmos a significância dessas instituições para o estudo que organizamos.

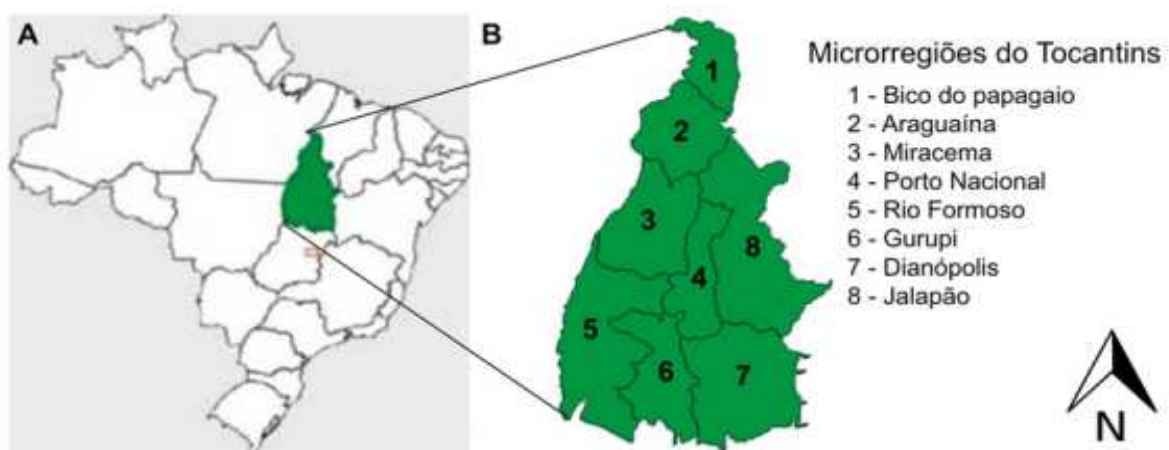
## 4.2 O Estado do Tocantins e cidade de Gurupi

Sobre o estado do Tocantins o IBGE<sup>33</sup> faz a seguinte referência:

A colônia brasileira tinha como função fornecer produtos tropicais e metais preciosos, além de consumir produtos da metrópole. Portugal iniciou a colonização pela costa privilegiando a cana de açúcar como principal produto de exportação. Se concentraram no litoral enquanto que os ingleses, franceses e holandeses entravam pela região norte instalando colônias que servissem de base para explorar o interior do Brasil. Os franceses iniciaram a exploração dos sertões do Tocantins, depois de estarem instalados no Maranhão. Eles descobriram o rio Tocantins pela foz, no ano de 1610, sendo um dos caminhos para exploração da região onde hoje é o estado do Tocantins. Tocantins é o mais novo estado brasileiro, sendo instalado em 1º de janeiro de 1989, emancipado de Goiás. A luta pela autonomia política do norte goiano, já conhecido como Tocantins, em referência ao rio de mesmo nome, se intensifica em 1987. Em 5 de outubro de 1988, nasce o estado, através do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição. Tem como limites Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. (BRASIL, 2019)

Sobre a criação do estado do Tocantins, segundo o IBGE (2019), sob aspecto político, conforme Figura abaixo, suas mesorregiões são formadas por 8 microrregiões no estado brasileiro, onde estão distribuídas as 139 cidades:

Figura 5 - Mapa do Estado do Tocantins



1: Mapa de localização da área de estudo. A - Brasil, B - Divisão do Estado do Tocantins em oito microrregiões.

Fonte: <http://br.viarural.com/mapa/tocantins/>

<sup>33</sup> IBGE. Governo Federal. Disponível: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/historico> >. Acesso em: dez. 2019.

Quanto à cidade de Gurupi, no próximo capítulo faremos uma explanação, mas adiantamos que foi uma cidade (goiana) fundada na década de 50, estando às margens da rodovia Transbrasiliana (BR-153), num primeiro momento, economicamente favorecida com a construção da autoestrada. Distante a 223 km de Palmas/TO e 742 km de Brasília/DF, posicionada ao sul, na microrregião do “Gurupi”. Possui uma área de 1.836 km<sup>2</sup>; em seus limites estão os municípios: Aliança do Tocantins, Cariri do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Peixe e Sucupira. Conforme dados econômicos e sociais, IBGE (2019) e SEPLAN-TO (2019), Gurupi é a terceira maior cidade do Tocantins em termos populacionais e econômicos; sendo o polo regional da região sul do estado, sua base econômica está sob serviços correspondendo a 67,7% do PIB, seguido pela indústria com 27,9% e agropecuária com 4,4%.

Figura 6 - Monumento à Natureza – Estatua das Mãos – Gurupi  
(mãos saindo do chão circundando uma árvore de Pau Brasil)



Fonte: [aciggurupi.com.br](http://aciggurupi.com.br)

Figura 7 - Imagem da entrada de Gurupi



Fonte: gurupi.to.leg.br

Figura 8 - Pista de skate próximo a rodoviária



Fonte: Fernando França

Possui escolas estaduais e municipais de ensino fundamental, no ensino médio, além das escolas estaduais e municipais, há uma instituição federal que oferta essa modalidade de ensino. No ensino Superior, as instituições universitárias, com destaque para a Universidade Federal do Tocantins UFT e Centro Universitário Regional de Gurupi (UNIRG) e o Instituto Federal do Tocantins, lembrando que em todas as modalidades há oferta da iniciativa privada, na modalidade presencial e a distância.

Figura 9 – Imagens da Universidade Federal do Tocantins – Campus Gurupi



Fonte: sesduft.wordpress.com

Figura 10 – Centro Universitário Regional de Gurupi – Campus II



Fonte: wikiwand.com



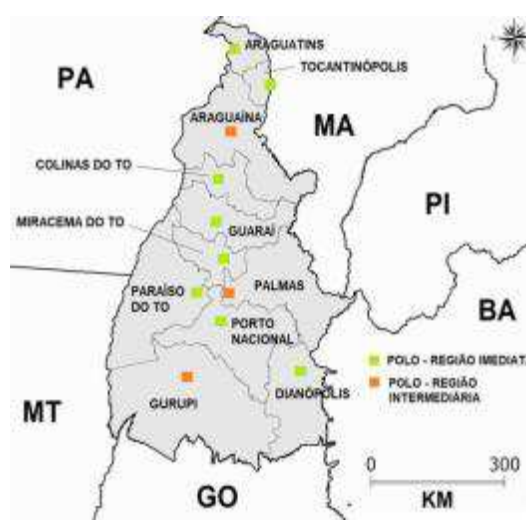
Figura 11 – Instituto Federal do Tocantins - Campus Gurupi



Fonte: Ifto.edu.br

Figura 12 – Mapa do estado do Tocantins

O município de Gurupi ocupa a terceira posição de importância e tamanho entre as cidades do Tocantins, considerada pelo IBGE um Polo – Região Intermediária<sup>34</sup>, sendo o polo regional de toda a região sul do Estado. Localiza-se no sul do Estado, às margens da BR-153 (Rodovia Belém-Brasília), a 223 km de Palmas, a capital do Estado, e a 742 km de Brasília. Sua população estimada em 2010 era de 76.755, em 2019 era de 86.647 habitantes; sua densidade demográfica é de 41,80 hab/km<sup>2</sup>. Fica no divisor de águas entre os rios Araguaia e Tocantins, a uma latitude 11°43'48" sul e a uma longitude 49°04'08" oeste, estando a uma altitude de 287 metros.



Fonte: <https://www.researchgate.net>

Gurupi é considerada por seus habitantes como a “capital da Amizade” e segundo informe do IBGE:

<sup>34</sup> As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais (REGIÕES..., 2008). Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias. Fonte: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, IBGE. Disponível em: < [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/) > Acesso em: 26 dez. 2019.

[...] recebeu considerável impulso com a chegada da rodovia Belém-Brasília em agosto de 1957 e, hoje, se estende ao longo das margens da rodovia. Gentílico: gurupiense. O DISTRITO foi criado em 9 de outubro de 1956 pela Lei nº 251 e o Município, em 14 de novembro de 1958, pela Lei Estadual nº 2.140.

Quanto ao topônimo, o professor Roberto José, em obra intitulada – “ O lendário Gurupi” lembra as origens do nome Gurupi.

[...] veio do Rio, das Matas e dos gerais que já eram conhecidos por esse nome: Rio do Gurupi; Mata de Gurupi; gerais de Gurupi. Nome herdado do cacique da última tribo que habitou na região. [...] O vocábulo “GURUPI” em nossa língua em Tupi: Segundo o professor Adauto Cordeiro Cavalcante, “nheêgatu” ou língua boa, quer dizer Diamante Puro; Para o professor Emérito da USP Silveira Bueno, quer dizer Rio Pedregoso. O significado que ficou cristalizado na nossa história a versão do Professor Adauto Cordeiro Cavalcante, “**Diamante Puro**”. (RIBEIRO, 2018, p.6)

O município possui IDH igual a 0,759, o que corresponde a um médio desenvolvimento humano, medido por indicadores relacionados à saúde, longevidade e renda da população. A microrregião de Gurupi compreende as cidades de Aliança do Tocantins, Alvorada, Brejinho de Nazaré, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Figueirópolis, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Peixe, Santa Rita do Tocantins, São Salvador do Tocantins, Sucupira, Talismã.

### 4.3 O Instituto Federal do Tocantins

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), também chamado de Instituto Federal do Tocantins, é resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa), e foi criado por meio da Lei n.º 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) têm assumido um papel relevante na formação de cidadãos-profissionais. Embora sua atual denominação seja recente (foi criada em 2008), a história dessa instituição coincide com a história do ensino profissional público no Brasil, que teve o seu início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou dezenove Escolas de

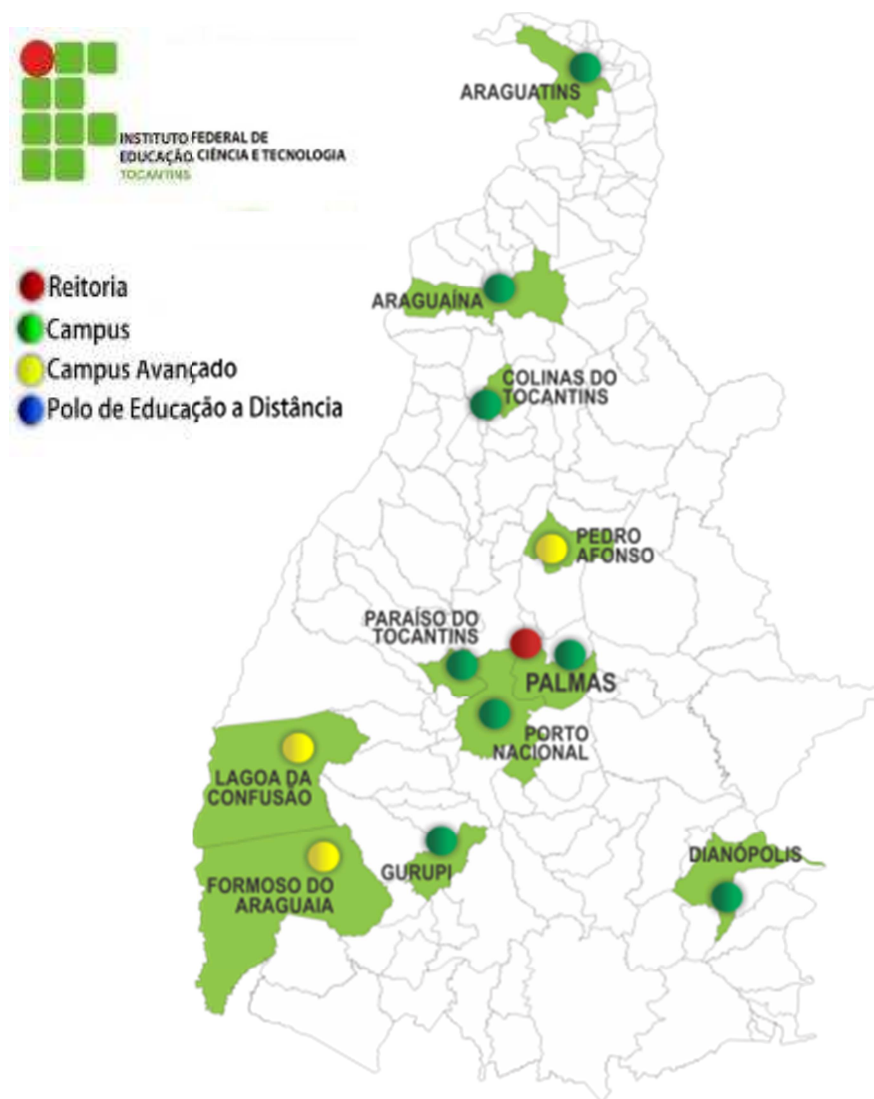


Aprendizes Artífices marcando oficialmente a implantação do ensino técnico no nosso país. Conforme informação da própria instituição:

O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (reitoria, campus, campus avançado e polos de educação a distância), especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas/andragógicas. **Missão:** Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável. **Visão:** Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional. (Site IFTO < <http://www.ifto.edu.br/ifto>>)

O IFTO possui oito campi e três campi avançados em pleno funcionamento, além de 19 polos de educação à distância.

Figura 13 – Mapa do Tocantins – distribuição dos IFs



#### 4.4 O IFTO - Campus Gurupi

O Campus Gurupi, localizado Alameda Madrid, 545 - Jardim Sevilha na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins, nasceu com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008, sendo sua autorização de funcionamento publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2010, por meio da Portaria n.º 130, de 29 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação. Conforme consta em na apresentação em seu site:

Oferta cursos nos níveis de pós-graduação *lato sensu*, graduação em bacharelados, licenciaturas e tecnológicos, técnicos nas modalidades subsequente, integrado ao ensino médio e Proeja. Além disso, também oferta cursos de formação inicial e continuada, voltados à capacitação rápida da comunidade para o mercado de trabalho. O Campus Gurupi desenvolve ainda diversas atividades de extensão e pesquisa, que contribuem para o desenvolvimento da sociedade em (Site IFTO < <http://www.ifto.edu.br/ifto>>).

Sobre o espaço físico<sup>35</sup>, o Campus Gurupi disponibiliza como ambientes estudantis essenciais:

[...] mais de 30 salas de aula, uma sala de apoio ao ensino; uma biblioteca; um auditório e 12 laboratórios. Conta ainda com 01 Anfiteatro; 01 Quadra de Poliesportiva; 02 Laboratórios de Informática; 01 Laboratório de Teatro; 01 Sala de Dança; 01 Sala de Audiovisual; 01 Enfermaria e 21 banheiros dentro do Campus sendo 05 Banheiros Adaptados para pessoas com deficiência. O espaço em que foi construído o Campus Gurupi foi fruto da doação do edifício da antiga unidade do Centro Universitário Unirg, além da doação de área anexa, totalizando um terreno de 20.000m². A área foi doada pela Prefeitura Municipal de Gurupi, autorizada pela Lei Municipal 1.757/2008. (IFTO; Campus Gurupi)

---

<sup>35</sup> Disponível no site: < <http://www.ifto.edu.br/ifto/collegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-gurupi/tecnico-em-edificacoes-integrado-ao-ensino-medio/ppc-edificacoes-medio-integrado-campus-gurupi.pdf/view> >. Acessado em: 6 de maio de 2019.

#### 4.5 O Curso Técnico em Edificações

O Curso Técnico em Edificações de Nível Médio, ofertado na modalidade educação Profissional e Educação Básica, estruturado pela Integração e articulação da Educação Básica com a Educação Profissional, é ofertado de forma presencial no turno integral (matutino e vespertino), com carga horária mínima de 3.600h, duração de 3 anos, tendo o período máximo de integralização de 6 anos, sendo ofertado 35 vagas a serem preenchidas por meio de processo de seleção, num regime de matrícula anual. O quadro abaixo demonstra que além das disciplinas do Ensino Médio Básico, o Curso Técnico dispõem as seguintes disciplinas:

Tabela 2 – Distribuição das disciplinas no Curso Técnico em Edificações

Temas geradores do eixo	Constará em
Legislação e normas técnicas	Planejamento e Gerenciamento de Obras; Legislação e Segurança no Trabalho; Desenho Técnico para Edificações; Estruturas; Instalações Prediais; Sistemas Construtivos; Materiais de construção; Topografia.
Sistemas construtivos	Estruturas; Instalações Prediais; Sistema Construtivos.
Desenho técnico	Desenho Técnico para Edificações.
Materiais de construção	Materiais de construção.
Planejamento de obras	Planejamento e Gerenciamento de Obras.
Topografia	Topografia
Solos	Estruturas
Controle de qualidade em obras	Planejamento e Gerenciamento de Obras
Normas de segurança e saúde no trabalho	Legislação e Segurança no Trabalho

\* Quadro do PPC do Curso Técnico em Edificações do IFTO\_Campus Gurupi.

Curso Técnico em Edificações tem como eixo Tecnológico a Infraestrutura, cuja forma de articulação é *Integrada*<sup>36</sup> ao Ensino Médio regular, com duração de três anos de duração, tem como objetivo geral possibilitar aos estudantes que tenham concluído o ensino fundamental a formação geral inseparável da formação profissional em todos os campos onde

<sup>36</sup> O decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004, no Art. 4º define que: A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados: § 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma, I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; Disponível no site: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acessado em: 6 de maio de 2019.

acontece a preparação para o trabalho, seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos voltados ao perfil do curso disposto Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Conforme estabelece o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações<sup>37</sup> do Instituto Federal do Tocantins, campus Gurupi, ao final do curso, concluídas as etapas previstas neste curso o profissional do Curso Técnico em Edificações, *integrado* ao Ensino Médio oferecido pelo IFTO – Campus Gurupi, o aluno estará apto para prosseguir seus estudos em cursos de Especialização Técnica de Nível Médio, nos cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio e no Nível Superior, podendo atuar no:

Planejamento, projeto, execução e na manutenção de obras; atuar no levantamento de informações cadastrais, técnicas e de custos, que irão subsidiar a elaboração do projeto ou compor o seu estudo de viabilidade; desenvolver projetos arquitetônicos e de instalações, dando a eles a forma gráfica adequada e detalhando as informações necessárias à execução da obra. Elaborando orçamentos, processos licitatórios e licenciamento de obras; supervisionar a execução de projetos, coordenando equipes de trabalho; elaborar cronogramas e orçamentos, orientando, acompanhando e controlando as etapas da construção; controlar a qualidade dos materiais, de acordo com as normas técnicas; realizar ensaios tecnológicos de laboratório e de campo; aplicar normas técnicas de saúde e segurança do trabalho e de controle de qualidade nos processos construtivos; aplicar medidas de controle e proteção ambiental para os impactos gerados pelas atividades construtivas; aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história; ser ético no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade [...]. (Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, 2016).

As atribuições profissionais dos Técnicos em Edificações<sup>38</sup> são aquelas anotadas em sua carteira profissional, as quais podem ser dispostas pelas Resoluções nº 262/79 e nº

---

<sup>37</sup> PPC do curso Técnico em Edificações do Instituto Federal do Tocantins – campus Gurupi, elaborado pela Comissão responsável pelo estudo e elaboração da minuta do Curso Técnico em Edificações, integrado ao Ensino Médio - Portaria n.º 323/2015/REITORIA/IFTO, de 8 de maio de 2015 e Portaria n.º 530/2015/REITORIA/IFTO, de 3 de agosto de 2015 e aprovado pela Resolução n.º 12/2016/CONSUP/IFTO, de 24 de fevereiro de 2016.

Disponível no site: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colégiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-gurupi/tecnico-em-edificacoes-integrado-ao-ensino-medio/ppc-edificacoes-medio-integrado-campus-gurupi.pdf/view>. >. Acesso em: 6 maio de 2019.

<sup>38</sup> Disponível no site: <<http://www.creasp.org.br/perguntas-frequentes/civil>>. Acesso em: 6 de maio de 2019.

278/83, ambas do Confea<sup>39</sup> e/ou Decreto Federal nº 90.922/85. Este último, em seu artigo 4º, parágrafo 1º, dispõe:

[...] os Técnicos de 2º grau das áreas de Arquitetura e de Engenharia Civil, na modalidade Edificações, poderão projetar e dirigir edificações de até 80 m² de área construída, que não constituam conjuntos residenciais, bem como realizar reformas, desde que não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica, e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade. Podendo atuar em empresas de construção civil, escritórios de projetos e de construção civil, canteiros de obras, laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, profissional autônomo”.(CONFEA;2019)

Quanto à regulamentação da atuação profissional, o CREA-SP<sup>40</sup> diz que:

Para a regularização ou conservação de obras, executadas por Técnico em Edificações devem ser aplicadas às mesmas regras das construções novas; ou seja, estão limitadas a 80m² de área construída, que não constituam conjuntos residenciais, e não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica. Por outro lado, lembramos que a regularização de obras ou serviços de engenharia, iniciados ou concluídos sem a efetiva participação de profissional habilitado, deve obedecer ao disposto na Resolução nº 229/75, do Confea. (CREA-SP;2019)

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), o Técnico em Edificação atua em áreas associadas às seguintes ocupações: 312105-Técnico de obras civis; 318005-Desenhista técnico; 318010-Desenhista detalhista; 318015-Desenhista detalhista; 318105-Desenhista técnico (arquitetura); 318110-Desenhista técnico (cartografia); 318115-Desenhista técnico (construção civil); 318120-Desenhista técnico (instalações hidrosanitárias).

Foi com uma turma do Curso Técnico em Edificações, envolvida nesse contexto social, educacional e de formação técnica, que experimentamos a prática de ensino relacionado ao ensino de História e Educação Patrimonial.

---

<sup>39</sup> Confea – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

<sup>40</sup> Informação obtida no site do CREA – SP. Disponível em: < <http://www.creasp.org.br/perguntas-frequentes/civil>>, Acesso em 21 out. 2019.

## 4.6 Os sujeitos da pesquisa

Para a condução da pesquisa, partimos dos seguintes questionamentos: Qual o papel da História e do ensino de História na prática do ensino promovido pela educação profissional nos cursos técnicos integrados ao ensino médio? Como a disciplina de História poderá contribuir para integrar o ensino da área de humanas ao conhecimento técnico ministrado na educação profissionalizante?

Compreendemos que o trabalho com a Educação Patrimonial no ensino de História pode ser um instrumento para a construção de um ensino significativo diante da proposta didática de integração do ensino de História com a educação profissionalizante no Curso Técnico em Edificações. Assim, o objetivo da experiência foi buscar verificar as possibilidades do ensino e aprendizagem na disciplina de História em uma escola que oferece, ainda, um saber tecnicista aos estudantes.

A turma do 3º ano (2017/2019) do Curso Técnico em Edificação Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal do Tocantins, Campus Gurupi, iniciou com 35 alunos, e atualmente é composta por 20 alunos. A partir do questionário (modelo em anexo) que aplicamos junto à turma, verificamos que idade dos alunos varia entre 16 e 18 anos.

Quanto ao gênero, 7 são do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Dentre os alunos apenas um mora sozinho, os demais moram com os pais. Todos os alunos são oriundos de escolas públicas ou conveniadas. Nenhum dos alunos trabalha para prover o seu sustento ou de sua família, uma vez que o curso é frequentado em tempo integral (QUESTIONÁRIO/1, 2019).

As respostas dos questionários nos informam que a maioria dos pais dos alunos não tem formação superior e um número significativo não concluiu o ensino fundamental e o médio. As profissões das mães dos alunos variam entre dona de casa, autônoma, empresária, vendedora, veterinária, cantora, pedagoga, assistente administrativa, enfermeira, costureira, policial militar e etc. Já nas profissões dos pais figuram policiais militares, instrutores de trânsito, empresários, comerciantes, fazendeiros, professores, funcionários públicos, contadores, autônomos, motoristas, caminhoneiros, mestres de obra, veterinários, pedreiros, engenheiros civis, técnico de máquina de costura e etc. É que indicamos na tabela que segue.

Tabela 3 – Profissões dos pais dos alunos

<b>Grupos Ocupacionais</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>
Advogado (a) e contador (a),	1	1
Assistente Administrativo (a)	-	1
Autônomo (a) e cantor (a)	2	3
Dona de casa e desempregado (a)	-	6
Empresário (a), vendedor (a) e comerciante	5	5
Enfermeiro (a), veterinário (a) e gerente de fazenda	1	3
Engenheiro mecânico e mestre de obra	2	-
Marceneiro (a), mecânico (a), costureiro (a) e cabelereiro (a)	4	1
Motorista, taxista, caminhoneiro (a) e instrutor de veículo	6	-
Pedagogo (a), professor (a) e policial militar	3	4
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>24</b>

Fonte: Questionário 1

Tabela 4 – Escolaridade dos pais dos alunos

<b>Escolaridade</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>
Nunca estudou		
Entre a 1ª e 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)		1
Entre a 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	4	6
Ensino Fundamental completo (antigos primário e ginásio)	-	-
Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau)	-	-
Ensino Médio completo (antigo 2º grau)	8	10
Começou, mas não concluiu o Ensino Superior	1	-
Completo o Ensino Superior	6	5
Pós-graduação completa ou incompleta	5	2
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>24</b>

Fonte: Questionário 1

Sobre a motivação na escolha em cursar o Curso Técnico em Edificações, a maioria dos alunos disse que escolheu o curso pelo interesse pessoal pela área, apenas 2 alunos responderam que foram influenciados pelos pais. Todos os alunos disseram que o Instituto Federal está sendo muito importante na sua formação. 40% dos alunos se identificam com o curso e ao concluir o curso pretendem atuar como técnico em edificações, já 50% dos alunos pretende cursar o bacharelado em Engenharia Civil.

Questionados se a educação (ensino e aprendizagem) ofertada pelo IFTO/Gurupi tem contribuído na sua preparação para concorrer a uma vaga em uma faculdade, apenas um aluno respondeu com o ensino tem pouco foco nas disciplinas da base comum, os demais alunos consideram com o ensino e aprendizagem é muito bom. Também elogiaram a infraestrutura do campus, a dedicação dos professores a integração dos alunos e servidores.

Ainda sobre o ensino e aprendizagem no IFTO/Gurupi, a maioria dos alunos considerou que não há uma integração entre o ensino geral e o ensino técnico, ainda que conste na estrutura curricular disciplinas que deveriam cumprir essa finalidade. As disciplinas Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História, Química, Matemática, Física e Biologia seriam aquelas que auxiliariam na compreensão das disciplinas técnica da Formação Profissional, integrando-se com do Curso Técnico em Edificações. Já as disciplinas de Estrutura, Planejamento, Legislação e desenho são aquelas que auxiliam as disciplinas técnicas da Formação Profissional. A maioria dos alunos diz gostar mais das aulas práticas e não gostam de atividades avaliativas. Matemática, Geografia, História, Física, estão entre as disciplinas da formação geral que os alunos mais gostam. (QUESTIONÁRIO/1, 2019).

Questionados sobre como deveria ser o ensino de História para as aulas serem mais produtivas, os alunos deram as seguintes opiniões:

Tabela 5 – Resposta a questão 1 – Sobre como deveria ser o ensino de História

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO 1</b>
“apresentar aos alunos o material bruto para fazê-los pensar e analisar, e só depois o professor deveria contribuir com seus conhecimentos”;
“em minha opinião poderia ter mais atividades práticas com filmes”; “aprofundar mais na história do Brasil, dentro do território brasileiro em si”
“trabalhar mais histórias do oriente”; “o ensino de história deveria ser trabalhado com uma dinâmica mais participativa, onde o professor estimula os alunos a falar e produzir”
“em forma de seminários apresentados pelos alunos”; “professor deve fazer o aluno se interessar mais sobre a história do conteúdo. deve haver também mais visitas em lugares remetentes a história”;
[...]; “com mais visitas técnicas ainda mais na nossa região que tem muita história facilita se a explicação vem junto com a prática”;
“com visitas a museus e ambientes históricos, para que os alunos vejam na prática o local e chame atenção dos mesmos”;



“os professores focarem no conteúdo atribuído a eles, sem doutrinação de partidos <b>**corruptos**</b> e aceitar os questionamentos dos alunos sobre essa doutrinação, sem puni-los injustamente”;
“em forma de filmes com uma sequência lógica”.

Fonte: O autor

Percebe-se que os alunos de cursos técnicos gostariam de aulas de História mais dinâmicas, participativas, com os docentes permitindo a interatividade a partir do diálogo instigante.

Sobre a futura atuação profissional e acadêmica, os alunos responderam que pretendem estudar em faculdade pública federal, uma vez que os pais não têm condições de custear uma universidade privada. Apenas um aluno manifestou interesse em cursar faculdade privada, mas os pais também não têm condições de custear. Dentre os cursos superiores, os alunos têm pretensão em cursar, os cursos de engenharia civil, arquitetura, medicina, odontologia, ciências da computação, foram os mais citados. Alguns alunos manifestaram não ter decisão ainda.

Questionados se já haviam estudado sobre o tema Patrimônio Histórico Cultural, apenas três alunos disseram conhecer sobre o assunto por meio de vídeos vistos no ensino fundamental. A maioria dos alunos não conhecia um museu e não tinham conhecimento da existência de um museu na cidade de Gurupi.

Em relação à história sobre a origem da cidade de Gurupi, apenas quatro alunos disseram ter conhecimento das narrativas referente aos fundadores da cidade. Apenas um aluno disse que tinha conhecimento sobre as técnicas utilizadas nas construções das primeiras casas em Gurupi. A maioria dos alunos desconhece a localização das primeiras edificações construídas na área urbana do município. Foram unânimes na afirmativa de que a população gurupiense não tem se preocupado com a preservação da memória e identidade da cidade. (QUESTIONÁRIO/1, 2019).

#### 4.7 A organização da experiência didática

Após a aplicação dos questionários, demos início às atividades didáticas junto aos alunos. Num primeiro momento foram ministradas quatro aulas discutindo os temas relacionados ao Patrimônio Histórico Cultural (material e imaterial), processo de tombamento, a memória coletiva e individual. Durante as aulas, foi apresentado fotos das edificações de Gurupi, edificações antigas e novas, para análise das características dessas construções. Questionados sobre os locais de memória que poderíamos pesquisar na cidade de Gurupi, optou-se por pesquisar duas edificações: A Igreja Santo Antônio; A banca central de jornal e; O antigo mercado municipal de Gurupi. No decorrer do desenvolvimento da experiência didática sobre a pesquisa ao patrimônio cultural de Gurupi apenas dez alunos prontificaram-se a participar da pesquisa, desse modo considerou-se reduzir os espaços a serem estudados, ficando a pesquisa restrita apenas ao “O antigo prédio do Instituto Federal de Gurupi”, que foi inventariado pelos alunos. Antes das visitas, foi realizada uma conversa sobre o que os alunos consideram ser patrimônio cultural da cidade.

Objetivando a familiarização dos alunos com a temática do Patrimônio Cultural, foram realizadas visitas em alguns espaços de memórias preservadas nas cidades de Gurupi e Porto Nacional. Em Gurupi foi visitado o Museu Benjamim Rodrigues de Gurupi. Além da observação ao museu, os alunos participaram de uma aula sobre a origem da cidade de Gurupi, com o professor aposentado, Roberto José Ribeiro, conhecido como professor Robertão. Os alunos foram instigados também a pesquisar sobre a história do Antigo Prédio do Instituto Federal de Gurupi. Foram visitados ainda, na cidade de Porto Nacional, os seguintes locais: Centro Histórico Cidade; ao Museu Histórico da cidade, e o ao NUTA (Núcleo Tocantinense de Arqueologia).

Para discussão da metodologia da pesquisa a ser utilizada pelos alunos, foi encaminhado, via whatsapp, o manual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), notadamente o texto *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*, de autoria, da pesquisadora Sônia Regina Florêncio. Foi utilizado mais uma aula para as seguintes ações: a) Explicação sobre o inventário participativo; b) Preparação e definição das entrevistas, momento em que foi apresentado aos alunos a metodologia da História Oral, no intuito de auxiliar na elaboração dos instrumentos da pesquisa (levantamento dados, registros, entrevistas e consolidação dos dados pesquisados).

A saída de campo ocorreu no mês de dezembro do ano de 2019, sendo utilizados três dias para efetivação da pesquisa em loco, ao qual acompanhamos o processo com os alunos.

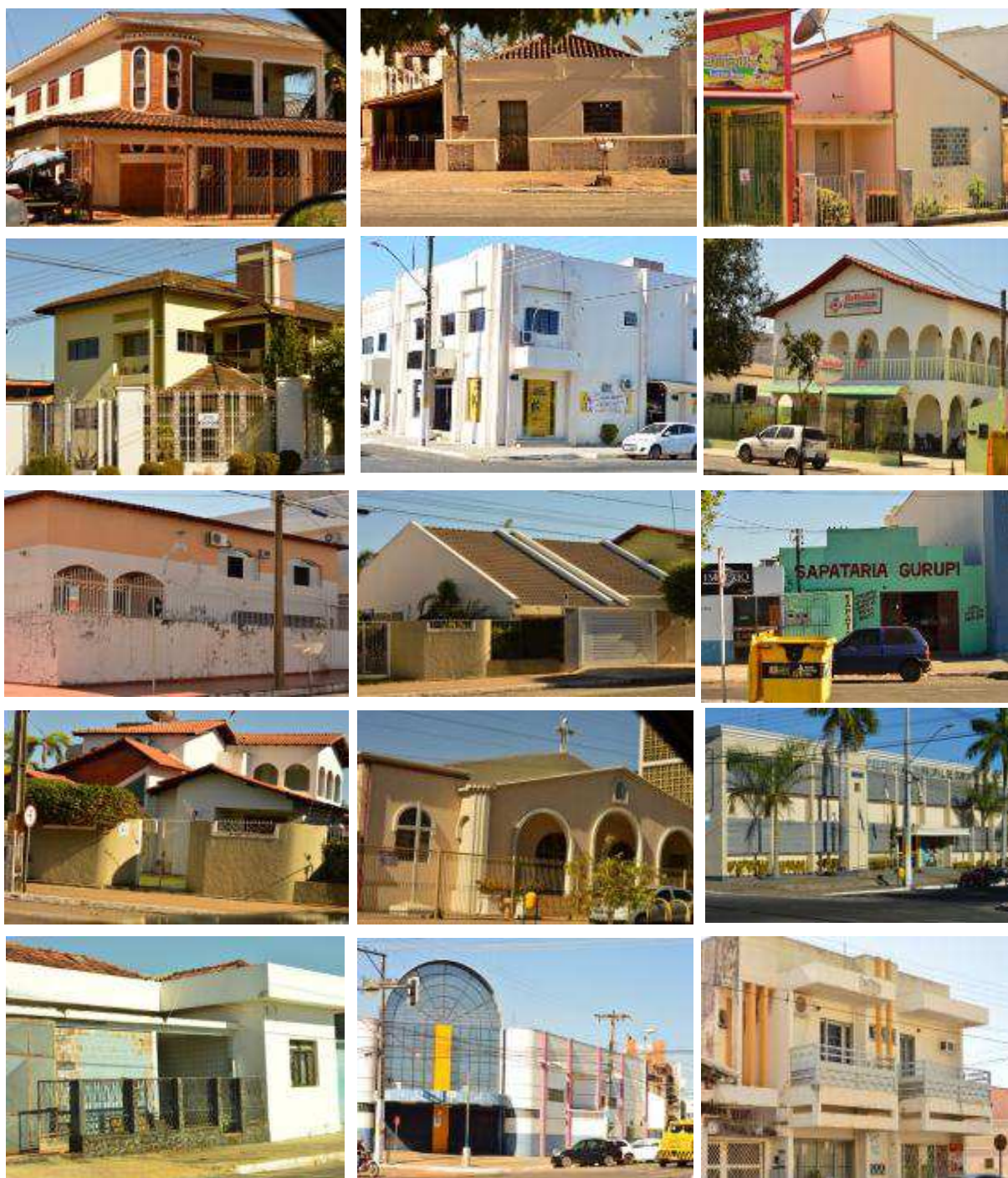
#### **4.8 Ação didática em sala de aula**

Como afirmamos, foram utilizadas quatro aulas para trabalhar com os alunos temas como: o local de memória na cidade, e sua relação com os conceitos de Patrimônio Cultural: material e imaterial, memória, lugares de memória, tombamento e registro e com uma atividade prática que contribuiu para apreensão do que foi desenvolvido. Também debatemos sobre a importância dos profissionais em edificações serem sensíveis a preservação da memória e identidade diante do patrimônio histórico material e imaterial. Temas como Patrimônio Histórico Cultural; Identidade e Diferença; Memória Coletiva foram fundamentos em autores Tomaz Tadeu da Silva (2006) e Maurice Halbwachs (2013). Lançamos mão ainda do conceito de Patrimônio Histórico Cultural produzido pelo Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico do CREA-SP – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (2008).

Foram discutidos os artigos previstos na Constituição brasileira para a preservação do patrimônio cultural no Brasil. Como também foram estudada a importância da UNESCO na proteção do patrimônio mundial, e no caso do Brasil, estudamos como se dá a atuação do Iphan do processo de preservação do patrimônio histórico brasileiro.

No último encontro foi apresentado aos alunos fotos de algumas edificações de Gurupi, com a finalidade de analisarmos as características das construções, os pontos de memória a partir das edificações. As fotos analisadas foram as seguintes:

Figura 14 - Edificações na cidade de Gurupi



Fonte: Fernando França

#### **4.9 Inventário do Antigo Prédio do Instituto Federal**

Como parte do processo dos conhecimentos necessários para a compreensão do Patrimônio Cultural como possibilidade de se aprender História, os alunos foram instados a fazerem o Inventário do Instituto Federal de Gurupi. O inventário do Patrimônio Cultural é uma possibilidade de instrumento que provoca a curiosidade e desafio para detectar as faculdades culturais de uma determinada sociedade, podendo ter como subterfugio o patrimônio material ou imaterial. Quando se faz referência ao prédio antigo, nesse caso, é porque foi o primeiro prédio em que a instituição se instalou, posteriormente foram construídas outras edificações, por exemplo: um anfiteatro, uma quadra poliesportiva, e uma nova unidade para sala de aulas.

Entendemos que um bom motivo para inventariar, principalmente em instituição pública, ou mesmo privada, se dá pelo fato de que as questões culturais muitas vezes seguiram critérios de gestão de um determinado gestor e ou cidadãos que possuem poder de decisão sobre os espaços de manifestações culturais. No caso de uma edificação, um gestor equivocado e/ou mal-intencionado poderá se desfazer de uma edificação simplesmente pelo fato de não considerar, para ele ou para os seus, nenhum fundamento na existência daquela edificação, pois não leva em consideração significância ou relevância daquele bem para a comunidade, ou até mesmo, um grupo de indivíduos. Quando não se inventaria, ficamos a mercê das memórias dos mais antigos, que por sua vez, um dia partirão. Daí a significância em inventariar.

A identidade é um ponto a ser levado em consideração no processo de saberes sobre o Patrimônio Cultural, pois ao inventariar, devemos levar em consideração o fato de uma determinada edificação não ter apenas uma identidade, mais múltiplas identidades, o que têm relevância para um, não necessariamente terá significado para o outro. Ao termino do inventário, o objeto estudado é apresentado como um produto que acabou de receber certa “certificação”, ou seja, quando apresentamos o produto com todas as informações relacionadas aquele produto, algo semelhante ocorre com o patrimônio edificado e inventariado, o oposto também pode acontecer, o produto pode continuar não tendo nenhum significado para o outro.

Outra questão é nos perguntarmos, quem somos? Ao dizermos “quem somos”, faço uma referência a “quem somos” na condição de pesquisador, noutro sentido tentar entender o que é patrimônio inventariado. Enquanto pesquisador, quem sou eu, a quem eu atendo? O que eu procuro? No caso dessa pesquisa, os pesquisadores, são os alunos do 3º ano do Curso Técnico em Edificações, que de forma voluntária, aceitaram o desafio em participar do processo de pesquisa.

Quanto ao bem inventariado, fica o questionamento, a quem interessa o esforço de inventariar aquele bem, patrimoniar é realmente e necessária, ou é algo que de fato, a ninguém interessa?

No caso do antigo prédio do campus Gurupi, o que se sabe que foi um prédio concedido para o Instituto Federal por meio de uma doação da prefeitura de Gurupi, à época, o prefeito Alexandre Tadeu Salomão Abdalla, ocorrido no ano de 2010. Outrora o prédio foi sede da Faculdade de Filosofia de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi - FAFICH, fundada em 15 de fevereiro de 1985, onde permaneceu no prédio até o ano de 2009, sendo transferido para outra sede, localizado no extremo da cidade. Mas mesmo sabendo a data de fundação da FAFICH, a dúvida permanece, quando de fato o prédio foi construído? E com qual finalidade foi edificado?

Os alunos passaram a buscar informações sobre outras instituições, inclusive na Universidade de Gurupi (UNIRG), antiga FAFICH, e ninguém dava essa informação, sobre a origem do antigo prédio da UNIRG. Os primeiros funcionários da UNIRG sabiam dizer a data da função da FAFICH, mas não sabiam dizer quando o prédio foi construído. Ao lembrar a data manifestavam saudades, mas não informações mais precisas. Permanecia a dúvida sobre a origem do prédio. Os alunos se reportaram a mim para reclamarem que essa informação era difícil de ser obtida. Para auxiliar na investigação, comecei a procurar a informação nas instituições, que poderiam ter algum registrado, mas foi em vão. Mas sempre ao dizer não saber sobre a informação, alguém dizia, “eu não sei, mas fulano deve saber, entre essas informações de fulano, era recorrente o nome do professor Roberto José Ribeiro, ou “Robertão”, a quem os alunos em outro momento tiveram a oportunidade de ouvi-lo. Desse modo o professor foi convidado a narrar os episódios relacionados ao antigo prédio da FAFICH. Convite que foi prontamente aceito.

Para desenvolver a pesquisa em questão, utilizamos como método de pesquisa o Inventário Participativo concebido pela metodologia da Educação Patrimonial, apresentado como Manual de Aplicação do IPHAN. O Manual propõe um roteiro para inventariar um patrimônio móvel ou imóvel, material ou imaterial. Desse modo é válido reforçamos o que de fato, vem a ser o patrimônio material e imaterial, para essa informação a pesquisadora Natália Guerra (2012), na obra Patrimônio Cultural Imaterial traz a seguinte definição:

Somente quando se sente parte integrante de uma cidade ou de uma comunidade é que o cidadão dá valor às suas referências culturais. Essas referências são chamadas de bens culturais e podem ser de natureza material ou imaterial. Os bens culturais materiais (também chamados de tangíveis) são paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos e documentos. Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, aos modos de ser das pessoas. (BRAYNER, 2012, p.18)

Ainda sobre a questão da metodologia, por utilizar um formato específico para essa modalidade de pesquisa, optou-se por trabalhar com fonte oral, ou seja, na dificuldade de nos informarmos por meio da fonte escrita, buscamos o recurso historiográfico da História Oral, que recorre da oralidade como metodologia para o registro da história e memória de um determinado grupo social, ou um único indivíduo. Nesse sentido Marieta de Moraes e Alzira Alves (1994) enfatiza que o campo do que tem sido chamado de história oral:

[...] utiliza a denominação história oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas”. Numa outra percepção, as autoras referenciam que “[...] no campo da história oral é aquele que privilegia o estudo das representações e atribui um papel central as relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada os usos políticos do passado. (FERREIRA; ABREU, 1994, p. 8-9)

A pesquisa de campo sobre o Antigo Prédio do Instituto Federal de Gurupi iniciou no mês de novembro de 2019, após um período de preparação participando de diversas atividades vinculadas ao Patrimônio Histórico Cultural, dentre essas, as visitas ao Patrimônio Histórico de outra cidade, nesse caso, visita a cidade de Porto Nacional.

Após leitura do Manual Inventário Participativo (Iphan), que já é autoexplicativo, os alunos se reuniram para organizar a estratégia de pesquisa, dividindo as tarefas entre eles

para um melhor aproveitamento do tempo. Com a divisão, um grupo se encarregou em fazer o levantamento técnico do patrimônio (como prevê o roteiro de pesquisa no Manual), outros o levantamento das pessoas que seriam pesquisadas, de modo que fizeram os primeiros contatos. Nos casos de aceite, fizeram o agendamento para a entrevista.

A essa altura, a ficha de entrevista já estava elaborada, cujo roteiro de pesquisa segue da seguinte forma: cabeçalho da ficha apresenta dados básicos, como o nome do projeto, o nome do entrevistador, nome do entrevistado, e dados pessoais do entrevistado. Por se tratar de um tema mais ameno, sem um foco denso, o roteiro de entrevista foi leve, com poucas perguntas, mas direcionada ao interesse da pesquisa, tais como: qual é sua relação com o prédio? Nesse momento o entrevistado provavelmente fez sua narrativa respondendo o que seria a segunda pergunta: Quais lembranças ou memórias você cultiva em relação a esse prédio?

Desse modo o roteiro da entrevista foi direcionado a instigar o entrevistado a comentar suas memórias ou lembranças relacionadas ao prédio, suas recordações relacionadas às instituições que lá funcionaram e a que funciona no prédio na atualidade. No relatório das entrevistas, em regra, os mais antigos, vinculam suas memórias ao período de funcionamento da Faculdade FAFICH, porque ou estudaram, ou frequentaram o campus nesse período.

Retornando para a questão da construção do prédio pesquisado, o professor Robertão, no dia 6 dezembro, compareceu ao campus para narrar sobre a origem do prédio. Sua entrevista registrada com gravador, e posteriormente transcrita. Além desse tema, o professor narrou outras particularidades da história de Gurupi, gerando um período de 1h21min de gravação.



Figura 15- Entrevista com o prof. Robertão



Fonte: Arquivo pessoal

Sobre a origem do prédio, o professor Robertão, fez a seguinte narrativa:

Essas terras aqui todos eram do meu pai, Sevilha e Vila São José, a divisa era aqui onde tem esse pasto, ali era do Per Paiano que era compadre dos meus pais, ele quem trouxe meu pai para cá. Meu pai não gostava de turma, lá na Paraíba eles tinham uma fazenda do pai dele, ele comprou umas terras lá encima da serra e mudou para lá, ele não gostava de turma. E aqui quando ele chegou João Paraibano tinha comprado essas terras, do setor Canaã, que é o Parque Igor do Vale, ele botou só uma roça lá, aí seu Berto Baiano, chegou aqui antes da gente, chegou em 52, convidou ele para vim para cá, aí meu pai tirou essas terras, era só tirar a terra, aí depois meu pai vendeu as terras e foi embora para Pedro de Lima. Então! Veio a Vila São José, essa vila São José o Jacinto tinha reservado para construir casas populares, no começo do governo do Iris Resende, e o pessoal invadiu, o que hoje a Vila São José. Essas terras aqui eram do Miguel Ivás, um espanhol, meu amigo, que comprou essas terras, já de terceiros, não foi do meu pai não. E aí ele fez esse loteamento, foi o segundo loteamento, porque primeiro foi o do Waldir Lins, depois o dele. [...] como os lotes eram mais baratos, o povo começou a construir casa para cá, então aqui já estava super povoado, e colégio que tinha nessa região toda aqui era só o Bom Jesus, era muito longe, na época do Joaquim ele construiu o Santa Luzia no final da Avenida Brasília, mas era longe também, aí Jacinto, nós pedimos, e Jacinto eu vou construir outro colégio naquela região, isso foi no ano de 1986. Aí começou a fazer esse colégio aqui, já tinha as paredes levantadas, não estava coberto não.”

A narrativa do professor permitiu aos alunos terem uma breve noção de como uma edificação, seja ela para uso público ou particular, antes de se concretizar como

construção passa pelo processo de ocupação do espaço. Essa ocupação é parte integrante da memória do que foi edificado.

Ainda para execução da pesquisa, alguns alunos ficaram responsáveis por fazer o levantamento aos pontos de convergências no ambiente virtual, ou seja, pesquisar as imagens aéreas, imagens antigas, utilizando principalmente o site do google maps platform, site do IFTO, Unirg, dentre outros. Além de elaborar o mapa para exposição no trabalho.

Para o registro dos dados, foi criado um formulário no aplicativo Microsoft power point para facilitar o lançamento e divulgação do trabalho, o formulário seguiu os mesmos padrões do Manual do Inventário Participativo do Iphan, que é estruturado da seguinte forma: Ficha do Projeto; Ficha do Território; Fichas das categorias (Lugares, Objetos, Celebrações, Forma de Expressão e Saberes); Ficha das Fontes Pesquisadas; Ficha do Relatório da Imagem; Ficha do Roteiro de Entrevista;

Seguindo o roteiro estabelecido, os alunos fizeram também algumas entrevistas, posteriormente os levantamentos dos dados sugeridos no Manual do Inventário, e em seguida a transcrição para o formulário do PowerPoint.

Foram convidados os primeiros servidores a narrarem suas experiências com o prédio antigo do campus Gurupi. A maioria dos servidores pesquisados em suas narrativas enfatizaram as dificuldades que tiveram no início do campus, pois ao receberem o prédio doado pelo prefeito, o campus estava desativado, não tinha energia, o prédio estava em estado precário de conservação, no entanto era necessário iniciar as atividades escolares mesmo em meio às dificuldades. Em entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2019, os alunos entrevistaram o servidor técnico administrativo Fernando França.

Meu nome é Fernando França Naves, tenho 28 anos, hoje sou servidor do IF, técnico administrativo. Estou aqui desde 2010, desde o começo do campus, praticamente. Entrei aqui como discente na primeira turma do Curso Técnico em Artes Dramáticas, era para eu ser também da primeira turma de Licenciatura em Artes Cênicas, aí no dia do vestibular eu esqueci a identidade aí não entrei. Mas enfim, no começo do campus aqui, algumas pessoas eram bem diferentes, primeira coisa é que aqui não tinha ar condicionado, nenhuma sala, era tudo ventilador, e ventilador que a gente trouxe de casa. Nas salas de aulas eram quatro, cinco ventiladores, que os alunos traziam. Eu lembro até que tinha um professor aqui, o Claudemir, vocês tiveram aula com o prof. Claudemir? Ele trazia um ventilador, ele é muito calorento, ele colocava o ventilador na cara dele e trazia uma toalha

para se secar o tempo todo, transpirava muito. A estrutura era pouco, o professor de Educação Física se restringia as aulas teóricas porque não tinha quadra de esporte, não tinha onde desenvolver as atividades. Não tinha sala de dança, ali era um bloco de salas, que foi quebrando, foi transformando. [...] A entrada era bem difícil na época da chuva, ainda mais do que é hoje, a gente até fez um manifesto na época, acho que isso em 2011, 2012, eu era bem ativo no manifesto [...]. A água vinha bem na altura dos joelhos, ninguém passava, aí a gente do Curso de Artes Cênicas fez um manifesto que a gente foi nadar ali, a gente nadou cara, nadou filmou e chamou a televisão, nadamos de braçada. Então o Paulo Paz ficava grilado, chamamos a televisão, porque essa estrutura era uma manutenção que não dependia da prefeitura, e sim do escoamento do campus, tanto é que depois foi construído aquela parte ali do escoamento, que vem atrás do bloco, passa pelo estacionamento e desce, porque aquilo era jogado na rua, porque água que vinha da esquina da Rua 2, ela vinha toda e cobria a frente do IF". (Entrevista, 2019)

Figura 16 - Entrevista com servidor do IFTO – campus Gurupi



Fonte: Arquivo pessoal

Os alunos consideraram interessante o processo da pesquisa, enfatizaram que a atividade foi importante, e perceberam que o inventário participativo auxiliou na promoção da valorização da história local por meio do inventário do prédio do IFTO, campus Gurupi.

Relataram que tiveram dificuldades na obtenção de informações sobre o patrimônio pesquisado. Também ressaltaram o fato de que algumas pessoas não deram muita importância ao convite para serem entrevistadas. E percebeu que boa parte da população não

vê sentido em dedicar a essa prática, desconsiderando o resgate da História Local e das memórias da cidade.

Sugeriram que haja um aprofundamento na pesquisa, que num outro momento seja feito mais levantamentos de dados, e que entreviste outras pessoas. Também recomendaram que os resultados fossem divulgados através de um documentário.

#### **4.10 Sobre os espaços de memória da cidade de Gurupi**

Ainda em sala de aula, antes das visitas que os alunos fariam aos patrimônios culturais da cidade e região, questionamos sobre quais memórias que tinham referente à cidade de Gurupi. Suas respostas foram recorrentes: o parque Mutuca, a Praça da Igreja Santo Antônio e Banca de Jornal Central, Praça Santo Antônio e Praça da Igreja Abadia, dentre outros. Um aluno assim se expressou: [...] O parque mutuca, onde meus tios me levavam quando criança para brincar, e onde eu frequento até hoje. A Praça Santo Antônio também, onde corria pelos bancos e árvores”. (Questionário Final).

Figura 17- Praça da Igreja Santo Antônio – cidade de Gurupi



Fonte: matrizdesantoantonio.com.br



Outro aluno se manifestou da seguinte forma: "Parque Mutuca. Quando era mais nova visitava o parque com frequência junto a amigos de infância que moravam no bairro, juntávamos e íamos brincar no parque, já que não era tão longe de casa e podíamos encontrar amigos." (Questionário Final)

Figura 18 - Parque Mutuquinha - Gurupi



Fonte: surgiu.com.br

Figura 19 – Imagem antiga e atual da Praça da Abadia - Gurupi



Fonte: atitude.com.br

Uma das respostas remete a um tempo que não muda:

Um local de Gurupi que tenho boas memórias é um local que sempre manteve sua identidade, pelo menos desde quando eu nasci não mudou, esse local é um local ideal para tantas crianças, como adolescentes e por fim para os adultos eu estou falando da barraca de livros que se encontra na Praça da Rua 1, que não lembro o nome mais me lembro das memórias inesquecíveis (Questionário Final)

Figura 20 – Alunos frente à Banca Central - Gurupi



Fonte: Arquivo pessoal

As lembranças dos alunos remetem às experiências que tiveram com os espaços da cidade, quase sempre marcadas pelo lúdico e a afetividade, algo que o ensino de História em sala de aula, mesmo em cursos profissionalizantes, não pode ignorar. Logo após as aulas, organizamos as visitas aos espaços de memória da cidade e região.

Reservamos uma aula para que os alunos pudessem compartilhar as respostas às perguntas sobre os saberes acerca dos espaços de memória da cidade de Gurupi. Percebemos que o Parque Mutuca é o lugar de memória mais recorrente, pois os alunos pontuaram as memórias do convívio no parque, as brincadeiras com a família e amigos como as lembranças agradáveis que os alunos mantem da infância. As Praças da Igreja Santo Antônio e da Abadia foram também espaços que os alunos citaram. As ruas de conviveu da infância, a banca de jornal foi citada por três alunos, principalmente pelas aquisições das revistas e das figurinhas. Desse modo, percebe-se que os alunos compreenderam que a cidade também são espaços de memória, identificando-se os espaços vivenciados.

Quando indagados se os cidadãos gurupienses têm demonstrado preocupação com a preservação da memória da cidade por meio a manutenção do patrimônio local edificado, a maioria dos alunos disseram que não há essa preocupação com a manutenção das memórias da cidade, pois há uma dificuldade muito grande em saber sobre a história de um determinado

prédio, pois não há registros, arquivos da cidade que contem essa história. Uma das respostas à pergunta foi.

Em meu ponto de vista não, pois observamos que espaços e edificações são negligenciados como a biblioteca pública municipal, além de que reformas, como a do centro cultural, esquecem-se de manter aspectos culturais do local, os transformando por completo. Peças antigas que se referem à história da cidade não receberam a atenção e cuidado necessário. (Questionário aplicado. Aluno A.)

Perguntamos se enquanto profissional Técnico em Edificações, qual estratégia o aluno utilizaria para preservar a memória e identidade de uma determinada edificação (patrimônio local) que esteja na eminência de revitalização ou demolição. Algumas respostas demonstraram que os alunos estão conscientes da necessidade de se preservar o Patrimônio, mesmo diante da necessidade de modificações ou demolições. Uma das respostas foi:

Como técnico em edificações acho que para preservar o patrimônio cultural, deve ocorrer uma adaptação entre o que o indivíduo quer e a conservação, por exemplo, as casas tombadas em Natividade, elas têm dono então eles poderiam fazer o que quiserem sem pedir autorização, mas sem destruir o seu visual, pois isso que realmente importa a lembrança daquele local, ou seja, sua forma, pois o que está dentro dele pertence ao dono. Logo acho que a estratégia seria a preservação visual do patrimônio, pois assim o direito de propriedade privada continuaria intacto e todos fariam com prazer a preservação cultural. (Aluno A)''.

No caso de uma edificação com importância na história local que estivesse na tese em estado de revitalização eu tentaria pesquisar a respeito da história daquela edificação para poder abordar a melhor forma possível de preservar a história. Poderia ser realizado o reparo da estrutura da edificação e depois o interior recostumizado da forma em que estava, poderia também ser construído maquetes e áreas de amostra de coisas que são representações da identidade histórica da edificação para as áreas que não houvesse de forma algum reparo e fosse possível só a demolição''. (Aluno B).

Perguntamos ainda se o aluno considera que a inserção da Metodologia da Educação Patrimonial à disciplina de História se faz necessário no Curso Técnico em Edificações do Instituto Federal/Campus Gurupi. Os alunos foram unânimes em considerar que a estratégia da educação patrimonial contribuiu em sua formação, de modo que consideraram que a ação, também deverá ser repetida com outras turmas, até mesmo as turmas do ensino superior. Vejamos algumas respostas

Sim, ter o conhecimento da história é muito importante para essa área de trabalho, e deve ser muito estudada, pois é com a história que conhecemos métodos utilizados e é com a história que temos a identidade da população, assim podendo construir de acordo com nossas raízes, mas de uma forma muito modernizada. (ALUNO A)

Em minha opinião, se faz necessário já que cria no aluno que é o futuro técnico em edificações o olhar cultural e não apenas construtor, visando assim manter as raízes culturais daquele lugar e mantendo os sentimentos presentes naquele local e gerando um técnico em edificações mais preparado para o futuro. (ALUNO B)

Acredito que não só no Campus de Gurupi, mais em todos os institutos do Brasil, até para aqueles que não têm o curso de edificação, pois acredito que as edificações patrimoniais são só um nome, no fim o estudante do curso de edificação ou não estava vendo é uns pedaços da história do nosso Brasil acreditam que cada região haverá uma identidade de vida dos pioneiros brasileiros que foram se espalhando em cada região do nosso país que descobriram as belezas escondidas de cada região, e cabe a nós hoje preservar essas belezas deixadas para trás para nós. (ALUNO C).

O que se depreende dessas narrativas? Que os alunos compreenderam que a profissionalização que buscam no curso tem uma ligação forte com os conhecimentos históricos; que as edificações não estão isentas de valores culturais; que o patrimônio cultural necessita de estudos que muitas vezes não estão contemplados nas estruturas curriculares de cursos técnicos.



## **5 AS EXPERIÊNCIAS COM O PATRIMÔNIO CULTURAL: AS VISITAS AOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS**

Nesse capítulo nos ocupamos das impressões e aprendizagens decorrentes das visitas que os alunos fizeram em ambientes fora da escola, nas cidades de Porto Nacional, Palmas e Natividade, todas no Estado do Tocantins. Em Gurupi, os alunos visitaram o museu de Gurupi e em Porto Nacional, no qual observaram o conjunto arquitetônico da cidade Histórica de Porto Nacional, onde foram visitados o Centro Histórico de Porto Nacional, o Museu Histórico Cultural de Porto Nacional e o Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA. Na cidade de Palmas, foram visitados alguns canteiros de obras, o Museu Histórico do Tocantins – Palacinho, o Palácio Araguaia e o Memorial a Coluna Prestes, onde tiveram a oportunidade de participar da exposição do pintor Pierre Freitas. Na cidade de Natividade, visitou-se o Centro Histórico de Natividade, o Museu Histórico Cultural de Natividade e a sede do Iphan tocantinense em Natividade. Antes de tratarmos das visitas, propriamente ditas, consideramos importante apresentar breve informações sobre o Patrimônio Cultural Tocantinense.

### **5.1 O Patrimônio Cultural Tocantinense**

Apesar do estado do Tocantins ter sido criado recentemente, a história da formação das cidades, principalmente as mais antigas, está vinculado ao processo histórico de constituição do estado de Goiás. Com a divisão do estado do Tocantins, cidades que outrora eram cidades goianas passaram a compor o novo estado, desse modo podem ser consideradas cidades antigas e com Monumentos Históricos constituídos no estado do Tocantins as cidades de Arraias, Dianópolis, Monte do Carmo, Natividade, Paranã, Porto Nacional, Tocantínia e Tocantinópolis. Todas originaram-se do processo de mineração e expansão ao interior do Brasil. Os bandeirantes chegaram à região pelo Sul, no final do século XVI. O capitão Sebastião Marinho organizou a primeira bandeira conhecida a atingir as nascentes do rio Tocantins, por volta de 1592. Novas expedições viriam sempre com o mesmo objetivo: aprisionar índios para suprir a falta de mão-de-obra escrava.

O estado do Tocantins tem duas cidades com conjunto histórico e paisagístico tombados pelo IPHN, Porto Nacional e Natividade. A Superintendência do Iphan no Tocantins atua na proteção do patrimônio tombado dessas cidades, cujo sua constituição está fortemente ligada à mineração. Formadas por casario e igrejas datadas do século XVIII, período, em que os bandeirantes paulistas avançaram em direção ao Brasil Central em busca das jazidas de ouro. Segundo o IPHAN, o tombamento das cidades de Porto Nacional e Natividade se concretizaram pelas seguintes características das cidades:

**Porto Nacional-** Tombado em 2008, o centro histórico de Porto Nacional reúne edificações religiosas e vernaculares típicas dos séculos XVIII e XIX, nas zonas de mineração da região central do país. A Catedral Nossa Senhora das Mercês, construída entre 1894 e 1904, traz o estilo românico de Toulouse, cidade da França marcada pela origem da Ordem dos Dominicanos, os freis responsáveis pela construção. A maioria das imagens sacras foi trazida da França e de Belém do Pará. Dentre outros bens tombados, estão o Seminário São José, antigo Convento Santa Rosa de Lima, a sede dos Dominicanos e o Colégio Sagrado Coração de Jesus.

**Natividade** - Surgiu com a expansão da mineração para o Centro-Oeste, um dos primeiros arraiais da Capitania de Goiás, na região que é, atualmente, o Estado de Tocantins. A estrutura urbana do conjunto histórico e paisagístico de Natividade, patrimônio nacional tombado em 1987, é em estilo colonial implantada no sopé da serra, com casario sem grandiosidade, integrado aos edifícios religiosos, mas deles diferenciado. As transformações econômicas impostas pela passagem do ciclo da mineração para o da pecuária estão representadas pela agregação de cômodos às edificações e ornamentos nas fachadas. A produção do patrimônio imaterial de Natividade abrange danças, a música, os ritos religiosos, a culinária e a produção de joias em filigrana, tradição portuguesa introduzida à época da mineração. (Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/to/pagina/detalhes/533>>)

Levando em consideração que o Tocantins vem de uma emancipação política e territorial, passou por um processo intenso e contínuo de migração, desse processo resulta uma intensa diversidade cultural, além dos novos habitantes, os indígenas desde os primórdios já habitavam essa região, dentre esses povos e suas manifestações temos as seguintes comunidade indígena:

**Karajá, Xambioá, Javaé**, destacam-se na confecção de objetos de cerâmica, a pintura corporal e as bonecas ritxokô são tradicionais na cultura Karajá, assim como as festas do Aruanã e do Hetohoky, quando o menino ingressa na fase adulta. **Xerente – Akwê**, seu artesanato é produzido principalmente com a palha de babaçu e também de capim dourado, dos quais surgem cestas, balaies, redes, bolsas, esteiras, adereços. **Apinajé**, entre

suas tradições está a Mêkaprî, festa para fazer o espírito separar do corpo e o fim do luto; o Parkape, ritual que homenageia os mortos, e a chamada festa da Tora Grande. (adaptado do site: [www.portal.to.gov.br](http://www.portal.to.gov.br))

O portal Tocantins do site do governo do estado do Tocantins descreve algumas manifestações culturais tradicionais, dentre essas manifestações relacionamos as seguintes:

**Cavalhadas** – A festa que relembra as batalhas entre o exército cristão de Carlos Magno e os mouros, expulsos do continente europeu no século XV, teve início em Taguatinga, no Sudeste do Tocantins, em 1937. O ritual, promovido durante os Festejos de Nossa Senhora da Abadia, nos dias 12 e 13 de agosto. [...] **Congada** – Popular em todo o Brasil durante o Natal e nas festividades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a congada representa a coroação do rei e da rainha, eleitos pelos escravos, e a chegada do embaixador, fato que motiva a luta entre os partidários do rei e os do embaixador. [...] **Romaria do Bonfim** – Natividade e Araguacema são as cidades tocantinenses onde se realizam as romarias do Nosso Senhor do Bonfim<sup>41</sup>. [...] **Festa do Divino** – De origem portuguesa, ocorre em quase todo o território nacional, em datas variadas, desde o século XVI. Em Natividade tem início na Páscoa, com as Folias do Divino, peregrinações que fazem um giro de 40 dias por diversas localidades da região e lembram as andanças de Jesus e seus apóstolos. (adaptado do site: [www.portal.to.gov.br](http://www.portal.to.gov.br))

A criação do Estado do Tocantins tornou-se realidade após aprovada a separação do território goiano por unanimidade pela Assembleia Legislativa de Goiás. Em seguida veio a aprovação pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte a partir da fusão de projetos anteriores em emenda redigida pelo deputado José Wilson Siqueira Campos, sendo incorporada como artigo 13 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988. Um ano depois foi promulgada a primeira Constituição do Estado, pela Assembleia Constituinte do Tocantins, reunida em Miracema.

Na cidade de Palmas, capital projetada do Tocantins, em seu processo de formação do espaço urbano e arquitetônico foram criados monumentos e edificações para

---

<sup>41</sup> Em Natividade, a romaria remonta ao século XVIII, com a formação dos primeiros arraiais. Diz a lenda que um vaqueiro teria encontrado a imagem do Senhor do Bonfim sobre um toco de madeira, sempre reaparecendo neste local depois de ser retirada. Uma das origens possíveis é a criação de um santuário por fiéis ou de um núcleo missionário das irmãs carmelitas, ou mesmo jesuítas. A romaria é realizada entre 6 e 17 de agosto, no povoado de Bonfim, a 22 km da cidade, e chega a receber cerca de 60 mil fiéis durante as cerimônias. Em Araguacema, a romaria acontece no povoado do Bonfim, distante 40 km da cidade, e sua origem está ligada à família de Arcanjo de Almeida, vinda do Maranhão em 1932 e que possuía uma imagem do Senhor do Bonfim desde o século XIX. Disponível no site: < <https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/museu-historico-do-tocantins/>>. Acesso em: 23 dez. de 2019.

rememorar a História de criação do estado e o heroísmo de seus fundadores principalmente na figura do ex-governador Siqueira Campos. Dentre as edificações monumentais resultantes do planejamento urbanístico da cidade Palmas, podemos citar o Palácio Araguaia (sede do governo) e Praça dos Girassóis, Museu Histórico do Tocantins (Palacinho), Memorial a Coluna Prestes, todos construídos na parte central da cidade.

As visitas que os alunos fizeram aos patrimônios culturais de Gurupi e região foram preparadas na perspectiva da Educação Patrimonial, como temos afirmado até aqui. Isso nos remeteu a proposta metodológica prevista no Guia Básico da Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), que prevê o envolvimento de quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais, a saber: observação, registro, exploração e apropriação. As autoras reivindicam a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas. O Guia Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, tendo o “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, cuja metodologia se aplica a

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Considerando que no estudo do Patrimônio Cultural cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados, percebeu-se que há uma grande relevância que os alunos conhecessem algumas cidades históricas do Tocantins, afim de que essa experiência completasse as etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais. Desse modo foi definido e delimitado que os alunos observassem, fizessem o registro das manifestações culturais que mais lhe chamasse atenção, ou seja, que ele considerasse mais significativo.

Os alunos manifestaram interesse em conhecer as cidades históricas do Tocantins, a fim de explorar os conjuntos arquitetônicos, os espaços urbanísticos, os monumentos, por meio das visitas aos centros históricos tombados, seus edifícios, casas, igrejas, ruas, e os

museus. Atividade que tem como objetivo final, o aluno se apropriar por dos comentários expressado em relatórios de viagem, respondido ao final de cada visita. Desse modo ao longo da pesquisa, além da pesquisa ao Patrimônio Cultural da cidade de Gurupi, foram desenvolvidas três visitas a cidades tocantinenses, que são elas; Porto Nacional, Palmas e Natividade.

## **5.2 Visita ao Museu Benjamin Rodrigues, Gurupi**

O Museu Histórico Cultural Benjamim Rodrigues em Gurupi foi criado e legalizado em 2013, Benjamim Rodrigues, que dá nome ao Museu, é um dos fundadores da cidade. Um dos destaques no Museu Benjamim Rodrigues é a Sala de Música Milton Ferrer, que leva o nome de um dos primeiros músicos de Gurupi. Em exposição no local, estão instrumentos como a guitarra de Zé Américo, o violão de Adão Ferreira, o teclado de Milton Ferrer e a tumba de Ademar Batista. Todos, eram artistas da região que fizeram parte da vida cultural da cidade.

Para o coordenador do Museu, Silon Sales, o museu é um importante espaço para que as pessoas conheçam aspectos culturais e sociais da sociedade no início da formação urbana de Gurupi. “Por meio de uma aula com a máquina de datilografia, é possível mostrar a evolução tecnológica. Outro ponto importante são as fotos, por meio delas é possível fazer uma leitura cultural e social, sobre o estilo e a criatividade da época”, ressalta. (PREFEITURA/2019)

A visita ao museu é algo importante para a relação do indivíduo com identidade com o local, com os lugares de memória - é um espaço significativo, as histórias vividas, experienciadas, e materializada nos artefatos guardados pelo guardião da memória, o museu. Visitar o museu é uma ação de encontro com essa memória, momento de reflexão e projeção pessoal.

Jéssica Andrade Figueiredo, bibliotecária da Biblioteca Pública, explicou aos alunos a história do museu e como se deu o processo de aquisição dos objetos expostos, também enfatizou a importância da preservação dos livros e da memória da cidade. Nesse

sentido, é bom lembrarmos que o homem contemporâneo compõe grupos culturais e sociais e que há uma nítida necessidade e uma notável vontade de memória, de patrimônio e de museu.

Figura 22 – Peças do acervo do Museu Histórico Cultural de Gurupi



Fonte: Arquivo pessoal

Ao serem questionados sobre o que chamou atenção ao visitar o museu Histórico Cultural Benjamim Rodrigues em Gurupi, os alunos responderam que:

Tabela 6 – Respostas a questão 2 – Visita ao Museu Histórico Cultural Benjamim Rodrigues em Gurupi.

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO 2</b>	
“As diferentes objetos guardados para relembrar a história de Gurupi, além de descobrir que os objetos foram doados por moradores de Gurupi, deixou-os ainda mais pertencentes a essa cidade”	
“Os objetos presentes e que significam ter feito parte da história do município”	
“Os objetos presentes e que significam ter feito parte da história do município”, “Os objetos que já estão extintos nos dias de hoje, como a máquina de datilografar, as cédulas de cruzeiro, a impressora antiga e as imagens tiradas durante a fundação de Gurupi”	
“Os objetos que já estão extintos nos dias de hoje, como a máquina de datilografar, as cédulas de cruzeiro, a impressora antiga e as imagens tiradas durante a fundação de Gurupi”	

“Os objetos presentes e que significam ter feito parte da história do município”
“Me chamou atenção principalmente à parte de instrumentos musicais que era da época da fundação de Gurupi. Se encontra no museu um piano, um violão, entre outros”
“O fato de haver equipamentos, ferramentas, fotografia, entre outros objetos que conta a história do passado de forma visual e prática”
“Eu gostei primeiramente da ideia de preservação a história de Gurupi e a história em geral dos objetos que hoje são considerados patrimônio público pela sua importância na história. As máquinas de escrever, os livros e fotografias de antigas dos moradores da cidade”
“Havia muitos objetos interessantes, porém o que mais me chamou a atenção foi a “coleção” de máquinas de escrever”
“Existia vários objetivos e fatos que seu sequer sabia que existiam”; “Aparelhos e objetos doados pela própria comunidade, como máquina de escrever e caixas de mercado antigos”
“Além de conhecer alguns objetivos que eu nunca tinha visto, o fato dos moradores de Gurupi (principalmente os pioneiros) terem se solidarizado para doar os objetivos”
“As máquinas de escrever, os livros e fotografias de antigas dos moradores da cidade”

Fonte: o autor

A visita ao museu proporcionou aos alunos a compreensão de como as memórias são preservadas e como dependem de ações de membros da comunidade local. Compreenderam que os objetos preservados, mesmo que dependentes de políticas públicas, estão ali por obra de doações. Atentaram para o fato de os objetos caros aos moradores remetem, via de regra, à fundação da cidade, o que permitiu a eles entenderem que o ato de fundação de uma cidade é muito importante para uma sociedade. Os alunos conseguiram perceber, ainda, que os objetos guardados não são escolhas aleatórias, mas selecionadas para preservar uma dada memória.

Durante a visita ao museu, os alunos tiveram a oportunidade de ouvir a palestra proferida pelo professor Roberto José Ribeiro. O professor narrou aos alunos suas vivências e experiências em Gurupi, abordou a história de Gurupi e as técnicas das primeiras edificações construídas em Gurupi, além do processo de planejamento da cidade.

Figura 22 - Palestra do profº. Robertão sobre a História de Gurupí



Fonte: arquivo pessoal

Questionados sobre o que chamou a atenção na narrativa do prof. Roberto José Ribeiro sobre a história, o pioneirismo e as primeiras edificações fundadas em Gurupí, os alunos responderam que:

Tabela 7 – Respostas quest. 3 – Referente a palestra do profº Robertão

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO 3</b>
“As grandes diferenças existentes entre as edificações passadas e as edificações atuais, apesar da cidade ser considerada nova”
“A forma com eram divididas as ruas, a própria divisão da cidade em si”
“O que mais me chamou atenção durante a narrativa foi o local onde surgiu as primeiras edificações, as formas em que foram construídas e também toda a história que ocorreu antes da fundação da cidade”
“Me chamou atenção como foi dado os nomes das ruas e avenidas que se mantém até hoje. A questão do pioneirismo também, onde certas pessoas, famílias e lugares se tornaram pioneiros por trazer algo de inovador ou porque impôs algo a história de Gurupí”
“A explicação de como eram feitas as casas da cidade, e como surgiram as primeiras ruas”
“O que mais me chamou a atenção foi a descrição de como foram feitas as primeiras edificações de Gurupí e as materiais utilizados”
“O que mais me chamou atenção foi quando ele falou sobre eram dividido as ruas”
“O fato de contar as origens da cidade onde eu nasci e moro, a forma de como era feitas as construções, as bases, os telhados das casas e nos apresentou um estabelecimento que possuía características conservadas na qual instigou a



curiosidade de como eram feitas”
“Foi muito interessante o fato de que os processos construtivos já eram aplicadas nas primeiras edificações em Gurupi, mesmo não tendo profissionais formadas na área atuando na construção. Conceitos como: controversa, tesoura, pilar, etc. Já eram presentes na estrutura, porém com “nomes” populares”
“eu concentrei minha atenção na história das primeiras casas que eram construídas na cidade, me chamou muito atenção sobre essa parte da história, e de como era dividido as propriedades na época, e que setores viravam propriedades”
“Os aspectos das edificações passadas, como a cidade se transformou e foi modificada de acordo com seu crescimento populacional e territorial”

Fonte: O autor

Pelas respostas dadas, nota-se que os alunos ficaram impressionados com o processo de divisão para a construção de ruas, algo que foge do interesse das populações urbanas. Observaram que os nomes das ruas remeterem a uma memória. Estiveram atentos ainda com os saberes acerca das primeiras edificações da cidade e com as informações sobre o aparecimento das primeiras propriedades urbanas. Essas impressões auxiliaram na compreensão das edificações como forma de aprendizagem em Patrimônio Cultural.

### 5.3 Visita ao Centro Histórico de Porto Nacional

Figura 23 – Vista área de Porto Nacional



Fonte: tripadvisor.com.br

De acordo com o IBGE, o censo 2019, estimou o número da população de Porto Nacional em 53.010 pessoas, em 2010 eram 49.146 habitantes. O município de Porto Nacional, a 52 km de Palmas, é tido como um berço da cultura do Tocantins. Tombado pelo patrimônio histórico cultural nacional, divide-se entre o antigo e o moderno, abrigando ruas estreitas e o centro histórico com edificações que remetem ao período colonial, onde converge o antigo e o moderno, por meio das arquiteturas coloniais e a contemporânea.

Além do histórico de mineração, a história de Porto Nacional está ligada à navegação pelo Rio Tocantins, conforme dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Atualmente, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a valorização de seu patrimônio, o turismo estão entre as alternativas de desenvolvimento da cidade. O Rio Tocantins, por sua vez, apesar das mudanças decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, é um elemento marcante na vida cotidiana dos moradores.

Figura 24 – Vista aérea do Centro Histórico de Porto Nacional

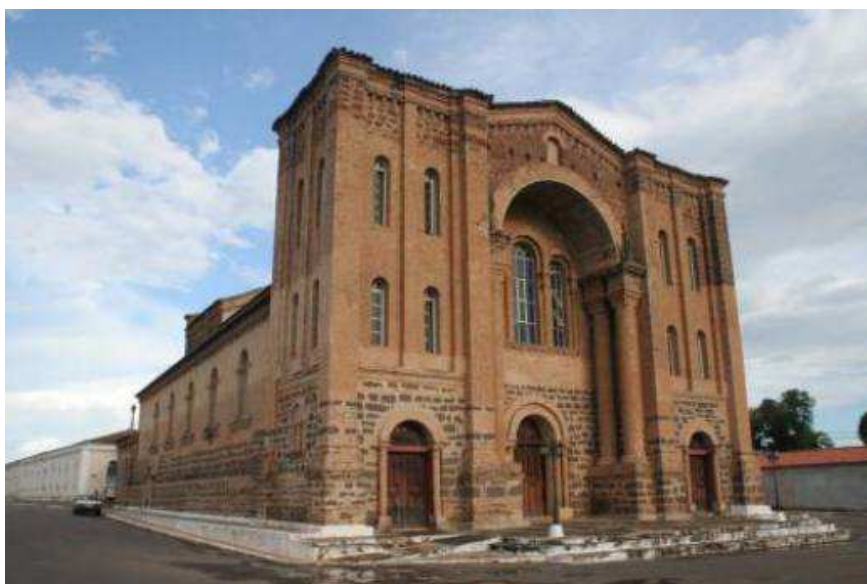


Fonte: [conexato.com.br](http://conexato.com.br)

A visita ocorreu no dia 1 de julho de 2019. Ao chegarmos a Porto Nacional fomos recepcionados pela acadêmica de Geografia, Danyella dos Santos Luz, monitora do projeto “Roteiro Geo-Turístico do Centro Histórico de Porto Nacional – TO”, que na oportunidade explicou do que se tratava o projeto. Iniciou o roteiro narrando à história e formação da cidade de Porto Nacional.

A visita iniciou pela Praça<sup>42</sup> da Catedral Nossa Senhora das Mercês<sup>43</sup>, sendo explorados os aspectos arquitetônicos que envolvem a construção da Catedral Nossa Senhora das Mercês e a importância do Centro Histórico de Porto Nacional, que é tombado com patrimônio histórico e cultural do Brasil. A área delimitada abrange cerca de 250 edificações, conjuntos de ruas, largos e praças, incluindo a Avenida Beira Rio e o entorno da Catedral.

Figura 25: Catedral Nossa Senhora das Mercês – Porto Nacional



Fonte: portal.to.gov

---

<sup>42</sup> O espaço onde está localizado a Praça Nossa Senhora das Mercês tem importância histórica que precede a sua própria construção, datada de 1949. Anteriormente nesse espaço havia o Coreto (construído por volta de 1945-1946) que foi demolido em 2001. Na praça se encontra a estátua de Dom Alano Maria Du Noday, Bispo de Porto Nacional, uma homenagem a sua atuação intelectual, religiosa e cultural na cidade. (Folder, Roteiro Geo-Turístico Centro Histórico de Porto Nacional)

<sup>43</sup> Catedral Nossa Senhora das Mercês foi construída entre 1894 e 1903, a Catedral possui estilo arquitetônico em estrutura romântica, influenciado pelos dominicanos oriundos da França. A pedra canga, um dos materiais utilizados na sua construção, é comum na região. As telhas coloniais (ou capa e canal) as megalenhas (ou lajota) foram confeccionados em olaria no município. No interior da Catedral encontram-se as lápides dos três primeiros bispos, Dom Domingos Carrerot, Dom Alano Maria Du Noday e Dom Celso Pereira de Almeida. (Folder, Roteiro Geo-Turístico Centro Histórico de Porto Nacional)



Figura 26 – Alunos frente a Catedral Nossa. Senhora das Mercês



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 27 – Alunos no interior da Catedral Nossa. Senhora das Mercês



Fonte: Arquivo pessoal

Em seguida, foi o visitado o Seminário São José, que é uma instituição religiosa com fins educativos paa formação de padres. A edificação foi construída entre os anos de 1921 e 1922 e possui traços arquitetônicos românicos, tais como o claustro. Situado nas proximidades da margem direita do Rio Tocantins, ao lado da Catedral de Nossa Sr<sup>a</sup> das Mercês, o antigo “Convento Santa Rosa de Lima” é sede dos padres dominicanos desde o início da década de 20, onde tiveram participação fundamental para a formação cultural do então Norte-Goiano, o que contribuiu para que Porto conquistasse o cognome de “Berço Intelectual do Norte Goiano”.

Figura 28 – Seminário São José em Porto Nacional



Fonte: Secom.to.gov

O Centro Histórico de Porto Nacional é composto por um casario centenário que margeia a Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, que são entrecortados por ruelas e becos, retratando a arquitetura da época. Por sua importância, o centro histórico da cidade foi tombado como Patrimônio Histórico da União.

Também fazem parte do Centro Histórico de Porto Nacional a primeira sede do Colégio Sagrado Coração de Jesus, construída em 1904, a sede da Intendência e os casarões dos principais coronéis da época, todos com fortes ligações com a Catedral Nossa Senhora das Mercês e com o poder político local. Também foi visitado o Casarão Pedreira, uma construção edificada em meados de 1854, por Frederico José Pedreria, imigrante português. As paredes são de adobe e alguns materiais utilizados na construção foram trazidos de Belém-Pa. Também segue a configuração da planta em L, com corredor central e cobertura em telhas

colonial, conforme informa o folder Roteiro Geo-Turístico do Centro Histórico de Porto Nacional.

Figura 29- Casarão Pedreira – Porto Nacional



Fonte: Secom.gov.br

Em relação ao que mais chamou atenção durante a visita ao patrimônio histórico cultural edificado de Porto Nacional, os alunos fizeram as seguintes observações:

Tabela 8 – Respostas quest. 4 – Visita ao Centro Histórico Cultural de Porto Nacional

RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO 4
“A arquitetura e a preservação de determinadas edificações”
“As casas dos senhores que possuíam mais dinheiro, a igreja que foi construída, a arquitetura da época”
“As casas apesar de serem antigas, algumas ainda se mantem intactas sem precisar de reformas, além de bonitas, elas dão um ar rustico e bem bonito para a cidade, mostrando que ali viveram pessoas que viram como tudo começou”
“O mais chamou atenção foram às edificações daquela época”; “O modo em que as casas foram edificadas o formato das janelas no qual foi influência de povos estrangeiros (franceses, árabes)”
“A maneira de como desenvolveram os arcos de pedras nas construções é o modo de preservação das casas tombadas”
“A grandiosidade da Catedral Nossa Senhora das Mercês que é muito alta e com várias influências de edificações muçulmanas entre outras culturas e a grande preservação de outros casarões que existem perto da Catedral”
“Achei interessante à necessidade de manter a essência do local, as fachadas das casas e a variedade de portas e janelas”
“A arquitetura e a presença religiosa”
“Os detalhes sobre aquele tipo de construção bem antiga”
“O fato de valer milhões de reais para comprar um imóvel daquele. Outra coisa que também me chamou atenção, é que para se modificar um patrimônio histórico edificado, é necessário antes, ocorrer uma fiscalização se poderá modificar ou não”

Fonte: O autor



Emerge das narrativas dos alunos aprendizagens significativas para o ensino de História por meio da Educação Patrimonial, a saber: o patrimônio público relacionado a ideia de poder financeiro; a influências de culturas estrangeiras em edificações que fazem parte dos patrimônios públicos; as formas necessárias para tombamento e preservação de patrimônios culturais.

#### **5.4 Visita ao Museu Histórico Cultural de Porto Nacional**

Também os alunos conheceram o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional<sup>44</sup>, criado em 1980, com o objetivo de abrigar e conservar os bens de natureza material e imaterial e conservar a memória cultural da cidade.

Este edifício foi construído em 1922, para abrigar o “Espaço Municipal”, sendo o primeiro prédio de Porto Nacional e que ainda continua se destacando entre os mais sólidos e preservados edifícios da Cidade. Hoje abriga o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional. Diante deste registro, o Museu Histórico e Cultural foi fundado no ano de 1980, e tem como objetivo mostrar a exposição que apresenta a trajetória histórica de Porto Nacional através de objetos, informações textuais e iconográficas que testemunha momentos e rupturas no decorrer da caminhada no tempo. (Fonte: <http://cabacapatrimonial.blogspot.com>)

Figura 31 – Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional



Fonte: [portonacional.to.gov.br](http://portonacional.to.gov.br)

<sup>44</sup> O edifício que abriga o Museu foi construído entre 1921 e 1923 e foi um dos primeiros prédios de dois pavimentos na cidade de Porto Nacional. Até o fim da década de 1960 abrigava a Câmara municipal, a Sala das Audiências Judiciais e a Administração Municipal da cidade. Atualmente é sede do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional que foi fundado na década de 1980 e conta com aproximadamente 200 peças no acervo. (Folder – Roteiro Geo-Turístico)

Figura 31 – Imagem lateral do Museu Histórico Cultural de Porto Nacional



Fonte: Google.maps

O Roteiro da visita encerrou-se no Caetanato (COMSAÚDE), uma edificação construída em 1904 pela Ordem Dominicana Francesa para a instalação da primeira sede do Colégio Sagrado Coração de Jesus. O prédio já passou por várias funcionalizações, dentre elas uma padaria e um pensionato, o nome Caetanato deu-se pelo fato que a proprietária chamava-se Caetana Belles. Conforme o Roteiro Geo-Turístico, desde 1969 o Caetanato abriga a sede administrativa da COMSAÚDE, edificação possui formato da planta em U, com um corredor de acesso e um pátio interno.

Figura 32 - Caetanato (COMSAÚDE) – Porto Nacional



Fonte: portonacional.to.gov.br



Em relação ao que mais chamou atenção durante a visita ao Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional, os alunos fizeram as seguintes observações:

Tabela 9 – Respostas quest. 3 – Visita ao Museu Histórico Cultural de Porto Nacional

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO 3</b>
“Tudo estava muito bem conservado e há muito tempo, várias coisas me chamaram a atenção, inclusive a preocupação em guardar cada objeto que conta uma história apenas em olhar.”
“Que os materiais que eram expostos, foram os próprios donos que doaram para o Museu.”
“As doações feitas pelos moradores pra dar vida às lembranças antigas, ou seja, os objetos.”
“O que me chamou atenção foi que existia naquela época uma banda de Jazz”
“As cédulas de dinheiro antigas antes eu não conhecia, os instrumentos musicais da banda de Porto Nacional”
“O processo de construção utilizado na construção da igreja”; “A tradição de onde veio às antiguidades que passam de geração para geração de cada família e são doados ao museu.”
“Chamou-me atenção à parte dos arreios e armas.”
“O fato das moedas brasileiras irem desvalorizando a cada vez que eram trocadas.”
“A presença das “bateias” que garimpeiros utilizavam para a mineração do ouro, já que eu nunca tinha visto uma pessoalmente, somente por televisão.”

Fonte: O autor

As respostas dos alunos demonstram que o museu, ao representar um objeto ou uma coleção, promove sentido a seus conteúdos, construindo uma narrativa. Os museus realizam uma transformação simbólica, os objetos retirados de seu contexto original se tornam obras de arte, relíquias, artefatos. Ao dizer que objetos como: “arreios e armas”, “bateias”, “cédulas de dinheiro antigas” são objetos que mais lhes chamaram atenção, ou seja, objetos que estão mais próximos ao seu tempo, retirado da vida cotidiana passam a representar valores abstratos.

## 5.5 Visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA

No período da tarde, os alunos visitaram o Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA<sup>45</sup>. Fomos recepcionados pela professora doutora Antônia Custódia Pedreira. A professora explicou aos alunos o processo de criação do NUTA, descreveu as atividades desenvolvidas no campo da pesquisa arqueológica, paleontológica e do Patrimônio Histórico Cultural. Enfatizou o patrimônio material e imaterial, mostrando aos alunos “técnicos em edificações” a importância da preservação da memória.

Também os alunos ouviram a professora Rosane Balsan, do Curso de Geografia da UFT, Campus de Porto Nacional e coordenadora do projeto “Roteiro Geo-Turístico” explicou aos alunos como se deu o processo de tombamento do Patrimônio Histórico de Porto Nacional, e enfatizou aos alunos, técnicos em edificações, a importância dos alunos conhecer e preservar o patrimônio histórico.

Figura – Visita ao Museu Núcleo Tocantinense de Arqueológico



Fonte: Fernando França

<sup>45</sup> O Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA foi criado pela UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins sob Instrução Normativa nº 14/99 de 22 de novembro de 1999, tendo como mentor e executor de sua estruturação o Arqueólogo Prof. Msc. Marcos Aurélio Câmara Zimmermann, coordenador dos Projetos e Programas de Pesquisa de Arqueologia. Disponível no site: <https://www.unitins.br/nuta/historia.aspx>,> Acessado em: 2 de julho de 2019.

As maiorias dos alunos declararam que foi a primeira vez que visitaram a cidade de Porto Nacional. Apenas um aluno declarou ter conhecimento que Porto Nacional havia realizado o tombamento de seu patrimônio histórico material composto com mais de 250 edificações. Desconheciam a existência do museu Histórico de Porto Nacional e do NUTA. (QUESTIONÁRIO/3, 2019).

Em relação ao que mais chamou atenção durante a visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA os alunos assim se expressaram:

Tabela 10 – Respostas quest. 4 – Visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO 4</b>
“A explicação da responsável e o conhecimento dela sobre toda a cidade de Porto Nacional”
“De todas as informações que eles poderiam nos passar e de todas as curiosidades”
“A catedral em ótimo estado”; “A luta pela valorização das edificações históricas no Tocantins”
“Os objetos arqueológicos encontrados na cidade como o Fóssil da Pteridophyta e dos jarros de barro com ossos dentro”
“As várias pedras encontradas no Tocantins e objetos de culturas indígenas e o capim dourado grande representante da região do Jalapão”
“Foi o fato de tudo ter registro, como uma simples e pequena pedra, que se for roubada, pode ser motivo até de prender a pessoa que roubou”; “bonecas indígenas entre outros objetos”
“As peças de arqueologia e paleontologia, elas guardam a história de um passado que não sabemos, e que ainda não compreendemos por completo, as peças sobreviveram centenas de anos e hoje servem para ilustrar um pedaço do passado”

Fonte – O autor

Os alunos puderam observar na visita que um espaço público de preservação da memória não apenas se ocupa apenas da guarda de objetos, mas também da valorização dos objetos como elementos que explicam o passado. Suas narrativas expressam a compreensão de que as funções dos achados arqueológicos são importantes para a preservação de culturas diversas, algo importante para o aprendizado sobre patrimônios culturais.

## 5.6 Visita a cidade de Palmas

A visita foi planejada e realizada em conjunto com as disciplinas de Sistemas Construtivos I<sup>46</sup> e História, cujo objetivo da disciplina Sistemas Construtivos I é auferir conhecimentos práticos de sistema de fundações e conhecimentos práticos de diversos sistemas de acabamento, a ser realizado na Q. 203 S e no setor sul de Palmas. Para a disciplina de História objetivou-se conhecer o Patrimônio Cultural de Palmas, para tanto foram visitados o Museu Histórico do Tocantins - Palacinho, o Palácio Araguaia que trazem referência à memória da construção do Estado do Tocantins e de sua capital, também foi visitado o Memorial da Coluna Prestes, e participação na exposição artísticas em memória do pintor Pierre Freitas.

A visita à cidade de Palmas teve como objetivo, para a disciplina de Sistema de Construção I, proporcionar acesso à obras de engenharia de porte significativo capazes de complementar, ilustrar e enriquecer o conhecimento teórico de sistemas de engenharia passado em sala de aula, especialmente sistemas de fundações profundas e acabamentos diversos. Para a disciplina de História, objetivou-se proporcionar a ampliação dos conhecimentos de Histórico do Patrimônio Histórico Cultural da cidade de Palmas, como parte da estratégia da Educação Patrimonial, por meio das visitas aos monumentos, museus, edificações e exposição artística.

A disciplina Sistema de Construção I é ministrada pelo prof. Clerson Dalvani<sup>47</sup>, que dentre outras atividades docentes estava lecionando Instalações Prediais para o curso

---

<sup>46</sup> Segundo Projeto Pedagógico do Curso em Edificações, a ementa da disciplina Sistema de Construtivos I define as competências e habilidade que o aluno deverá alcançar: Identificar especificações técnicas de materiais e serviços Avaliar sistemas construtivos aplicados na obra em sua fundação Avaliar sistemas construtivos de estruturas, vedações e acabamentos; Interpretar projetos executivos de canteiros, fundações e estruturas de concreto armado. Conhecer técnicas construtivas aplicadas na obra em sua fundação Construir manuais de procedimentos Identificar processo de tramitação para licenciamento de obra. Fazer especificações técnicas e detalhamento dos sistemas construtivos Implantar canteiro de obras Fazer programação de serviços Conduzir e orientar equipes. Disponível no site: < <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-gurupi/tecnico-em-edificacoes-integrado-ao-ensino-medio/ppc-edificacoes-medio-integrado-campus-gurupi.pdf/view>> Acesso: em 5 de jan. 2020.

<sup>47</sup> Clerson Dalvani Reis atuou por muitos anos como consultor de engenharia na área ambiental e de infraestrutura. Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Maria (2000) e mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). Especialista em Ciências Políticas, Defesa, Meio Ambiente e Estratégia Nacional pela Fundação Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Elaboração e Gerenciamento de Projetos Públicos pela

Técnico em Edificações do IFTO no Campus Gurupi, modalidade Integrado ao Ensino Médio. Tal disciplina contempla em sua ementa, em resumo, instalações hidrossanitárias e pluviais e instalações elétrica.

No intuito de aprimorar o conhecimento dos alunos e aproxima-los de atividades práticas foi iniciado o processo para uma visita técnica às obras de edificações de porte médio (acima de 5 mil m<sup>2</sup>). Durante o processo de organização documental para realização da viagem surgiu a oportunidade de utilizar a estrutura desta visita (ônibus, ajudas financeiras, alimentação, etc.) para realizar outras atividades complementares ao ensino dos alunos em outra área diversa da engenharia

Neste sentido, após autorização do coordenador do curso, a viagem passou a ser planejada em duas etapas: atividades de engenharia (relacionadas à disciplina Instalações Prediais) na parte da manhã e atividades relacionadas à história no período da tarde.

Palmas, planejada para ser a capital do Tocantins, foi criada em 20 de maio de 1989 (pouco tempo depois da criação do Estado) e instalada em 1º de janeiro de 1990, após a transferência da capital provisória, Miracema.

Segundo o IBGE, a população estimada em 2019 é 299.127 pessoas, no último censo de 2010 era de 228.332. O primeiro passo para o planejamento da capital definitiva foi dado logo após a eleição do governador Siqueira Campos, em 15 de novembro de 1988, que solicitou levantamento para definir a localização de uma cidade que lhe possibilitasse ser um pólo de irradiação de desenvolvimento econômico e social do Estado. O resultado do estudo determinou uma área localizada entre os municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto, a leste do povoado do Canela.

O nome de Palmas foi escolhido em homenagem à comarca de São João da Palma, sede do primeiro movimento separatista do norte goiano, e também pela grande quantidade de palmeiras na região. Os municípios vizinhos a Palmas são respectivamente: Lajeado e Aparecida do Rio Negro ao norte; Novo Acordo e Santa Tereza do Tocantins ao

leste; Monte do Carmo ao sudeste e ao sul; Porto Nacional ao sul, ao sudoeste e ao oeste; e Miracema do Tocantins ao noroeste.

Figura 34 – Vista aérea Palácio Araguaia em Palmas



Fonte: conexaoto.com.br

Figura 35 – Praça dos Girassóis localizada no Palácio Araguaia - Palmas



Fonte: palmeiras87fm.com.br

A visita foi realizada no dia 6 de dezembro de 2019, para melhor aproveitamento do tempo a viagem inicio com saída de Gurupi às 4:00hs da manhã e às 8:00hs foi realizada a primeira visita técnica da manhã em uma obra da empresa Fama Aldeia Mall Empreendimentos Imobiliários Ltda, onde está sendo construído o Shopping Center Aldeia



Mall. Nesta obra fomos recebidos pelos profissionais responsáveis pela execução e conhecemos toda a infraestrutura de instalações provisórias para o bom desempenho de um canteiro de obras, além de visitar a obra como um todo, especialmente os aspectos relacionados à disciplina.

Às 09:40 horas foi encerrada esta visita e a turma foi deslocada para uma obra da empresa Rodes Engenharia. A obra em questão trata da construção de um projeto habitacional com 13 edifícios de 4 pavimentos populares. Nesta obra a turma foi recebida pelo Eng. Roberto e alguns auxiliares, técnico em segurança do trabalho e encarregado. Esta obra já em fase mais avançada, próxima da conclusão, proporcionou aos alunos o contato com muitas equipes em atuação ao mesmo tempo em diversos sistemas distintos na edificação. Foi atenciosamente mostrado e explicado como foram executados as principais instalações elétricas, hidráulicas, de esgoto e de drenagem da obra.

Figuras 36 – Visita ao projeto habitacional com 13 edifícios



Fonte: Arquivo pessoal

No período vespertino foram realizadas as visitas ao Patrimônio Histórico Cultural de Palmas, reservada às atividades da disciplina de História, as 14h30 a turma foi conduzida para o Museu Histórico do Tocantins - Palacinho.

### **5.7 Visita ao Museu Histórico do Tocantins – Palacinho**

Instalado em uma construção de madeira, a primeira da cidade de Palmas, em 1989, o Palacinho mostra a história da capital. O prédio que abriga o museu funcionou como sede do governo executivo estadual no período de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991 e foi tombado pelo governo do Estado em 28 de julho de 1992, por meio da Lei n.º431, em função do seu valor histórico, artístico e cultural.

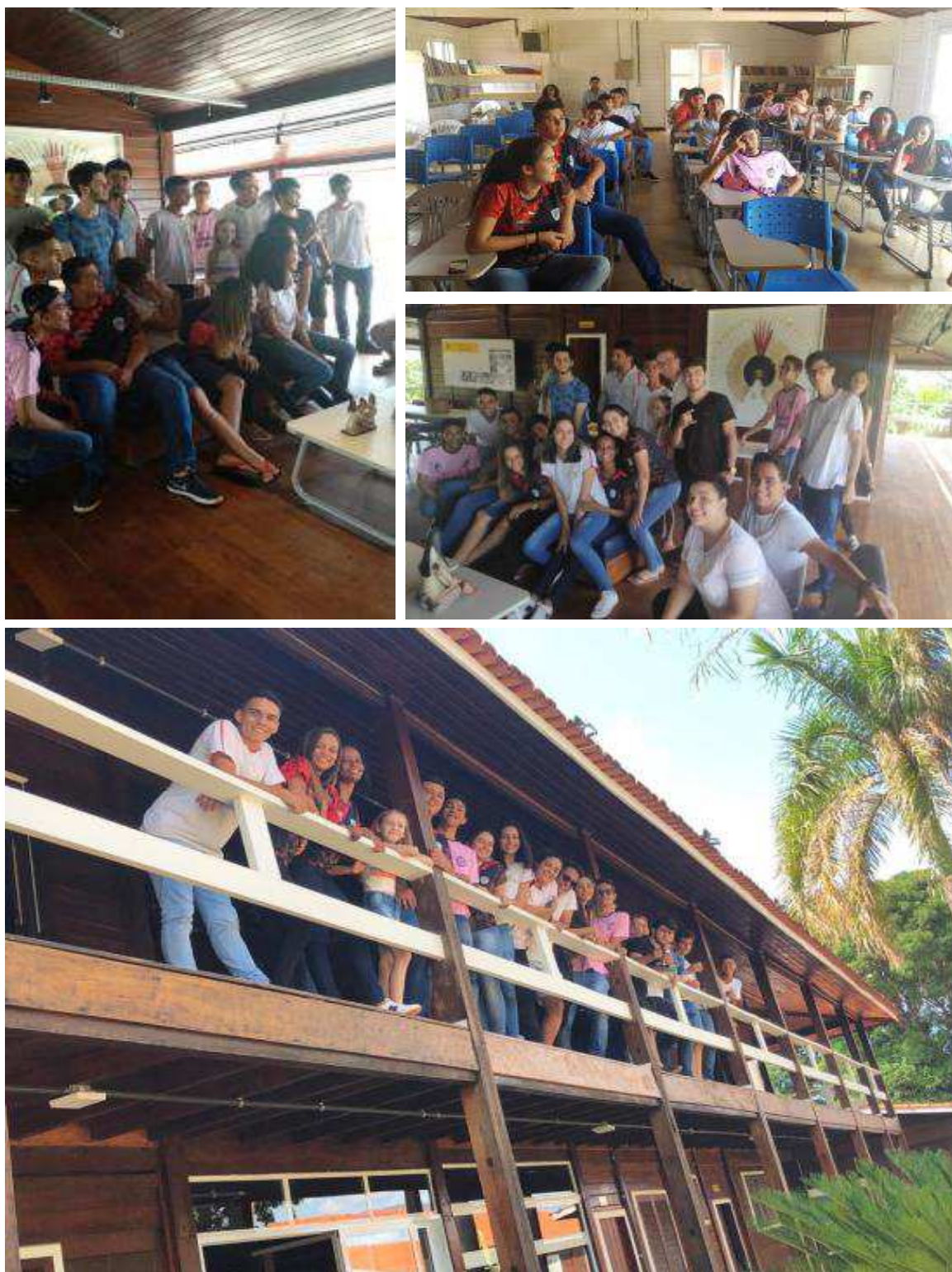
Figura 37 – Museu Histórico Cultural do Tocantins - Palacinho



Fonte: Arquivo pessoal



Figura 38 – Visita ao Museu Histórico do Tocantins



Fonte: Arquivo pessoal

Em relação ao que mais chamou atenção durante a visita ao Museu Histórico do Tocantins - Palacinho, os alunos fizeram as seguintes observações:

Tabela 11 – Respostas quest. Visita ao Museu Histórico Cultural Tocantinense

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO VISITA - PALMAS</b>
Como já tinha ido antes ao palhacinho sei como antes ele era mais rico no que se refere a historia do Tocantins, hoje ele perdeu esse sentido. As obras do artista tocaninense são bastante interessantes tendo como características de obras expressionistas.
A visita ao Palacinho também foi interessante, pois foi possível observar como e onde era governado e administrado um futuro belo que é o estado.
Fato que me chamou atenção foi à visita ao Palacinho que foca mais na história de um personagem do que na história do que Tocantins em sim o que me deixa indignada como cidadã tocaninense.
A visita ao Palacinho foi de certa forma um pouco decepcionante. Apesar do labirinto das bandeiras ter sido bem interessante, o resto do palhacinho deixou muito a desejar. A sala dos indígenas e a sala dos quilombolas que existiam anteriormente foram extintas, fazendo com que o museu ficasse todo concentrado na figura do Siqueira Campos.

Fonte: O autor

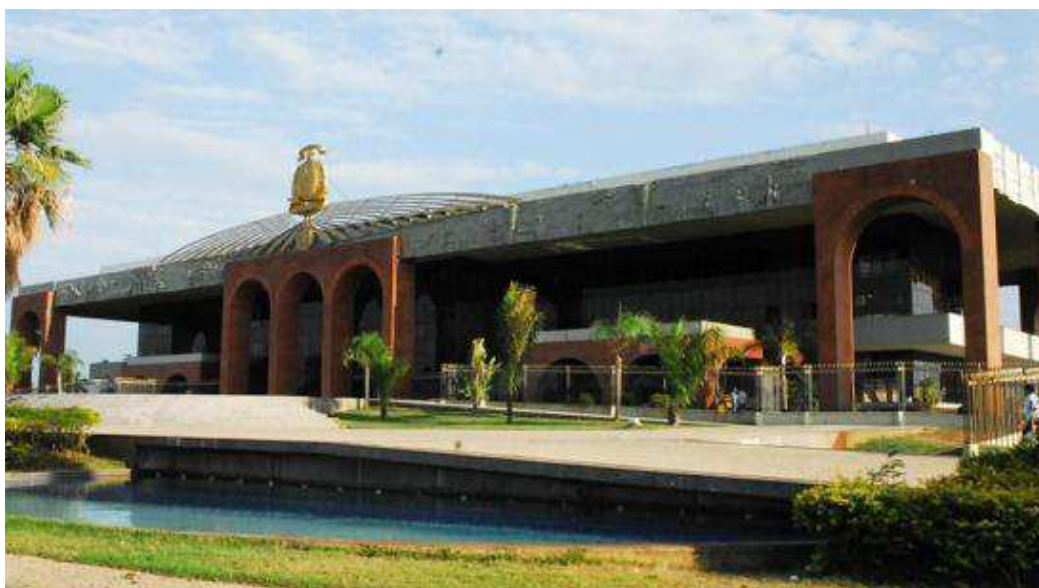
Os alunos estavam visitando o Museu Histórico do Tocantins pela segunda vez, já havia visitado com a professora de Geografia. Manifestaram muito descontentamento, pois relataram que o Museu teve o seu acervo descaracterizados, retiraram os objetos representativos a culturas indígenas e quilombolas, e fizeram uma exposição focada na figura do ex-governador Siqueira Campos, numa latente exaltação ao heroísmo do político, onde o privado está acima do público.

## 5.8 Visita ao Palácio Araguaia

Idealizado pelo fundador do Estado e ex-governador José Wilson Siqueira Campos, o Palácio Araguaia foi construído em tempo recorde, 13 meses, e inaugurado em 9 de março de 1991, na Praça dos Girassóis, localizada no Centro da Capital. A sede do Poder Executivo Estadual é o marco do Plano Diretor de Palmas. Segundo Elisângela Farias, em publicação no site da Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins:

“Vasta e suntuosa residência de um monarca, de um alto dignitário do poder eclesiástico, de um chefe de estado; castelo'. Estes são os significados que o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa destina à palavra palácio - derivado do latim palatium, de Monte Palatino, lugar onde Augusto mandou construir a sua majestosa casa. Monumento surgido na Idade Medieval, mas que nem sempre retrata esta época, como é o caso do Palácio Araguaia - centro do poder do Estado do Tocantins - representa, em todo o território nacional, a era moderna e a nova fase da História.” (SECOM-TO<sup>48</sup>, 2004)

Figura 39 - Palácio Araguaia - Palmas



Fonte: Secom-TO

O site portal do turismo do estado do Tocantins, afirma que quem visita a ala norte da Praça dos Girassóis tem a chance de caminhar sobre o mapa do Tocantins, mas a maioria nem percebe. É que a obra só pode ser vista do alto. O calçamento em pedra portuguesa, contornado pelos jardins, tem a formado território tocaninense. Compreende da

---

<sup>48</sup> Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins, disponível no site: < <https://secom.to.gov.br/>> Acesso: em 26 de dezembro de 2019.



escadaria norte do Palácio Araguaia até poucos metros depois do Monumento Súplica dos Pioneiros. Vale ressaltar que a Rosa dos Ventos (Centro Geodésico do Brasil) está no centro do mapa, bem como o Monumento à Bíblia. O Cruzeiro e os grafismos indígenas também estão inseridos na área do mapa.

Figura 40 - Praça dos Girassóis - Palmas



Fonte: turismo.to.gov

No Palácio Araguaia, fomos assessorados pelo guia que é servidor do Palácio, que nos recepcionou apresentou os espaços e objetos históricos e as particularidades do Palácio.

Figura 41 – Visita ao Palácio Araguaia



Fonte: Arquivo pessoal

Em relação ao que mais chamou atenção durante a visita ao Palácio Araguaia os alunos fizeram as seguintes observações:

Tabela – 12 – Respostas quest. Visita ao Palácio Araguaia - Palmas

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO VISITA PALMAS</b>
Para mim o Palácio Araguaia foi o mais interessante pois tinha uma variação de coisas interessantes que era possível ver lá dentro. Na entrada já conseguíamos ver duas paredes recheadas com obras de artes que contavam um pouco da história do Brasil dos brasileiros durante a colonização e sobre o estado do Tocantins, também tinha a maquete da construção da Praça, como estudante de Edificações adorei ver um projeto tão grande a sua construção.
No Palácio também tinha o centro do Brasil se não me engano, parece até estranho imaginar que o centro do Brasil fica no estado do Tocantins, fomos guiados pelas locações do Palácio, e foi possível ver a vista da ponte que liga a cidade de Palmas, essa na minha opinião foi a melhor vista do dia.
Entre todas as obras visitadas a que mais me chamou atenção foi o Palácio do Araguaia. Primeiramente pela sua arquitetura, pela segurança do local e eu tamanho. Ao ver a maquete perfeita do Palácio, tive um novo conceito sobre arquitetura e planejamento, pois é uma obra além de chamar atenção, nos inspira.
Em relação à visita ao Palácio Araguaia, essa já foi bem mais interessante. O mural das lutas e das conquistas na entrada do palácio conta a história do Tocantins de maneira bem interessante, citando não só as figuras políticas, mas também os cidadãos comuns. A história da Praça dos girassóis também bacana.

Fonte: O autor

Ao visitar o Palácio Araguaia ficou claro a admiração quanto à edificação monumental e sua arquitetura imponente. Ao observar uma arquitetura contemporânea, construída para enaltecer a construção de um novo estado. Ao analisar a maquete do palácio, e os elementos que o compõe: Praça, secretarias, monumentos, estatuais, e etc., o aluno se aproxima dos temas que envolvem a área da edificação, do planejamento, do projeto urbanísticos, ficando evidente da fala do aluno quando diz - “Ao ver a maquete perfeita do Palácio, tive um novo conceito sobre arquitetura e planejamento, pois é uma obra além de chamar atenção, nos inspira”. (QUEST. VISTA PALMAS. 2019)

## 5.9 Visita ao Memorial da Coluna Prestes

O Memorial está localizado no entorno da quadra do Palácio Araguaia. Segundo o Guia das artes<sup>49</sup>, o Memorial Coluna Prestes, uma obra do arquiteto Oscar Niemeyer que homenageia a passagem da Coluna Prestes pela região. Inaugurado em 2001, esse edifício, cuja arquitetura carrega os inconfundíveis traços curvilíneos de Niemeyer, possui um salão de exposições, auditório com 99 lugares, salas de vídeo e pesquisas, além de um acervo com documentos e objetos relacionados a esse movimento político. Construído para homenagear o movimento tenentista de 1922 e a marcha realizada pela Coluna Prestes, o memorial foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer numa área de 570.40m<sup>2</sup>. O local abriga um salão de exposições com peças originais da história da Coluna, além de auditório para 87 lugares e salas de administração. Do lado de fora do prédio, está o “Monumento aos 18 do Forte”, assinado pelo escultor Maurício Bentes e a escultura em bronze do “Cavaleiro da Luz”, que representa Luiz Carlos Prestes. O acervo do Memorial é composto por fotografias, documentos e objetos pessoais doados pela família relembrando a marcha de 25 mil quilômetros feita pelo interior brasileiro, passando pelo Tocantins entre os anos 20 e 30.

Figura 40 – Vista aérea do Memorial da Coluna Prestes - Palmas



Fonte: [www.csnengenharia.com.br](http://www.csnengenharia.com.br)

<sup>49</sup> Disponível no site:< Fonte: <https://www.guiadasartes.com.br/tocantins/palmas/museus/memorial-coluna-prestes>



Figura 41 – Estatua em homenagem aos 18 do Forte – Memorial da Coluna Prestes



Fonte: [jornaldotocantins.com.br](http://jornaldotocantins.com.br)

Figura 42 - Visita ao Memorial da Coluna Prestes - Palmas



Fonte: Arquivo pessoal

No dia da visita também estava ocorrendo no prédio do Memorial uma exposição de obras do artista – Pierre Freitas<sup>50</sup>, intitulada “Inquietude do Sensível – Sirva-se de

---

<sup>50</sup> Pierre nasceu em 1967, em Brasília, formou-se em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás. No Tocantins, atuou como professor da rede pública, e ocupou cargos importantes na área cultural de Palmas. O artista faleceu em janeiro de 2107, vítima de um acidente. Segundo Pierre de Freitas - "A arte que não provoca não é arte e pouco me interessa. A partir deste princípio comecei a construir minha trajetória como artista

Arte”. Formos recepcionados pelo Historiador Rivair Moraes, que nos guiou na apresentação da exposição das pinturas do artista e do acervo do Memorial.

Figura 43 – Alunos em visita ao Memorial da Coluna Prestes – exposição Pierre Freitas



Fonte: arquivos do autor

plástico e a buscar a arte que não está lá para combinar ou compor, mas sim para provocar, inquietar e causar reflexão". (Fonte: [www.pierrefreitas.pro.br](http://www.pierrefreitas.pro.br))



Em relação ao que mais chamou atenção durante a visita ao Memorial a Coluna Prestes e a exposição das pinturas de Pierre de Freitas. Os alunos assim se expressaram:

Tabela 13 – Respostas quest. Visita ao Memorial da Coluna Prestes – Palmas

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO VISITA PALMAS</b>
A exposição foi o que mais me chamou atenção, ver como o artista expressa seus sentimentos através da arte, e como ele fez para que quem visse entendesse como ele se sentia em relação a esses sentimentos, muitos deles a tristeza.
A visita ao Memorial da Coluna Prestes e a Exposição do Pierre de Freitas foi bem bacana também. Deu para se ter uma ideia da importância da coluna para a região e alguns mitos em relação a ela foram explicados e desmistificados. Também foi legal de saber que o Tocantins tinha artistas de um nível tão bom. Pena que ele teve um fim trágico.
Acompanhei algumas obras do artista Pierre de Freitas, foi interessante ver como funciona a mente de um grande pintor
Exposição de obras: O que mais prendeu minha atenção foi como as obras passavam sentimentos “sombrios”, como tristeza ou angustia. Um talento inigualável em transmitir tais emoções apenas por imagens.
Memorial a Coluna Prestes: Em minha opinião uma obra com muita história para contar, com valor significativo para o povo tocantinense e sua história. Algo que conta histórias sem dizer palavras. Exposição de obras: O que mais prendeu minha atenção foi como as obras passavam sentimentos “sombrios”, como tristeza ou angustia. Um talento inigualável em transmitir tais emoções apenas por imagens.
Os detalhes da primeira edificação da cidade que inicialmente era para ter sido local para as autoridades, mas foi adaptado para ser a administração do Governo. A residência já serviu de morada para o oficial governador. Foi tombado pelo governo e se transformou em museu. A exposição da obra apresenta em seus quadros os traços das varias fases de vida que o artista passou, tentando repassar todos os ensinamentos através da arte.
O que mais me chamou atenção foi a exposição do artista Pierre de Freitas , pois ao se tratar de patrimônio cultural se lembra sempre do antigo mas nunca do novo e as obras do artista ainda estão novas ao meu olhar , além de serem pinturas imortais e demonstrarem um pouco do pensamento do pintor que era tocantinense é assim ocorrer a valorização da cultura .
O que mais me chamou atenção foi a exposição de obras de Pierre de Freitas. A exposição mostra 34 telas e objetos pintados por ele durante várias fases da vida. As pinturas são principalmente de flores, anjos e monstros. A exposição conta com as três últimas telas pintadas por Pierre.
A exposição foi o que mais me chamou atenção, ver como o artista expressa seus sentimentos através da arte, e como ele fez para que quem visse entendesse como ele se sentia em relação a esses sentimentos, muitos deles a tristeza.

Fonte: O autor

Conforme observamos as respostas dos alunos, a exposição das pinturas chamou mais atenção, mais do que o próprio acervo do Memorial. Os alunos identificaram nas pinturas uma representatividade do Patrimônio Cultural próximo de sua realidade, por ser um artista que atuava no Tocantins, e que se considerava um tocaninense. Novamente observa-se que o aluno compara a arte atual com a antiga, evidenciado na seguinte afirmativa:

O que mais me chamou atenção foi à exposição do artista Pierre de Freitas, pois ao se tratar de patrimônio cultural se lembra de sempre do antigo, mas nunca do novo e as obras do artista ainda estão novas ao meu olha, além de serem pinturas imortais e demonstrarem um pouco do pensamento do pintor que era tocaninense é assim ocorrer a valorização da cultura. (QUEST. VISITA PALMAS, 2019)

Ao final da visita, durante o retorno para Gurupi, os alunos avaliaram como positiva a realização de atividades extra sala em todos os sentidos. Avaliaram como positiva a atuação conjunta de duas áreas distintas em uma única visita, otimizando o tempo disponível para engrandecer o conhecimento deles.

O Prof. Clerson Reis manifestou ter sido a sua primeira experiência de visita técnica não exclusiva de sua área de atuação e avaliou como positiva por dois fatores:

Achei interessante à otimização no uso dos recursos públicos que permitiram, em um único investimento, a realização de duas atividades distintas e também achei muito positiva por ter proporcionado um estreitamento no relacionamento com atividades desenvolvidas por profissionais de outras áreas do conhecimento. Muitas vezes a gente, sem perceber, fica fechado em nosso “mundinho” e deixa de pensar coletivamente para o desenvolvimento integral e integrado dos alunos, e esta oportunidade de “juntar” o ensino de História com o de engenharia foi muito proveitosa” (Entrevista Prof. Clerson Reis, dezembro de 2019).

## 5.9 Visita à cidade de Natividade

Situada no Sudeste do Tocantins, ao pé da Serra da Natividade, numa distância de 305 km da capital do Estado, nascida com a exploração do ouro e fundada por Antônio Ferraz de Araújo, sua origem remonta ao século XVIII, ligada ao Arraial de São Luiz, no alto da serra. Hoje restam apenas ruínas daquele fluente e rico garimpo de ouro. Segundo o IBGE, Natividade do Tocantins em 2019 a população estimada era de 9.244, o censo de 2010 constava uma estimativa de 9.000 habitantes.

O nascente arraial denominado São Luís recebeu seu nome em homenagem a Dom Luís de Mascarenhas, então governador da Capitania de São Luís e fundador da Vila Boa (atual cidade de Goiás – GO). O nome São Luís conservou-se, provavelmente até 1733, quando, em homenagem a Nossa Senhora da Natividade, o local passa então a ser chamado de Natividade. Em 1734, o português Manoel Rodrigues de Araújo transferiu o Arraial para o Sopé da Serra, local de melhor acesso, onde hoje situa a cidade. Em 1831, Natividade foi elevada à categoria de Vila. Em 1834 contava com 300 casa e ruas guarnecidas de calçadas de laje e em 1º de julho de 1901, a vila ganhou o termo de Município de natividade, se desmembrado da Comarca de Porto Nacional, e em 23 de dezembro de 1905, pela influente atuação do Senador Fulgêncio Nunes da Silva, aconteceu à instalação da Comarca de Natividade. (Fonte: portal.to.gov)

A visita foi realizada no dia 16 de dezembro de 2019, para melhor aproveitamento do tempo a viagem teve início com saída de Gurupi às 5:00hs da manhã e às 8:00hs foi realizada a primeira visita foi realizado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Posteriormente visitamos o Centro Histórico de Natividade – TO: as igrejas de São Benedito e a Matriz de Nossa Senhora da Natividade, o Museu Histórico de Natividade. No final da manhã visitamos a sede do Iphan<sup>51</sup> em Natividade, fomos recepcionados pela Arquiteta Bruna Rodrigues. A arquiteta explicou aos alunos o processo de tombamento do Patrimônio Histórico de

---

<sup>51</sup> A primeira ação de proteção do patrimônio cultural, no Estado de Tocantins, foi realizada em 1987 com o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade. Desde 2008, outra área - o centro histórico de Porto Nacional – está protegida pelo Iphan. As extrações de ouro das terras do Centro-Oeste brasileiro criaram as condições para a existência desses bens. Em Palmas, capital do Estado, funciona a Superintendência do Iphan que atua na salvaguarda de saberes e práticas dos índios Karajá, realiza o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e mapeamento de outros bens imateriais, acompanha pesquisas arqueológicas, e produz publicações destinadas à valorização e divulgação do patrimônio cultural tocantinense. Disponível no site <<http://portal.iphan.gov.br/to>>. Acesso em: 27 de dez. 2019.

Natividade, as técnicas de construção e arquitetônica, a preservação do patrimônio edificado e relação da população de Natividade de o Patrimônio.

Figura 44 – Imagem aérea do Centro Histórico de Natividade - TO



Fonte: .tripadvisor.com.br

Figura 46 – Estudante frente à Igreja dos Pretos



Fonte: arquivo do autor



Figura 47 – Visita ao Centro Histórico de Natividade – TO.



Fonte: arquivos do autor

Em relação ao que mais chamou atenção durante a visita à cidade de Natividade do Tocantins e a superintendência do Iphan. Os alunos assim se expressaram:

Tabela 14 – Respostas questionário visita ao Centro Histórico de Natividade - TO

<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUESTIONÁRIO VISITA A NATIVIDADE</b>	
<b>“A arquitetura e a preservação de determinadas edificações”</b>	
O que mais me chamou atenção foi a visita ao museu de Natividade , pois lá você encontra a história em si , encontra os artefatos passados , sendo assim possível comparar o presente com o passado , além da visita à igreja construída pelos escravos , pois é um bela arquitetura e mostra a história dessa cidade .	
“Achei significativos as igrejas, onde traz toda história, desde a construção, feito pelos escravos, objetos conservados, a prata que fica no museu, os objetos feitos pelos escravos, é ainda falando das casas que segue com o nível da Rua, todas com aparências parecidas, o modo que foram construída, as portas, pilar, vilas e sem falar da Dona Romana que para Natividade e para o Tocantins é um espaço “cultural” a importância que ela dar para cidade, seus mistérios, o modo que ela fez com a casa dela, as esculturas e o m odo de agir, de pensar e fazer”.	
“O estilo das casas, das igrejas, da cidade em si, poder observar a cidade preservada mesmo após anos foi bastante interessante, torna a paisagem muito agradável e harmoniosa, juntamente com o estilo das ruas que dizem muito sobre a história da cidade”.	
Eu achei muito importante todo o conhecimento sobre a história da cidade, e gostei muito de saber sobre o paisagismo e decorações dos monumentos, que mesmo sendo tão antigos, ainda assim possuem uma arquitetura bastante conservada e bonita.	
<b>RESPOSTAS DO ALUNOS – QUEST. VISITA A NATIVIDADE IPHAN</b>	
A atração do IPHAN é muito importante pelo motivo que conseguir conscientizar os moradores da importância de se preservar esses patrimônios, além de se o morador não tiver condição de reparar os defeitos na residência. Eles arcam com o dinheiro, o único defeito é que a residência não fica de fato como um lar privado, e além de conscientizar, eles multam quem descaracterizar o ambiente, sendo mais um fator de preservação.	
O Iphan tem uma atuação bastante importante, a preservação das arquiteturas presentes em Natividade, faz com que a cidade tenha um valor significativo em relação às memórias e a história do povo que vivia ali	
O Iphan tem uma responsabilidade enorme e tem uma atuação muito importante na cidade, pois é com esses órgãos que é possível a conservação do patrimônio histórico, pois eles tem o cuidado de preservar os locais e sem o órgão é bem provável que tudo iria ser acabar, pois a população não dá atenção à esses monumentos.	
Parabenizo o trabalho do Iphan na cidade, pois o trabalho e a preocupação da conservação do patrimônio histórico local era bem visível. Apesar de não concordar com alguns aspectos impostos ao dono da residência, acho que estão fazendo um bom trabalho.	
Achei bastante importante, e contribuiu em abundância para a proteção e conservação de bens da cidade, seja materiais ou imateriais, e divulgando esses bens da cultura da cidade.	

Fonte: O autor

Ao visitarem o Patrimônio Histórico Cultural da cidade de Natividade foi muito significativo para os alunos, pois ao visitarem o Centro Histórico e as Igrejas puderam fazer uma comparação e análise da arquitetura colonial e as edificações modernas. A visita ao Iphan foi significativa para os alunos entenderam a atividade do profissional em arquitetura frente ao Iphan, descrevendo as técnicas e regras de preservação do patrimônio edificado. Conforme afirma um dos alunos:

A atração do IPHAN é muito importante pelo motivo que conseguir conscientizar os moradores da importância de se preservar esses patrimônios, além de se o morador não tiver condição de reparar os defeitos na residência. Eles arcam com o dinheiro, o único defeito é que a residência não fica de fato como um lar privado, e além de conscientizar, eles multam quem descaracterizar o ambiente, sendo mais um fator de preservação. (QUETIONÁRIO NATIVIDADE, 2019)

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da pesquisa, vimos que o olhar para a cidade sempre terá um novo sentido, os espaços e os lugares, as ruas, as praças, as igrejas, a escola, a paisagem, seja pela interferência do professor de História seja pela ação dos estudantes que participaram do projeto proposto. As visitas aos museus, às edificações antigas e novas, o ouvir as narrativas sobre patrimônio e pessoas, suas memórias, suas alegrias, tristezas, decepções, mudam as percepções sobre os espaços de memória.

Os alunos demonstram muita satisfação e comprometimento com o processo da pesquisa, sempre dispostos a investigar e contribuir com o processo. Nesse sentido, é imprescindível considerar a relação do aluno com a responsabilidade que o conhecimento da edificação lhe impõe, mesmo aqueles alunos que não irão exercer a profissão, mas demonstraram muita maturidade ao analisar o passo-a-passo da pesquisa. Desse modo considera-se que a aplicabilidade da metodologia da Educação Patrimonial foi imprescindível ao processo do ensino e aprendizagem da disciplina de História, contribuindo no processo de integração, tornando-se essencial sua inserção no planejamento pedagógico da disciplina de História.

Ao visitarem patrimônios culturais em Gurupi e em outras cidades - museus, monumentos, exposição artística, a sede do Iphan, os alunos manifestaram satisfação ao ter contato com as edificações antigas, relataram que essa é uma experiência que levarão para a vida toda. Aqueles que irão cursar o ensino Superior nas áreas de Engenharia Civil e Arquitetura enfatizaram que mudaram a forma de pensar a construção civil, que estarão atentos à questão do Patrimônio Cultural, não só o patrimônio edificado, como também o patrimônio imaterial. Cinco dos alunos da turma foram aprovados no Curso de Bacharelado em Engenharia Civil do Instituto Federal do Tocantins, campus Gurupi.

Como vimos no início da pesquisa, a maioria dos alunos não tinha visitado museus, e nem sabiam que no Tocantins havia cidades históricas tombadas, não conheciam a atuação do Iphan e muito menos sobre o processo de tombamento de um patrimônio. A pesquisa, conforme manifestaram os alunos, serviu como um parâmetro para se identificar a composição de um Patrimônio Histórico Cultural, em especial, a identificação do patrimônio



edificado. Desse modo, afirmaram ser necessário preservar o Patrimônio Histórico para manter a memória para as gerações atuais e as posteriores.

Logo, podemos destacar que é possível, a partir das discussões sobre o Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, estabelecer uma relação mais próxima com os conteúdos previstos no currículo escolar e que nem sempre tão bem compreendido pelos estudantes.

Do mesmo modo, a experiência de inventariar o Patrimônio Cultural do IFTO/Gurupi demonstrou que as pessoas, quase sempre, ficam alheias aos espaços a sua volta, às memórias, às identidades que os lugares preservam. A preocupação do dia-a-dia, a necessidade de suprir sua subsistência tem levado as pessoas a ignorar as transformações que têm ocorrido nas cidades.

Percebemos que a problematização do Patrimônio Cultural e sua utilização como instrumento metodológico de ensino pode contribuir para perspectivas diferenciadas no ensino de História, de maneira que a significância da disciplina de História se revitaliza aos olhos dos alunos. No memento em que o ensino passa a inspirar os estudantes, dando a eles questões de ordem prática e provocativa, aproximando o debate de temas que estão próximos do aluno, vivenciando a História do local, partindo de situações concretas e cotidianas na busca de respostas, questionando o próprio espaço de vivência, oportunizando outro olhar sobre a História enquanto ciência, há a possibilidade de os alunos serem sujeitos da própria história.

Assim, a aprendizagem assimilada pelos os estudantes do Curso Técnico em Edificações, no ambiente de sala de aula, na pesquisa sobre o Patrimônio Cultural, o contato com o museu, o conjunto arquitetônico tombado, trouxe a compreensão do ensino de História com base na metodologia da Educação Patrimonial, proporcionou a relação dos estudantes com a sua vivência ao citarem os lugares que consideram como importantes na cidade.

Ao terem contato com os conceitos referentes ao Patrimônio Cultural, destacaram, dentro da atividade de edificar, daquele que constroem a importância e necessidade de preservação daquilo que faz parte do cotidiano da cidade, ainda que outros habitantes não vejam e nem percebam o valor contido no espaço da cidade.

## 7 REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras — Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998.
- ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. **Patrimônio cultural**. / Fernanda Cordeiro de Almeida. — Aracaju : UNIT, 2010.
- ALONSO, Pereira José Ramón. **Introdução à história da arquitetura** [recurso eletrônico] / José Ramón Alonso Pereira ; tradução Alexandre Salvaterra. — Dados eletrônicos. — Porto Alegre : Bookman, 2010.
- BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. Método e história na arquitetura. Editora Perspectiva S.A, São Paulo – SP, 1984.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução Gustavo Araújo. 3ª ed. Editora Perspectiva. São Paulo, 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, Circe. **Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. O saber histórico na sala de aula**. (org.) Circe Bittencourt. 8. Ed. — São Paulo Contexto, 2003. — (Repensando o Ensino).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base que legisla sobre a Educação Profissional**. Brasília, 2007.
- BRAYNER, Guerra. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Patrimônio Cultural Imaterial : para saber mais** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Editora contexto, 1992. (Coleção repensando a geografia).
- CASTELLS, Manuel, 1942 – **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). Tradução Klaus Brandini Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, André. Senado Federal – **O Edifício e sua História**. Senatus, Brasília, v.8, n.1, p.156-195, abr. 2010.
- CAVALCANTI, Erinaldo. **História local: desafios, limites e possibilidades**. Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 272-292 – 2018.
- CHOAY, Françoise. 1965. **O urbanismo**. 3ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 1992.

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, Editora da UFPR, n. 16, p. 181-191. 2000. Disponível no site: < [http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos\\_16/irineu\\_engel.pdf](http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf)>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

ENTREVISTAS: **Abordagens e usos da história oral/Coordenadora: Marieta de Moraes Ferreira**; Alzira Alves de Abreu...[et al]. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Ed.14. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERREIRA, Aurélio de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8ª ed. rev. Atual. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996. (Coleção Leituras).

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas, SP. Editora Papirus, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. **A cidadania entre os romanos**. História da cidadania / Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky. (orgs.). 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GEDDES, Patrick, 1854-1932. **Cidades em evolução**. Tradução Maria José Ferreira de Castilho – Campinas, SP: Papirus, 1994.

GELPI, Adriana. **A cidade comentada** [recurso eletrônico]: expressões urbanas e glossário em urbanismo / Adriana Gelpi, Rosa Maria Locatelli Kalil. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

GHIRARDELLO, Nilson. **Patrimônio histórico: como e por que preservar/** coordenação de: e Beatriz Spisso; colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. -- Bauru, SP: Canal 6, 2008. Disponível no site: < [http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio\\_historico.pdf](http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf) > Acesso: 6 de abril de 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria do pensamento. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos/** Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. – São Paulo Centauro, 2006.

HALL, Peter. 1932-2014. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX**; [tradução Maria Alice Junqueira Bastos, Pérola da Carvalho, Anita Guimarães]. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade. Cidades rebeldes** [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.].- 1. ed. - São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: inventários participativos**: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

JEUDY, Henri Pierre. 1945. **Espelho das cidades**. Tradução Rejane Janowitz. – Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2005.

KUBITSCHKE, Juscelino, 1902-1976. **Por que construí Brasília** / Juscelino Kubitschek. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri, 1901-1991. **O direito à cidade**; Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial. Ensino de História**. Desafios Contemporâneos. (Org.) Véra Lucia Maciel Barroso. Porto Alegre: Est. Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

MILTON, Santos: **Técnica espaço tempo** – Globalização e meio técnico científico-informacional. Editora EDUSP, 5ª Edição, ano 2013:

MOTOYAMA, Shozo (org). **Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil**. (org). Shozo Motoyama. Colaboradores: Marilda Nagamini; Francisco Assis de Queiroz; Milton Vargas. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade Na História**. Suas origens, transformações e perspectivas. Tradução: Neil R. da Silva. (5.ª ed.) Editora Martins Fontes, São Paulo, 2004.

NETO, José Vieira. **O fenômeno da urbanização no Brasil e a violência nas cidades**. Goiânia. Espaço em Revista. Vol. 13, nº2, 2011.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

NUNES-FERREIRA, Carlos Eduardo. **Teoria e história das cidades**. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos** / Juhani Pallasmaa; tradução técnica: Alexandre Salvaterra. - Porto Alegre : Bookman, 2011.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana** / Philippe Panerai; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher -Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2006.

PATRIMÔNIO CULTURAL. — Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

PELEGRI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana**. Revista Mosaico, v.1m, p. 3-12, jan./jun., 2008. Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um Percorso Docente/ Ricardo de Aguiar Pacheco. -- 1. ed. -- Jundiaí, SP : Paco, 2018.

PESAVENTO, Sandra. **História &...Reflexões. História & História**. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. (Coleção primeiras passos).

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da Cidade**. Tradução Eduardo Brandão. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2001.

SANDRA, Lencioni. **Espaço e Tempo**. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. GEOUSP - São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>> Acesso em: 20 dez. 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo. Editora HUCITEC, 1993.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Stuar Hall, Kathryn Woodward. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

STASCHOWER, Enrique Grunspan. **Arquitetura brasileira** / João Ricardo de Castro Caldeira – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional. S.A, 2017.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**. Temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo – RS. Editora UPF, 2004.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. **A Formação de Palmas**. Dossiê cidades planejadas na hinterlândia. Revista UFG / Junho 2009 / Ano XI nº 6.

TERRA, Antônia. **História das cidades brasileiras**. São Paulo. Editora Melhoramentos, 2012.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

## 8. ANEXOS

### 8.1 QUESTIONÁRIO APLICADO

#### QUESTIONÁRIO – PERFIL DO ALUNO

##### PERFIL

- 1) Nome: \_\_\_\_\_
- 2) Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_
- 3) Naturalidade: \_\_\_\_\_
- 4) Sexo: (      ) Cor: (      )
- 5) Sua religião ou crença: \_\_\_\_\_
- 6) Mora em qual cidade? \_\_\_\_\_
- 7) Com quem vive?
  - a) (      ) Sozinho
  - b) (      ) Com amigos
  - c) (      ) Com seus pais
  - d) (      ) Com outros familiares. Quais? \_\_\_\_\_
- 8) Estudou o ensino fundamental 6º ao 9º ano em escola?
  - a) (      ) Pública
  - b) (      ) Conveniada
  - c) (      ) Particular
- 9) Até que série sua mãe/madrasta estudou?
  - a) (      ) Nunca estudou
  - b) (      ) Entre a 1ª e 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
  - c) (      ) Entre a 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
  - d) (      ) Ensino Fundamental completo (antigos primário e ginásio)
  - e) (      ) Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau)
  - f) (      ) Ensino Médio completo (antigo 2º grau)
  - g) (      ) Começou, mas não concluiu o Ensino Superior
  - h) (      ) Completou o Ensino Superior
  - i) (      ) Pós-graduação completa ou incompleta
  - j) (      ) Não sei.
- 10) Até que série seu pai/padrasto estudou?
  - a) (      ) Nunca estudou
  - b) (      ) Entre a 1ª e 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
  - c) (      ) Entre a 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
  - d) (      ) Ensino Fundamental completo (antigos primário e ginásio)
  - e) (      ) Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau)

- f) (    ) Ensino Médio completo (antigo 2 ° grau)
- g) (    ) Começou, mas não concluiu o Ensino Superior.
- h) (    ) Completou o Ensino Superior.
- i) (    ) Pós-graduação completa ou incompleta
- 11) (    ) Não sei. Qual a é a profissão do seu pai/padrasto? \_\_
- 12) Qual a é a profissão da sua mãe/madrasta? \_\_\_\_\_
- 13) Você trabalha para ajudar no seu sustento ou na renda da família?  
 a) (    ) Não.  
 b) (    ) Sim. Como? \_\_\_\_\_

#### **SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS GURUPI**

- 14) O que mais gosta no IFTO/GURUPI?
- 15) O que menos gosta?  
 \_\_\_\_\_
- 16) Em sua opinião, a educação (ensino e aprendizagem) ofertada pelo IFTO/GURUPI tem contribuído na  
 sua preparação para concorrer a uma vaga em uma faculdade?  
 a) (    ) Sim. Por quê?  
 (    ) Não. Por quê?  
 \_\_\_\_\_

#### **SOBRE O CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

- 17) Em qual escola (ou quais escolas) estudou de 6° ao 9° ano? (Informe o município)
- 18) Qual foi a motivação na escolha do curso Técnico em Edificações?  
 a) (    ) Influência dos pais  
 b) (    ) Interesse pessoal pela área  
 c) (    ) Intenção em atuar na área da construção civil como Técnico em Edificações  
 d) (    ) Adquirir competências e habilidades para ingresso no bacharelado em Engenharia Civil  
 e) (    ) Outros (quais?): \_\_\_\_\_
- 19) O Instituto Federal está sendo importante para você?  
 a) (    ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_  
 b) (    ) Sim. Por quê? \_\_\_\_\_
- 20) Você pretende trabalhar como Técnico em Edificação?  
 a) (    ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_  
 b) (    ) Sim.
- 21) Assim que concluir o curso você pretende trabalhar?  
 a) (    ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_  
 b) (    ) Sim. Onde? \_\_\_\_\_
- 22) Você se identifica com o Curso de Técnico em Edificações?  
 a) (    ) Não. Por quê?

b) ( ) Sim. Por quê?

23) Pretende cursar o Bacharelado em?

a) ( ) Não

b) ( ) Bacharelado em Engenharia Civil

c) ( ) Arquitetura

d) ( ) Outras engenharias. Quais \_\_\_\_\_

#### ENSINO E APREDIZAGEM NO IFTO/GURUPI

24) Que tipo de atividade na sala de aula você mais gosta?

25) De que atividade você não gosta?

26) Em sua opinião, o ensino das disciplinas da Formação Geral das áreas de conhecimento das ciências: Linguagem, naturais, humanas e matemática, auxiliam na compreensão das disciplinas técnicas da Formação Profissional, integrando-se com do Curso Técnico em Edificações?

a) ( ) Não

b) ( ) Sim. Quais?

Linguagem

( ) Língua Portuguesa

( ) Língua Inglesa

( ) Língua Espanhol

( ) Educação Física

( ) Artes

Humanas

( ) Filosofia

( ) Sociologia

( ) Geografia

( ) História

Naturais e Matemática

( ) Matemática

( ) Física

( ) Química

( ) Biologia

27) Em sua opinião, o ensino das disciplinas técnicas da Formação Profissional auxilia na compreensão das disciplinas da Formação Geral das áreas do conhecimento das ciências: linguagem, naturais, humanas e matemática?

a) ( ) Não

b) ( ) Sim. Quais?

( ) Desenho Técnico para Edificações

Construção ( ) Estruturas

( ) Instalações Prediais

( ) Legislação e Segurança no Trabalho

( ) Materiais de

( ) Sistemas Construtivos

( ) Topografia

( ) Planejamento e Geren. de Obras

28) Qual ou quais disciplina(s) da formação geral você mais gosta?

a) ( ) Nenhuma.

b)

Linguagem

( ) Língua Portuguesa (

) Língua Inglesa

( ) Língua Espanhol

( ) Educação Física

( ) Artes

Humanas

( ) Filosofia

( ) Sociologia (

) Geografia ( )

História

Naturais e Matemática (

) Matemática

( ) Física

( ) Química

( ) Biologia



28) Em sua opinião, como deveria ser o ensino de História para ser mais produtivo?

---

#### ATUAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÊMICA

29) Em que tipo de faculdade pretende estudar?

- a) ☐ Não pretendo continuar a estudar
- b) ☐ Em qualquer uma
- c) ☐ Faculdade Pública Estadual
- e) ☐ Faculdade Pública Federal
- f) ☐ Faculdade Privada
- g) ☐ Não sei

30) Qual graduação pretende ou já pensou em cursar? \_\_\_\_\_

---

31) Sua família tem condições de pagar uma faculdade particular?

- a) ☐ Sim
- b) ☐ Não

## 8.2 Visita ao Museu Histórico Cultural Benjamin Rodrigues em Gurupi

Nome: \_\_\_\_\_

Curso Técnico em Edificações - 2º Ano

- 1) Antes do projeto sobre o estudo do patrimônio histórico cultural ao qual você está participando, você já havia estudado esse tema?  
a) (     ) Não  
b) (     ) Sim. Onde? \_\_\_\_\_
- 2) Você já havia visitado um museu?  
a) (     ) Não  
b) (     ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_  
Onde? \_\_\_\_\_
- 3) Tinha conhecimento da existência de um museu na cidade Gurupi?  
a) (     ) Não  
b) (     ) Sim. Como? \_\_\_\_\_
- 4) Você conhecia a história da origem cidade de Gurupi?  
a) (     ) Não  
b) (     ) Sim
- 5) Conhecia sobre as técnicas utilizadas nas construções das primeiras casas em Gurupi?  
a) (     ) Não  
b) (     ) Sim
- 6) Tinha conhecimento sobre a localização das primeiras edificações construídas em Gurupi?  
a) (     ) Não  
b) (     ) Sim
- 7) Em sua opinião, a população gurupiense tem se preocupado com a preservação da memória e identidade de sua história?  
a) (     ) Não  
b) (     ) Sim. Como? \_\_\_\_\_
- 8) Comente o que lhe chamou atenção na narrativa do prof. Roberto José Ribeiro sobre a história, o pioneirismo e as primeiras edificações fundadas em Gurupi.
- 9) Comente o que lhe chamou atenção na visita ao Museu Histórico Cultural Benjamin Rodrigues em Gurupi

### 8.3 Visita ao Patrimônio Histórico da cidade de Porto Nacional - TO

Nome: \_\_\_\_\_  
Curso Técnico em Edificações - 3º Ano

1) Conhecia a cidade de Porto Nacional?

a) (    ) Não

b) (    ) Sim

2) Sabia que Porto Nacional havia realizado o tombamento de seu patrimônio histórico material composto com mais de 250 edificações?

a) (    ) Não

b) (    ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_  
Onde? \_\_\_\_\_

3) Sabia da existência de museus na cidade de Porto Nacional?

a) (    ) Não

b) (    ) Sim

4) Em relação ao museu histórico de Porto Nacional, comente sobre o que chamou a atenção. \_\_\_\_\_

5) Sobre o patrimônio histórico edificado de Porto Nacional, relate o que considerou interessante. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6) Você tinha conhecimento da existência do Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) em Porto Nacional?

a) (    ) Não

b) (    ) Sim

7) Comente o que lhe chamou atenção na visita ao NUTA.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 8.4 Visita ao Patrimônio Histórico da cidade de Palmas

### Instrumento de pesquisa

Aluno (a) \_\_\_\_\_

Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – 3º Ano

- 1) Em relação a visita ao Museu Histórico do Tocantins (Palacinho); Palácio Araguaia; Memorial a Coluna Prestes e; Exposição de obras do artista Pierre de Freitas, o que mais lhe chamou atenção?

---

---

---

- 2) Ao visitar o patrimônio preservado da cidade de Palmas, você considera que há uma preocupação das instituições em preservar as memórias dos pioneiros na construção da cidade de Palmas? A população está representada nos monumentos e museus?

---

---

---

---

---

## 8.5 Visita ao Patrimônio Histórico da cidade de Natividade - TO

### Instrumento de pesquisa

Aluno (a) \_\_\_\_\_

Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – 3º Ano

- 1) Comente o que você considerou significativo ao conhecer a cidade de Natividade-TO e o patrimônio histórico tombando, o paisagismo, o conjunto arquitetônico, os espaços de memória da cidade.

---

---

- 2) Levando em consideração a apresentação da servidora do Iphan e o patrimônio histórico observado, faça suas considerações sobre a atuação do Iphan na cidade de Natividade.

---

---

## 8.6 Avaliação Final da Pesquisa

### Instrumento de pesquisa

Aluno (a)

Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – 3º Ano


#### AVALIAÇÃO FINAL DA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- 1) A memória coletiva é uma das maneiras mais significativas para a manutenção da identidade cultural. Cite um lugar ou espaço na cidade Gurupi que você mantém uma identidade ou memória afetiva? Quais lembranças você mantém sobre esse lugar?
- 2) Ao desenvolver a pesquisa sobre o patrimônio edificado em Gurupi, podemos considerar que esse tipo de ação educativa, nós leva a observar que é necessário um diálogo permanente entre os indivíduos e os patrimônios culturais, para que haja um grau de pertencimento, fazendo com que o indivíduo adquira o hábito de valorizar e preservar. Em sua opinião, os cidadãos de Gurupi têm demonstrado preocupação com a preservação da memória da cidade por meio da manutenção do patrimônio local edificado?
- 3) Diante do processo de modernização das cidades, percebe-se a constante desvalorização e desconhecimento com relação ao patrimônio cultural. Enquanto profissional Técnico em Edificações, qual estratégia você utilizaria para preservar a memória e identidade de uma determinada edificação (patrimônio local) que esteja na eminência de revitalização ou demolição? Justifique sua resposta com base na experiência da pesquisa.
- 4) Você considera que a Educação Patrimonial no ensino de História no Curso Técnico em Edificações viabiliza a formação dos profissionais de edificações capazes de conhecer a sua própria história cultural, onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural?
- 5) Com base nas experiências vivenciadas com a pesquisa sobre o patrimônio histórico cultural, você considera que a Educação Patrimonial no ensino de História no Curso Técnico em Edificações viabiliza a formação dos profissionais de edificações capazes de conhecer a sua própria história cultural, onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, integrando o ensino de História ao Curso Técnico em Edificações? Justifique.
- 6) Você considera que a inserção desta metodologia da educação patrimonial à disciplina de História se faz necessário no Curso Técnico em Edificações do Instituto Federal/Campus Gurupi?

## 9. ANEXO

### 9.1 Projeto Inventariar – Patrimônio Cultural Edificado – Gurupi - TO



FICHA DO PROJETO	
TÍTULO DO PROJETO	PROJETO CAMPUS IFTO
INSTITUIÇÃO	INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS GURUPI
FOTO DA EQUIPE	
NOME DOS INTEGRANTES DA EQUIPE	Maysa, <u>Geysa</u> , Samuele e Bruno.
NOME DOS ENTREVISTADOS	Prof. Roberto José Ribeiro Fernando França
INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	-----
PERÍODO DE REALIZAÇÃO	Novembro/2019
REFERÊNCIAS/MANIFESTAÇÃO CULTURAIS PESQUISADAS	-----

FICHA DO PROJETO	
REFERÊNCIAS	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
CATEGORIA UTILIZADA	LUGARES
DESCRIÇÃO PRODUZIDA	<p>N.º DE FOTOS: 30</p> <p>HORAS DE GRAVAÇÃO DE VÍDEO: 0</p> <p>HORAS DE GRAVAÇÃO DE SOM: 2h30min</p> <p>N.º DE DESENHOS: 4</p> <p>N.º DE TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS: 6</p> <p>N.º DE CADERNO DE CAMPO: 6</p>
OBSERVAÇÕES	<p>Entrevistado:</p> <p>Fernando França (servidor do IFTO)</p>
	



## FICHA DO TERRITÓRIO

### IMAGEM ANTIGA DO PRÉDIO

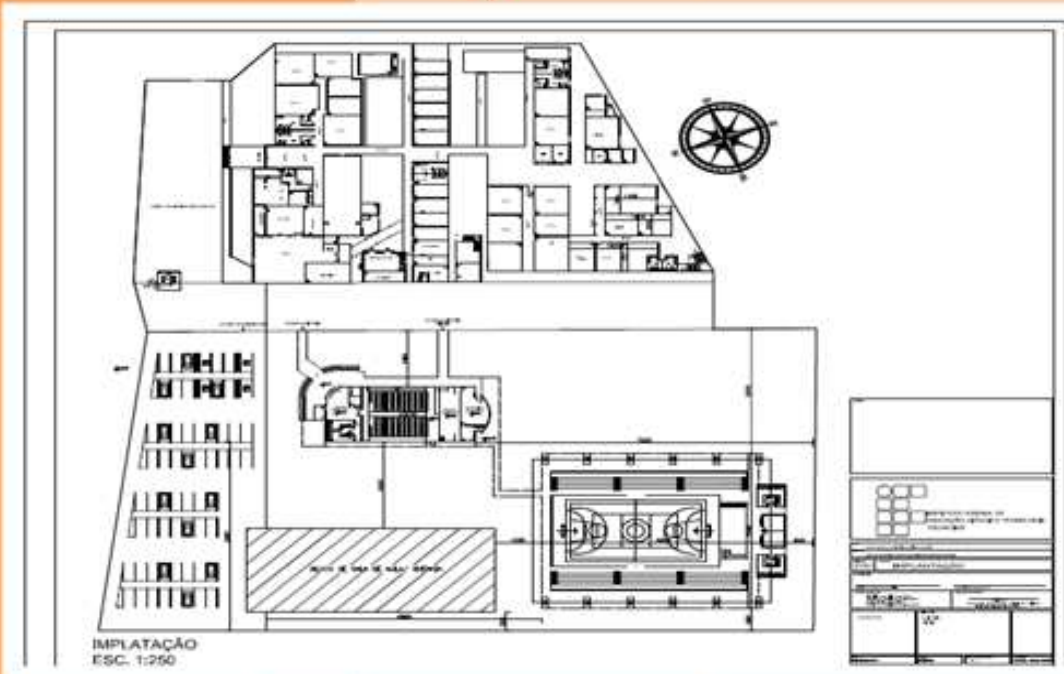


### IMAGEM ANTIGA DO PRÉDIO



## FICHA DO TERRITÓRIO

### IMÁGEN DO TERRITÓRIO



## MAPA DO TERRITÓRIO







## FICHA DO TERRITÓRIO

### PONTO DE REFERÊNCIA



### IMAGEM ANTIGA DE ESQUINA



## FICHA DO TERRITÓRIO

### PONTO DE REFERÊNCIA



### IMAGEM ANTIGA



FICHA DO TERRITÓRIO	
DENOMINAÇÃO DO TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IFTO, CAMPUS GURUPI;</li> <li>• IF;</li> <li>• ANTIGO CAMPUS I DA UNIRG;</li> <li>• FACULDADE FEDERAL;</li> <li>• ESCOLA FEDERAL.</li> </ul>
OUTRAS REFERÊNCIAS DE LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- PRÓXIMO DO SUPERMECADO MOREIRA;</li> <li>- CAMINHO PARA UFT;</li> <li>- SETOR SEVILHA;</li> <li>- PRÓXIMO DA SAÍDA PARA O PEIXE;</li> <li>- NA RUA DA FEIRA COBERTA DA SAÍDA DO PEIXE;</li> </ul>
DESCRIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PRÉDIO DO IFTO ESTÁ LOCALIZADO NUM SETOR RESIDENCIAL;</li> <li>• CERCADO POR RESIDÊNCIA;</li> <li>• PAISAGEM ARBORIZADA;</li> <li>• CLIMA TROPICAL;</li> <li>• NOS FUNDOS DO PRÉDIO, ALÉM DAS RESIDÊNCIAS EXISTE UMA REGIÃO DE PASTOS.</li> </ul>
DADOS SOCIOECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• NO PRÉDIO DO IFTO, FUNCIONA O INSTITUTO FEDERAL, OFERTA CURSOS DE NÍVEL TÉCNICO, MÉDIO, E SUPERIOR E PÓS GRADUAÇÃO;</li> <li>• AS PESSOAS ENVOLVIDAS COM O PRÉDIO SÃO - PROFESSORES, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS, FUNCIONÁRIOS TERCERIZADOS, ALUNOS, PAÍS DO ALUNOS E OUTRAS PESSOAS QUE FREQUENDA O CAMPUS – (BIBLIOTECA; QUADRA, AUDITÓRIO DENTRE OUTROS);</li> </ul>

## FICHA DO TERRITÓRIO

### HISTÓRIA



O prof. Roberto José Ribeiro, narra sobre a formação do território na qual está construído o prédio do Instituto Federal, Campus Gurupi, que num primeiro momento foi construído para instalação de uma escola municipal, mas houve uma mudança de planos e passou a funcionar a Faculdade FAFICH, posteriormente foi doado para a instalação do campus do Instituto Federal do Tocantins. Sobre a composição territorial o professor faz a seguinte narrativa:

“seu Berto Baiano, chegou aqui antes da gente, chegou em 52, convidou ele para vim para cá, aí meu pai tirou essas terras, era só tirar a terra, aí depois meu pai vendeu as terras e foi embora para Pedro de Lima. Então! Veio a Vila São José, essa vila São José o Jacinto tinha reservado para construir casas populares, no começo do governo do Iris Resende, e o pessoal invadiu, o que hoje a Vila São José. Essas terras aqui era do Miguel Ivás, um espanhol, meu amigo, que comprou essas terras, já de terceiros, não foi do meu pai não. E aí ele fez esse loteamento, foi o segundo loteamento, porque primeiro foi o do Waldir Lins, depois o dele. Por isso que todas as ruas tem o nome das províncias espanholas, em homenagem a terra dele, Alameda Madri, Rua Saragoça, Burgos, Balcares, Barcelona, todos espanhóis. [...].



## FICHA DO TERRITÓRIO

### HISTÓRIA



(...) Como os lotes eram mais baratos, o povo começou a construir casa para cá, então aqui já estava super povoado, e colégio que tinha nessa região toda aqui era só o Bom Jesus, era muito longe, na época do Joaquim ele construiu o Santa Luzia no final da Avenida Brasília, mas era longe também, aí Jacinto, nós pedimos, e Jacinto eu vou construir outro colégio naquela região, isso foi no ano de 1986. Aí começou a fazer esse colégio aqui (...)" (RIBEIRO: 2019). Em 15 de fevereiro de 1985, foi criada a Faculdade isolada, então denominada Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH), mantida pela Fundação Educacional de Gurupi (FEG). Em 2003, a FAFICH teve sua denominação alterada para Faculdade UnirG, em 2009 a UNIRG deixa o prédio do campus I (atual IFTO). O Campus Gurupi nasceu com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo sua autorização de funcionamento publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2010, por meio da Portaria n.º 130, de 29 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação. No ano da autorização de funcionamento do Campus Gurupi, mudou-se para o prédio doado, onde encontra-se até esse momento.



## FICHA DA CATEGORIA LUGAR

### IDENTIFICAÇÃO

NOME

**INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS –  
CAMPUS GURUPI (PRÉDIO ANTIGO)**

IMAGEM



FONTE IMAGEM

Fonte: <http://www.folhadotocantins.com.br/campus-gurupi>

O QUE É

É UMA ESCOLA FEDERAL

ONDE ESTÁ

ESTÁ NA ZONA URBANA, NA CIDADE DE GURUPI, LOCALIZADO NA AV. ALAMEDA MADRID, Nº 545 – SETOR JARDIM SEVILHA, CEP: 77.410-470, NO ESTADO DO TOCANTINS.

PERÍODOS  
IMPORTANTES

NÃO HÁ PERÍODOS IMPORTANTES

SIGNIFICADO

- TRATA-SE DE UMA ESCOLA FEDERAL QUE OFERTA CURSOS TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR;
- OCORREM EVENTOS ESTUDANTIS, SOCIAIS, ARTÍSTICOS, CULTURAL NO CAMPUS.

## FICHA DA CATEGORIA LUGAR

### HISTÓRIA

Sobre a origem do prédio o prof. Roberto Jóse Ribeiro, por meio da História Oral, faz a seguinte narrativa:

" (...) como os lotes eram mais baratos, o povo começou a construir casa para cá, então aqui já estava super povoado, e colégio que tinha nessa região toda aqui era só o Bom Jesus, era muito longe, na época do Joaquim ele construiu o Santa Luzia no final da Avenida Brasília, mas era longe também, aí Jacinto, nós pedimos, e Jacinto eu vou construir outro colégio naquela região, isso foi no ano de 1986. Aí começou a fazer esse colégio aqui, já tinha as paredes levantadas, não estava coberto não. Foi quando apareceu o Paulo Oliveira e Bolíva Campos, com a proposta de criar a Universidade aqui da FAFICH. Aí conseguiram em 1985, duas salas no Colégio Arvzinho para começar o Curso de Direito e Pedagogia. Aí Jacinto doou para eles aquela quadra lá onde está o Almeida Veras, eles começaram uma construção ali. Mas como eles tinham uns problemas com o Conselho de Educação de Goiás, já tinha uns processos lá, não conseguiram autorização precária para o funcionamento. Aí nós juntamos o prefeito e a câmara, e encampamos a escola para o município, compramos deles a quadra que o Jacinto havia doado para eles, compramos e demos uma indenização para eles, e a prefeitura encampou. Aí como esse colégio aqui estava mais adiantado, o de lá só tinha um alicerce e umas colunas, e esse aqui já estava levantado, que era para ser uma escola municipal para atender o setor." (RIBEIRO; 2019)

### DESCRIÇÃO/ PESSOAS ENVOLVIDAS

FUNCIONÁRIOS (PROFESSORES, ADMINISTRATIVO E TERCERIZADOS)  
ALUNOS, PAIS DE ALUNOS, E A COMUNIDADE.

### ELEMENTOS NATURAIS

PRÓXIMO DO PRÉDIO CONSTA ALGUMAS ÁRVORES, AO FUNDO É PASTO,  
E ESPAÇOS COBERTOS POR GRAMAS.

### ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

O PRÉDIO É CERCADO COM CERCA DE TELA, NA ENTRADA PRINCIPAL  
EXISTE UMA GUARIDA, CALÇADO.



## FICHA DA CATEGORIA LUGAR

### VESTÍGIOS

NÃO FOI IDENTIFICADO NENHUM VESTÍGIO

### MATERIAIS

Alvenaria; concreto;

### TÉCNICA OU MODO DE FAZER

Prédio foi construído com estrutura alvenaria, foi feito com a estrutura da obra e o levantamento de paredes com vedações. O alicerce do prédio, responsável por toda a sustentação da obra, à construção dos pilares, vigas e lajes foram feitos em concreto armado, aço. As paredes e vedação é a parte de fechamento da obra, na qual se levanta as separações entre os cômodos e se executa as vedações e os rebocos necessários. A construção da cobertura foi construída na laje superior. A definição da cobertura compõem de ferro e telha plan.

### MEDIDAS

84000m<sup>2</sup>

### ATIVIDADES QUE ACONTECEM NO LUGAR

ALÉM DAS AULAS, OCORREM EVENTOS DIVERSOS, GERALMENTE LIGADOS A EDUCAÇÃO

### MANUTENÇÃO

É FEITA POR EMPRESA CONTRATA (TERCERIZADA), CONTENDO PROFISSIONAIS DE LIMPEZA, ELETRICISTA, JARDINEIRO, TÉCNICO EM CONDICIONADOR DE AR)

### CONSERVAÇÃO

O LUGAR NÃO ESTÁ BEM CONSERVADO, TRATA-SE DE UM PRÉDIO ANTIGO, COM ALGUMAS INFILTRAÇÕES, ALGUMAS SALAS CONSTA GOTEIRAS, POIS O TELHADO NECESSITA SER TROCADO.

## FICHA DA CATEGORIA LUGAR

### AVALIAÇÃO

#### PONTOS POSITIVOS PARA CONTINUAR SENDO REFÊNCIA CULTURAL:

- 1 – É UMA ESCOLA COM ATIVIDADE DE ENSINO E CULTURAIS;
- 2 – A SOCIEDADE EM GERAL TEM INTERESSE NA EXISTÊNCIA NA ESCOLA;
- 3 – O PRÉDIO ANTIGO NECESSITA DE UMA REFORMA;

### RECOMENDAÇÕES

#### SUGESTÕES PARA PRESERVAÇÃO DO LUGAR:

- 1 – O PRÉDIO PRECISA DE UMA REFORMA;

### FONTE IMAGEM

Fonte: <http://www.folhadotocantins.com.br/campus-gurupi>

### O QUE É

É UMA ESCOLA FEDERAL

### ONDE ESTÁ

ESTÁ NA ZONA URBANA, NA CIDADE DE GURUPI, LOCALIZADO NA AV. ALAMEDA....

### PERÍODOS IMPORTANTES

NÃO HÁ PERÍODOS IMPORTANTES

### SIGNIFICADO

TRATA-SE DE UMA ESCOLA FEDERAL QUE OFERTA CURSOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR, ALÉM OCORREREM DIVERSOS EVENTOS NA UNIDADE, É UM ESPAÇO ESTUDANTIL

## FICHA DA CATEGORIA LUGAR

### AVALIAÇÃO

#### PONTOS POSITIVOS PARA CONTINUAR SENDO REFÊNCIA CULTURAL:

- 1 – É UMA ESCOLA COM ATIVIDADE DE ENSINO E CULTURAIS;
- 2 – A SOCIEDADE EM GERAL TEM INTERESSE NA EXISTÊNCIA NA ESCOLA;
- 3 – O PRÉDIO ANTIGO NECESSITA DE UMA REFORMA;

### RECOMENDAÇÕES

#### SUGESTÕES PARA PRESERVAÇÃO DO LUGAR:

- 1 – O PRÉDIO PRECISA DE UMA REFORMA;

## FICHA DA FONTE DE PESQUISAS

### FONTES PESQUISADAS

#### Sites:

[www.googlemaps.com](http://www.googlemaps.com);  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br);  
[www.unirg.br](http://www.unirg.br);  
[www.prefeitura.gurupi.com](http://www.prefeitura.gurupi.com);

